ERIKA BASTOS ARANTES

O PORTO NEGRO: CULTURA E TRABALHO NO RIO DE JANEIRO DOS PRIMEIROS ANOS DO SÉC. XX

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha

FEVEREIRO/2005

ERIKA BASTOS ARANTES

O PORTO NEGRO: CULTURA E TRABALHO NO RIO DE JANEIRO DOS PRIMEIROS ANOS DO SÉC. XX

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dra Maria Clementina Pereira Cunha.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação de mestrado defendida e aprovada pela Comissão julgadora em 24/ 02 / 2005

BANCA

Prof. Dra Maria Clementina Pereira Cunha. (orientador)

Profa. Dr. Fernando Teixeira da Silva (membro)

Profa. Dra. Martha de Campos Abreu (membro)

Profa. Dr. Sidney Chalhoub (suplente)

FEVEREIRO/2005

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Arantes, Erika Bastos.
Ar14p O porto negro : cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX / Erika Bastos Arantes. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientadora: Maria Clementina Pereira Cunha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Negros – Rio de Janeiro (RJ). 2. Rio de Janeiro (RJ) – Porto. 3. Cultura. 4. Trabalho. I. Cunha, Maria Clementina Pereira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Palavras -chave em inglês (Keywords): Blacks – Rio de Janeiro (RJ).
Rio de Janeiro (RJ) – Port.
Culture.
Labor.

Área de concentração: História social da cultura.

Titulação: Mestre em história social.

Banca examinadora: Maria Clementina Pereira Cunha, Fernando Teixeira da Silva, Martha de Campos Abreu.

Data da defesa: 23/02/2005.

Aos meus pais e ao meu irmão,
pela confiança e pelo apoio incondicional

O Cais do Porto, arquivo do saber
Lugar onde se aprende o que quer,
Uns pugnam pela virtude
Outros se iludem
Dado a facilidade
Enveredam por maus caminhos
Depois desse desalinho
Adeus Sociedade

O Cais do Porto, Arquivo do Saber

Eu pelo menos
Tudo aquilo que colhi
Riquezas de calos nas mãos
Da moral impoluta
Jamais esqueci
Aí as religiões
Todas fazem presença
Fazem refeição e sobremesa
Má querência

O Cais do Porto, arquivo do saber

Eu com quatro anos de associado
Juntei-me a um veterano
Reivindicando um direito
No Ministério do Ensino
Como soberano.

(Partido de Aniceto de Menezes e Silva Jr., o Aniceto da Serrinha, trabalhador do porto na década de 40 e um dos fundadores do G. R. E.S. Império Serrano)

RESUMO

Os negros, desde os tempos da escravidão, encontraram no porto um ambiente propício ao trabalho. O serviço, por ser dinamizado principalmente através da mão de obra avulsa, fazia do porto um local privilegiado onde escravos de ganho poderiam conseguir o jornal do senhor. Mesmo depois da abolição os negros continuaram dominando o cenário do cais, apesar das constantes levas de imigrantes que chegavam na cidade. Essa dissertação tem o objetivo de analisar o cotidiano dos trabalhadores negros do porto do Rio de Janeiro nas primeiras décadas da República, articulando os trabalhadores do porto com a região em que estavam inseridos – a Zona Portuária, local que ficou conhecida posteriormente pela bibliografia por *Pequena África*. O trabalho busca abordar, para além do ambiente de trabalho, outros espaços de sociabilidade, como as habitações, as associações de lazer, as praças e as ruas.

ABSTRACT

The port of Rio de Janeiro have been a good place for black people to work since slavery days. These were privileged places for them because wage slaves could make enough money for the daily pay owed to their lords. A freelance labour system is the key to understand black workers' accomplishments there. Even after slave abolition, black people continued hegemonic in the wharf, despite a constant flow of newly arrived immigrants in Rio. This paper's goal is to explore Rio de Janeiro ports black workers' daily living by connecting them to the region where they worked - a spot named in many books as the Little Africa. Also, this work approaches more than their labour environment. Leisure associations, houses, squares, streets and other public spaces are approached as well.

AGRADECIMENTOS

Está em quase todos os agradecimentos de dissertações e teses: essa é uma das partes mais difíceis de todo o trabalho. Mas também, não se pode negar, é uma das mais prazerosas. Além de simbolizar o fim de um trabalho (por vezes árduo!), também é o momento de relembrar as pessoas que fizeram parte dele de alguma forma. Então vamos lá:

Primeiro, ao meu irmão e aos meus pais, que sempre acreditaram mais em mim do que eu mesmo. Mas principalmente pelo amor.

Durante dois anos, esse trabalho contou com o financiamento da FAPESP, sem o qual não seria possível realizá-lo. Por isso agradeço à essa instituição.

Agradeço muito mesmo à minha grande amiga Alinnie Silvestre Moreira, que esteve comigo desde a seleção. Lembro bem como ficamos emocionadas de ver nossos nomes na lista de aprovados, onde tudo começou. Daí em diante passamos por momentos felizes e outros nem tanto, mas mesmo nos piores dias, pude contar com sua amizade. E ao seu marido Fausto.

Não posso esquecer dos muitos amigos que fiz na Unicamp. Pessoas de toda parte do Brasil que eu encontrei naquele pedacinho de Campinas, agora fazem parte da minha vida. Mesmo que os encontros tenham ficado cada vez mais difíceis, sempre vou me lembrar de todos, a quem agradeço a amizade. Agradeço especialmente à minha amiga paulista (mas com espírito de carioca... rs, rs, rs) Beatriz Brusantin, companheira para toda hora; à querida Vanessa Sial (e ao Bubu!), pois além de amiga, ela ainda tinha tempo de ser minha “assessora para assuntos aleatórios” e de me abrigar em sua casa em Campinas. Sem ela, acho que tudo teria sido mais difícil; à Socorro Rangel, uma das pessoas mais generosas que conheci em toda minha vida e para quem precisaria de um capítulo inteiro para agradecer pelas inúmeras conversas (e também pelo abrigo). Com ela, aprendi muito sobre a nossa profissão e sobre a vida.

Mas são muitos os amigos “Unicampenses” a quem devo agradecer os momentos passados juntos: Rodrigo e Viviane Ceballos, Ricardo Pirolla, Lívia Bottim, Vítor, Marcelo Chaves, Luisa, Luis Carlos, Ana Flávia, etc.

Ainda na Unicamp, agradeço aos professores, pesquisadores e toda equipe do Cecult, que certamente contribuíram muito para o resultado dessa dissertação,

principalmente Sidney Chalhoub e Elciene Azevedo, pelos importantes comentários na qualificação; ao Fernando Teixeira da Silva, pelas dicas preciosas. E, claro, à minha orientadora Maria Clementina Pereira Cunha... o que dizer dela? Nem sei! Não é somente a inteligência e a competência que fizeram dela uma orientadora inesquecível. Mas também o bom humor, a paciência e, principalmente, a generosidade. Diante dos meus ataques de insegurança, uma palavra de incentivo; diante dos problemas pessoais que surgiram e atrapalhavam um pouco o andamento do trabalho, a compreensão. Enfim, à ela um obrigada mais do que especial, especialíssimo!!!

Aos professores da UFF que fizeram parte da minha trajetória, especialmente Martha Abreu, por ter acreditado em mim e me apoiar à explorar "terras campineiras" e Marcelo Badaró, mais do que um professor, um amigo.

Aos funcionários do Arquivo Nacional, especialmente a Rosane, e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

À minha "família" da Cardeal Leme (Alê, Paulo Inácio, Hugo e Isabela) por ter me suportado nos piores momentos da minha vida, mas também por ter divido comigo momentos de muita diversão; às eternas amigas Carol, Andréia, Moniquinha, Leila, Kelly e ao Trog, por fazerem parte da minha vida há nem sei quanto tempo.

À minha irmãzinha Júlia Benjamim, que deu uma força na reta final do trabalho, e ao seu pai Leo.

À Juliana Barreto Farias pela indicação de fontes e pelos papos infindáveis sobre nossos trabalhos. Os mesmos papos que algumas vezes nos tornou anti-sociais em festas e bares foram essenciais para esse trabalho. Boas conversas sobre o tema, tive também com Rômulo Mattos, a quem agradeço.

À Rachelzinha, por ela ser a melhor amiga que uma pessoa pode ter na vida e por aturar dentro de sua própria casa uma mala que só sabia falar de dissertação.

E ao Chico, a quem agradeço por fazer dos últimos meses, tempos mais felizes. À ele eu dedico este trabalho e o meu amor.

Enfim, é isso! Acabo de perceber que sou uma pessoa de sorte por ter tanta gente para agradecer. Espero não ter esquecido ninguém...

SUMÁRIO

Introdução 13

Capítulo I

O Porto Negro: trabalho e cotidiano no porto 21

Uma Cena Comum.....**21**

Trabalhadores Avulsos.....**29**

A Zona Portuária e os vadios do porto **36**

Os "perseguidos" pelos agentes policiais.....**47**

Capítulo II

União e Resistência: conflitos e solidariedades no cais.....**67**

Nos Bares da Vida **67**

Papa-Rancho e Cardosinho: Valentes do Porto **75**

Conflitos Étnicos e Sindicatos: diálogos com a bibliografia..... **79**

Do conflito, nascem a União e a Resistência..... **86**

Capítulo III

Entre Terreiros e Salões: Sociabilidades e Identidades Portuárias..... **107**

Nos Bares da Vida.....**107**

Antônio Mina, um feiticeiro conhecido.....**112**

Folias Portuárias **127**

Considerações Finais **143**

Índice dos Mapas e Figuras **147**

Fontes **149**

Bibliografia **153**

INTRODUÇÃO

Era dia 7 de abril de 1905 quando, à duas horas da tarde, um inspetor da força policial que fazia a costumeira ronda pela freguesia de Santana da cidade do Rio de Janeiro, prendeu um indivíduo na rua Senador Pompeu. Na delegacia da 2ª Circunscrição Urbana, o mesmo inspetor declarou que

> "(...) prendeu na Rua Senador Pompeu por estar em completo estado de embriagues o acusado presente Antônio Mina. Que o acusado vive todos os dias embriagando-se e que não é a primeira vez que tem sido preso por ser ébrio habitual."

Ao ser interrogado pelo delegado o acusado disse chamar-se Antônio Mina, ter 54 anos de idade, ser trabalhador e casado. Disse que ignorava o nome de seus pais e que era natural da Costa da África. Ouvida a primeira testemunha, o empregado público Augusto Rodrigues Ramos confirmou a acusação do inspetor, dizendo que

> "(...) viu quando o Inspetor Mota prendeu o acusado presente que agora sabe chamar-se Antônio Mina em completo estado de embriagues. Que o acusado deixa de trabalhar para viver embriagado, isto é, todos os dias. Que o acusado vive somente metido nos botequins e vendas de baixa esfera (...)"

Antônio Mina, chamado à palavra logo depois, se defendeu das acusações dizendo:

> "(...) que nunca foi encontrado caído por se achar em estado de embriagues. Que ele é trabalhador como pode provar. Que ontem foi preso por achar-se embriagado foi devido a ele ter ido em uma casa de seus patrícios e estes forçaram a ele beber, e que ele tendo cabeça fraca ficou um bocado embriagado como foi encontrado(...)"

Antônio Mina foi processado por embriagues (art. 396 do Código Penal de 1890). Durante o processo foram ouvidas também duas testemunhas de defesa. A primeira delas foi Francisco Gonçalves Dias, um português morador da Rua Barão de São Félix, que disse que conhecia o acusado Antônio Mina "como um homem sério e morigerado trabalhador, tendo residência certa e casado". Depoimento parecido foi dado pela outra testemunha de defesa, o também português Bento da Silva Neves, morador da Rua Camerino, que disse que conhecia o acusado "e nunca soube de causa alguma

que desabone sua conduta, sabendo que o mesmo é casado e tem residência fixa". Por sua vez, o advogado Dr. Silvestre Santos, alegou na defesa que o acusado era "um pobre africano, **trabalhador braçal em descargas de café**, de onde tira honrosamente os meios de subsistência". O Juiz da 8ª Pretoria levou em conta os testemunhos de defesa e absolveu Antônio Mina em 23 de agosto de 1905.[1]

Se, como afirmou o policial que efetuou a prisão, aquela não era a primeira vez que Antônio visitava as dependências das delegacias cariocas, tampouco foi a última. Esse foi apenas o primeiro de muitos processos encontrados envolvendo Antônio Mina. Menos de dois meses depois lá estava ele sendo preso novamente por embriagues, em 2 de junho de 1905, desta vez na Rua Barão de São Felix. As testemunhas que depuseram na delegacia – um português e um brasileiro – afirmaram que o africano tinha o hábito de aparecer embriagado em público, sendo preso por isso várias vezes. No entanto, no dia seguinte, na mesma delegacia foram ouvidas outras duas testemunhas que contaram outra história. O brasileiro empregado no comércio Conrado Manoel de Lima disse "que conhece Antônio Mina há muitos anos e sabe que é este homem morigerado, não se dá ao vício da embriagues; trabalha como furador de café e reside na Travessa das Pastilhas", o que foi confirmado pelo também brasileiro e empregado no comércio Horácio Antônio Pestana.[2]

Entre 1905 e 1915, foi preso por pelo menos nove vezes, ora por estar se embriagando nos botequins das freguesias de Santana e Santa Rita[3], ora por estar metido em confusões nos mesmos bares em que costumava tomar umas doses ou mesmo dentro de um bonde. Mas também foi preso por agredir seu companheiro de moradia e por estar "vadiando" pelas ruas da cidade.

Antônio Mina era também conhecido pelos nomes Antônio Africano e Antônio Adici. Ora foi identificado como carregador de café, ora como trabalhador da estiva ou como vendedor ambulante, profissão que exercia sua mulher, a também africana Maria Emine. Se durante um depoimento dizia desconhecer o nome de seus pais, em outro lhe vinha um rompante de memória e declarava se chamarem Maria Adici e Ojhô Adici, para em outra ocasião informar que se chamavam Bacohy e Fathuman Maria. Em alguns momentos diz ser natural de Lagos, em outro de Eco, mas também afirmou na delegacia ter nascido na "África Inglesa". Algumas das informações contidas no conjunto

[1] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR.4056. 1905.
[2] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR 4077. 1905.
[3] Essas oito prisões resultaram em processos-crime, todos instaurados na 8ª Pretoria Criminal, correspondente à freguesia de Santana. Mas é possível que Antônio tenha sido preso outras vezes, sem, no entanto, terem resultado em processos.

de processos resultantes das prisões de Antônio Africano às vezes são um pouco confusas, mas podem ser perfeitamente justificadas por naturais falhas de memória de um velho africano ou pela sua esperteza em tentar dificultar um pouco mais o trabalho da polícia.

É impossível, com base apenas na documentação disponível, saber em que circunstâncias o africano chegou no Brasil. Nascido provavelmente em 1854, não sabemos que idade tinha quando aqui chegou, nem se chegou livre ou veio como escravo através do tráfico ilegal. Mas provavelmente ele estava entre os últimos dos muitos africanos que trabalharam no porto ainda em tempos de escravidão.

Ao longo de todo o processo de trabalho que deu origem a essa dissertação, fui me tornando "íntima" daquele Africano, a ponto de me dar ao luxo de escolher o nome de minha preferência para me referir a ele: Antônio Mina. A meu ver, o mais misterioso e instigante dos seus três nomes por indicar que ele fazia parte de um grupo muito especial de africanos: os Minas, que apesar de serem poucos no Rio de Janeiro – sendo maioria na Bahia – foram de grande importância na manutenção e recriação dos valores culturais dos negros naquela cidade e, talvez por isso mesmo, as preocupações e atenções das autoridades eram ainda maiores com esse grupo na primeira metade do século XIX.

Nascido em meados do século XIX, Antonio Mina viveu um período de mudanças na história da cidade do Rio de Janeiro, experimentando-as no dia-a-dia. Quase pode simbolizá-las em suas peripécias pela região portuária e seu permanente conflito com as autoridades responsáveis pela manutenção da ordem naquela parte da capital do país. Nos malfadados encontros com a polícia republicana Antônio Mina foi acusado por uns de "desordeiro", de "vadio incorrigível", "ébrio habitual" e "feiticeiro conhecido". Mas houve também quem o defendesse o africano e, perante as autoridades, se referisse a ele como "chefe de família", "morigerado trabalhador", "pobre africano" e "perseguido das autoridades policiais". Foi interessante conhecer as pessoas que foram em sua defesa: brasileiros e portugueses, operários e negociantes, mostrando que a rede de relações que Antônio forjou era bastante ampla e envolvia mais gente do que os "patrícios" com quem bebeu naquela tarde de 7 de abril de 1905.

Justiça seja feita: Antônio Mina mudou os rumos desta dissertação. Não somente pelas suas próprias histórias, mas principalmente porque ao conhecê-lo, logo fui "apresentada" a outros personagens. Assim, conheci também os estivadores Bexiga, Manoel Eugênio Batista, Sabino Carlos

Montezuma, Olympio Batista Ribeiro, Cardosinho e muitos outros. Cada um com sua história contribuiu um pouco para esse trabalho.

A cada processo que eu achava e lia nas gélidas salas do Arquivo Nacional era uma descoberta. Aos poucos, o mundo do cais do porto foi se revelando na minha frente e o que era para ser um trabalho sobre um sindicato de uma categoria específica de portuários, passou a ser um estudo sobre os trabalhadores de uma maneira geral. Foi me deparando com homens como Antônio Mina que eu pude perceber que aquele mundo era muito maior e mais complexo e que me deter em um único sindicato limitaria o trabalho e não daria conta da diversidade das experiências daqueles operários.

No porto e fora dele, pretos e brancos, nacionais e imigrantes, estivadores, arrumadores, foguistas e carvoeiros estavam sempre se esbarrando no dia-a-dia das ruas próximas ao cais do porto, nos botequins, nos cortiços e nas horas de descanso ou lazer. Esses momentos de folga e diversão devem ser entendidos como um espaço de comunicação, de troca e de criação de laços, para além daqueles construídos durante a execução do trabalho ou da organização institucional. Como notou Fernando Teixeira, nos portos, bem como entre a maior parte da classe trabalhadora, "as relações mais estreitas entre os trabalhadores davam-se sobretudo a partir de relações de parentesco, vizinhança, compadrio, de trabalho e em espaços de sociabilidade mais ou menos particularizados".[4] Para a maioria dos portuários, a jornada de trabalho não tinha a rigidez disciplinar presente no trabalho da fábrica, por exemplo. Assim, era comum que os limites entre a hora de trabalho e a de "não-trabalho" fossem bastante fluidos. Essa falta de rigidez, típica dos trabalhos ocasionais moldava a vida daqueles homens em vários níveis: desde o acesso à moradia ao confronto diário com a polícia republicana. Nesse sentido, a compreensão da zona portuária e arredores como um espaço de circulação e convivência daqueles homens será de grande importância. Ali conviviam categorias diversas de trabalhadores portuários – como estivadores, foguistas, guindasteiros, trabalhadores do carvão, etc. – mas também outros tipos de trabalhadores autônomos, como vendedores ambulantes, apontadores de jogo de bicho, empalhadores, caçadores de rato, além dos muitos que tinham trabalho regular.

Falar das relações construídas no trabalho e da organização sindical de categorias específicas é pouco para entender o universo daqueles trabalhadores, já que o mundo do cais era muito maior e mais complexo, envolvendo uma rede de relações que vai além daquelas construídas no processo produtivo. Em estudo sobre os trabalhadores ingleses, E. P. Thompson afirmou que "a classe operária não surgiu

tal como um sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se" [5]. Entendendo a classe trabalhadora como uma formação social e cultural, a perspectiva teórica do autor teve ecos na historiografia brasileira e os estudiosos passaram a se interessar também pela cultura dos trabalhadores, entendendo a história do trabalho não apenas como a história do "movimento operário", mas também atentando para a experiência dos trabalhadores em diversos níveis.[6] Para Thompson, "a classe se delineia segundo o modo como os homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do "*conjunto* de suas relações sociais", com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural."[7]

Assumindo a influência desse autor, busquei perceber as *experiências* dos negros do porto em suas mais diversas faces, analisadas no "conjunto de suas relações sociais", estabelecidas dentro e fora do cais. Dessa forma, mais do que tratar dos operários em torno de seus embates na política institucional ou na arena das lutas sindicais, queremos observá-los para além das horas de trabalho, buscando as diversas experiências cotidianas compartilhadas entre si e com outros segmentos da sociedade, além de outras formas de organização e sociabilidade que faziam parte daquele universo cultural.

Nessa empreitada, as histórias de Antônio Mina e seus companheiros de delegacia foram importantíssimos, pois através delas foi possível captar parte dessas experiências, vivenciadas principalmente na zona portuária da cidade. A região, formada pelos bairros vizinhos ao cais – especialmente Saúde, Gamboa e Santo Cristo – foi o principal local de moradia, de trabalho e de lazer de Antônio e dos outros personagens dessa história. Por isso mesmo, foi nesse pedacinho da cidade, tido pelas autoridades como "perigoso", que concentramos nossos esforços de pesquisa. Assim, foi pelas ruas dos bairros portuários que perseguimos os trabalhadores do porto para espiá-los mais de perto.

---

[4] Silva, Fernando Teixeira da. *Operários sem os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 136.

[5] Thonpson, Edward. *A Formação da Classe Operária Inglesa. A Arvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 pg. 9.

[6] Cf. Chalhoub, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986*;* Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. F*ootballmania: Uma história social do futebol. Rio de Janeiro, 1902-1938.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000; Decca, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A Vida fora das Fábricas. Cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*, São Paulo: Paz e Terra. 1987; Hardman, Francisco Foot, *Nem pátria nem patrão. Vida operária e cultura anarquista no Brasil.* São Paulo: Brasiliense. 1983. Entre outros...

* * *

No primeiro capítulo busquei o dia a dia desses homens do cais procurando entender como a forma peculiar de contratação da mão-de-obra portuária não só influenciava, mas praticamente definia o cotidiano dos trabalhadores. Quem eram eles, como viviam, onde (e como) moravam? Essas foram as principais perguntas que busquei responder nesse capítulo. Nele busquei ainda perceber, através de elementos disponíveis nas fontes, estratégias de sobrevivência cotidianas. Aqui, foi dada uma atenção especial à relação dos negros do porto com a polícia republicana do início do XX, tendo como foco principal os crimes de contravenção, especialmente a vadiagem, mas também a embriagues e a capoeiragem. O capítulo tenta mostrar como a criminalização dessas práticas no início do século fazia parte de uma política de controle que teve como alvo principal os negros libertos, estendendo-se a todos aqueles que não se encaixavam nos ideais de civilização e do bom trabalhador e como as atenções da polícia se voltavam de maneira privilegiada para a região da zona portuária e arredores. Para tanto, as fontes policiais foram amplamente utilizadas, especialmente processos criminais e inquéritos policiais.

O segundo capítulo, como informa o próprio título, busca perceber de um lado as relações conflituosas que se estabelecem entre os portuários, mas também as solidariedades que emergiam entre eles. Aqui, foi possível perceber que, apesar das brigas e desavenças constantes – característica não só das disputas pelo mercado de trabalho, mas também de um "mundo masculino", onde impera a lei do mais forte – os portuários conseguiram se unir em torno de um interesse comum, se organizando em sindicatos. Aqui pudemos perceber como os "negros do porto" tiveram participação decisiva na organização de algumas dessas associações.

Apoiado em fontes policiais, principalmente aquelas que fazem parte do Banco de Dados sobre Clubes e Sociedades do Centro de Pesquisas em História Social da Cultura da Unicamp (Cecult), mas também em memorialistas e depoimentos de contemporâneos, o terceiro capítulo procura explorar outras formas de organização e sociabilidade dos trabalhadores do porto, privilegiando os espaços de convivência que faziam parte do seu universo cultural, especialmente aqueles dedicados aos cultos religiosos e às associações de lazer. A proposta é mostrar a importância desses espaços no cotidiano

[7] Thompson, Edward. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*; organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp. 2001. pg. 277

dos portuários e na articulação de identidades, além de buscar a diferença entre a percepção que os trabalhadores tinham de suas próprias práticas e a visão das autoridades.

O cais do porto sempre foi considerado uma zona perigosa da cidade, cheio de riscos para quem se aventurasse pelas suas ruas e becos, ladeiras e morros. Poucos vestígios restaram daquela antiga parte da cidade que deu origem a muitas lendas em torno de sua própria história: ela foi apontada como o berço do samba, do carnaval popular e de outras práticas culturais associadas com identidades negras ou africanas. Por tudo isso, ainda que tenha se tornado na mítica e alegre “Pequena África” no imaginário contemporâneo, a região portuária nunca deixou de ser olhada com temor e desconfiança. Mas ainda hoje há quem queira se aventurar pela região, buscando seus caminhos e suas histórias em documentos amarelados e jornais envelhecidos. Gente que, como eu, acredita que nestas histórias e seus personagens possamos encontrar boas chaves para repensar a história da cidade e do país...

CAPÍTULO I

O PORTO NEGRO: trabalho e cotidiano no porto

Uma Cena Comum

Era noite de 4 de setembro de 1909 quando a costumeira ronda policial, ao passar pelo Cais dos Mineiros, recolheu à Delegacia do 2º Distrito Policial 9 homens que lá se encontravam. A carta do Delegado Rodrigo de Araújo ao Chefe de Polícia, pedia providências:

> Faço apresentar a V. Excia. Afim de terem o conveniente destino internados em estabelecimentos de correção e assistência, os indivíduos encontrados em estado de grande **miséria n'uma indigência e vagabundagem mórbida** no Cais dos Mineiros, onde estão habituados a permanecer com **grande escândalo e ofensas ao decoro público**.
> Não dispensando esta Delegacia de espaço para conter estes **maltrapilhos, fétidos e imundos** em número de nove, rogo a V. Excia. Ordenar que lhes seja dado o destino compatível com as circunstâncias excepcionais em que se acham.
> Saudações, O Delegado Rodrigo de Araújo.[1] *(grifo meu)*

O documento apresentava, ainda, em anexo, uma pequena ficha dos nove "maltrapilhos, fétidos e imundos" presos na ocasião, tendo 8 deles alegado trabalhar em alguma tarefa ligada ao porto. Entre eles, dois tinham a pele bem clara : Manoel Costa Paula, português, tinha 53 anos e disse trabalhar nas embarcações do Cais dos Mineiros. Segundo ele, descansava na ocasião em que foi preso e trabalhava com José Monteiro Ferreira, dono de uma catraia, onde costumava dormir. Disse que José não era seu patrão efetivo, mas este lhe dava trabalho continuadamente; José Engenheiro, português, de 55 anos, também alegou trabalhar nas diversas embarcações daquele cais e disse descansar quando foi preso, pois "não tinha modo de pagar uma hospedaria onde pudesse pernoitar";

Todos os demais eram homens negros ou pardos – como Minervino Joaquim dos Santos, preto, brasileiro, 26 anos, disse ser carregador e que por apresentar um defeito em uma perna, não consegue emprego efetivo e por isso não tinha domicílio certo; João Valentin, pardo, brasileiro, disse ser marítimo e ter por hábito fazer carretos para o mar. Alegou morar na Rua do Livramento, nº 4; O pardo

[1] Arquivo Nacional (AN) - GIFI, 6C. 316, ofício 558. 1909

brasileiro Manoel Eugênio Rodrigues Batista, de 26 anos, apresentou-se como trabalhador de uma das companhias marítimas do porto carioca. Segundo seu depoimento, era morador da Rua dos Arcos, 26 e saía do trabalho quando foi preso; Mariano Bochita, pardo brasileiro, disse ser trabalhador da estiva e que na ocasião em que foi preso tomava conta de um bote; João Cesário da Silva, pardo, também trabalhava, segundo seu depoimento, em uma das embarcações do cais. Alegou trabalhar com José Roza, dono da embarcação e que como "naquela ocasião tinha-se feito ao mar", foi obrigado a dormir ali, em um dos botes. Em sua defesa, declarou que o tal José Roza poderia comprovar que era um homem trabalhador; e o último de nossos personagens é o preto Prudêncio Pimenta, de 50 anos. Declarou ser morador no Curato de Santa Cruz e que estava deitado em um dos botes do Cais dos Mineiros, descansando, tendo vindo de seu trabalho.[2]

A cena, ocorrida na Zona Portuária carioca pode revelar vários aspectos da vida dos trabalhadores do porto, tanto na rotina de trabalho, como na vida cotidiana. É partindo dela que pretendo começar essa viagem pelo misterioso mundo do cais do porto. Para começar, constatamos que, dos 8 presos, apenas 2 eram brancos – e, não por acaso, imigrantes. Os outros 6 eram brasileiros, sendo 4 pardos e 2 pretos. O exemplo mostra que nenhum dos brasileiros era branco e os poucos brancos eram portugueses. Apesar de ser uma amostragem muito pequena de pessoas envolvidas em uma situação muito específica, o cruzamento com outras fontes leva a crer que esse número se aproxima da realidade no que diz respeito à composição do universo destes trabalhadores, quanto aos elementos da "cor" e da nacionalidade.

Para tentar visualizar a cor dos trabalhadores das categorias portuárias no início do século, busquei os arquivos da Casa de Detenção da cidade do Rio de Janeiro, que nos revelou um primeiro perfil de quem eram os homens do cais. Afinal, esta era uma categoria considerada "perigosa" e seus membros poderiam ter tido conflitos freqüentes com os agentes da ordem e, neste caso, freqüentado com intensidade as celas da cadeia[3]. Dos registros de entrada de presos na Detenção, que nos forneceram uma amostragem significativa da categoria, constam a profissão e a cor do preso, além do nome, filiação, data e local de nascimento e o crime cometido. Assim, analisando o conjunto de

[2] Todas as informações retiradas do AN - GIFI, 6C. 316, ofício 558, exceto o quesito "cor", presente somente nos livros de matrícula dos presos na Casa de Detenção, encontrados Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

[3]Essa fonte é significativa para representar o conjunto de trabalhadores da estiva, pois era uma instituição "de passagem", onde eram levados os presos que aguardavam julgamento pelos mais diversos crimes, mas principalmente aqueles que eram presos por vadiagem, desordens e outras contravenções. Acontece que os trabalhadores do porto, como veremos adiante, eram constantemente presos por esse motivo, o que faz da detenção uma boa janela para espiar aqueles trabalhadores.

portuários presos na Detenção entre os anos de 1901 e 1910[4], chegamos à conclusão que os brancos eram efetivamente minoria no porto na primeira década do século XX, como atesta a Tabela A. Eles representam 42,8% do total de portuários, enquanto os pretos e pardos correspondem a 60,2%, contando ainda com 5,7% de "morenos", presumivelmente mestiços. Apesar da diferença numérica entre os dois grupos não ser tão grande assim, é preciso levar em conta que a população branca no Rio de Janeiro já representava a maior parte da população nesse período e aumentava ainda mais com as constantes levas de imigrantes que chegavam à cidade, especialmente os portugueses.

TABELA A

Portuários Presos na Casa de Detenção, por cor (1901-1910)

Cor	Números	Percentagens
Brancos	373	42,8%
Pretos	190	21,8%
Pardos	245	28,2%
Morenos	50	5,7%

Fonte : Livro de Registro de Entrada de Presos na Casa de Detenção do Rio de Janeiro - APERJ

Por outro lado, do total de brancos presos, 70,6% eram estrangeiros e entre estes, os portugueses se destacam. Os brasileiros brancos somavam apenas 29,4% do total, ou seja, a grande maioria dos brasileiros presos eram pretos ou pardos. (ver Tabelas B e C).

[4]Os Livros com os registros de entrada de presos na Casa de Detenção estão no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Não foi possível consultar todos os livros de cada ano, pois parte deles estão bastante deteriorados. Dessa

TABELA B

Portuários Presos na Casa de Detenção, por nacionalidade (1901-1910)

	Brancos	Pretos	Pardos	Outros	Total
Brasileiros	112	174	221	53	560
Portugueses	170	---	12		182
Italianos	22	---	---		22
Espanhóis	52	---	---		52
Africanos	---	5	6		13
Outros*	26	9	4	---	40
Total	382	188	243	53	869

Fonte : Livro de Registro de Entrada de Presos na Casa de Detenção do Rio de Janeiro - APERJ

* Nacionais dos seguintes países : França, Chile, Argentina, Turquia, Síria, Suíça, China, EUA, Cuba, Alemanha e Irlanda.

TABELA C

Portuários Presos na Casa de Detenção, por cor e nacionalidade (1901-1910)

	Brasileiros	Estrangeiros
Brancos	29,4%	70,6%
Pretos	92,5%	7,5%
Pardos	91%	9%
Outros	100%	----

Fonte : Livro de Matrículas da Casa de Detenção do Rio de Janeiro - APERJ

forma, trabalhamos com uma amostragem de 871 presos.

As conclusões que podem ser tiradas destes primeiros dados é que no trabalho portuário convivia uma massa bastante heterogênea de trabalhadores, de diversas identidades raciais e nacionalidades. No entanto, parece que os negros continuam sendo uma forte presença naquele espaço, mesmo em uma cidade de maioria branca.[5]

Figura 1

Trabalhadores descarregando mercadorias no porto do Rio de Janeiro

[5] É preciso ressaltar que esses dados podem apenas indicar a cor daqueles homens, significando antes que a atuação da

Vários autores que analisaram períodos anteriores da história da cidade consideram a presença dos escravos como uma característica do trabalho portuário no Rio de Janeiro. Os escravos de ganho, muito comuns na cidade no século XIX, encontraram aí um lugar bastante propício para conseguirem o jornal de seus senhores.[6] Mary Karash, por exemplo, diz que

> "a Alfândega, a Rua Direita e a Região do porto fervilhavam de atividade, com carregadores e estivadores escravos ajudando os navios estrangeiros a desembarcar passageiros e cargas. Eram os escravos que remavam até a praia, carregavam cargas sobre as suas cabeças e ombros ou punham-nas em carroças".[7]

Na verdade, todo serviço de transporte de cargas, e também de pessoas, por terra ou por água, estava nas mãos dos escravos. Mary Karash conta que os senhores se aproveitavam da tradição do ofício de carregador na África e os "extraordinários poderes de resistência" dos escravos africanos que, no Brasil, "carregavam de tudo, de sacas de café e sal a pianos". Segundo Manuela Carneiro da Cunha, os ganhadores "carregavam de tudo nesse Brasil, onde um homem de qualidade recusava-se a levar o mais ínfimo pacote. Mas em particular carregavam cadeirinhas, barricas suspensas em vasos e carregavam sacas de café ".[8]

O importante papel dos escravos de ganho no carregamento de café da cidade foi notado por muitos dos viajantes que estiveram no porto do Rio de Janeiro ao longo do século XIX. Ernest Ebel, por exemplo, que aqui esteve em 1824, descreve de forma bastante preconceituosa uma cena que presenciou em seu desembarque:

> "(...) O barulho é incessante. Uma chusma de negros seminus cada qual levando à cabeça seu saco de café, e conduzidos à frente por um que dança e canta ao ritmo de um chocalho, na cadência de monótonas estrofes a que todos fazem eco. Dois mais carregavam ao ombro pesado tonel de vinho, suspenso de longo varal, entoando a cada

polícia foi mais dura quando se tratava de pretos e pardos.

[6] Sobre escravos de ganho, ver: Karash, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000; Chalhoub, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Soares, Luis Carlos. *Urban Slavery in Nineteenth Century. Rio de Janeiro.* London, University College, Tese de Phd., 1988; Algranti, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudos sobre escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822.* Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.

[7] Karash, Mary. *O*p. *Cit.* p. 102

[8] Cunha, Manuela Carneiro da. *Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta para a África.*" São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. p. 25.

passo melancólica cantilena; além um segundo grupo transporta fardos de sal, sem mais roupas que uma tanga, e indiferentes ao peso como ao calor, apostam corrida gritando a pleno pulmão".[9]

Deve-se assinalar que, na primeira metade do século XIX, a população de negros chegou mesmo a igualar numericamente aos brancos. A partir de 1850, com o fim do tráfico negreiro, muita coisa mudou na "cor" da cidade. A demanda por braços para trabalhar nas fazendas de café sugou boa parte da mão-de-obra escrava da cidade do Rio de Janeiro para as regiões agrícolas, alterando a relação numérica entre grupos raciais. Em 1872, os pretos e pardos (escravos ou não) ainda representavam 44, 79% da população total da cidade. Em 1890, esse percentual cai para 37,2%.[10] Para os próximos períodos, no entanto, fica difícil informar o percentual étnico da população "não branca", pois a categoria "cor" foi suprimida do censo posterior, realizado em 1906.[11] Mas não é difícil concluir que o número relativo de negros tenha diminuído cada vez mais, principalmente com a enxurrada de imigrantes, especialmente portugueses, que desembarcavam na cidade todos os dias. A conclusão óbvia seria que os brancos tivessem substituído os negros nos diversos ramos do mercado de trabalho carioca. Se por um lado isto é verdade – afinal a composição social dos trabalhadores foi efetivamente modificada com a crescente presença dos imigrantes, no porto isso não ocorreu de forma tão intensa.

A idéia de estudar os trabalhadores do porto do Rio de Janeiro, dando ênfase aos negros que dali tiravam seu sustento, surgiu justamente de inquietações relacionadas aos estudos sobre a escravidão e à própria história do trabalho no Brasil. Muito se produziu sobre os negros antes de 1888 e pouco, ou quase nada, para um período posterior. Isso significa que sempre que a historiografia tratou dos negros, referiu-se a escravos.[12] Com a abolição, os trabalhadores negros teriam sido "substituídos" nas análises históricas pelos brancos, principalmente imigrantes, como se os negros

[9] Ebel, Ernest. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824.* Tradução e edição de Joaquim de Sousa Leão Filho, São Paulo, 1972. pp. 45-46.
[10] *Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil*, ano de 1890. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1895.
[11] Não é demais lembrar que nesta época estavam emergindo a ideologia do branqueamento. Sobre ideologia racial e "teoria do branqueamento", ver: Skidmore, Thomas. *O Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; Schwartz, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
[12] Reid Andrews foi um dos poucos que estudou os negros depois de 1888. Andrews, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988).* Bauru: Edusc, 1998; Ver também: Mattos, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

tivessem desaparecido da face da terra como que por encanto.[13] Mas certamente não foi isso que aconteceu, eles continuaram muito vivos, enfrentando os inconvenientes que lhes eram impostos, por ter na cor da pele as lembranças da escravidão.

Nos anos que cercam a abolição, os libertos passam a ser vistos com desconfiança pela sociedade branca: a condição de ex-escravo faria desses homens e mulheres pessoas degeneradas e incapazes para a vida fora do cativeiro e do controle pessoal do senhor. Essa visão coeva teve ecos na historiografia durante muito tempo, marcando os trabalhos de estudiosos do tema por mais de 20 anos. Tal perspectiva, que proliferou principalmente dentro da chamada "escola paulista" liderada pelo sociólogo Florestan Fernandes, adotou sem os devidos filtros interpretativos as idéias vigentes na época. Com base em seus pressupostos, a historiografia referente ao trabalho fincou em 1888 uma espécie de marco onde de um lado estariam os escravos, sempre apáticos e dados ao vício, e de outro os trabalhadores livres, que eram brancos e na maioria das vezes estrangeiros, estes sim considerados sujeitos históricos autônomos e capazes de ação política.

Os novos estudos sobre a escravidão, no entanto, ofereceram uma outra visão. Inspirados especialmente nos pressupostos teóricos e políticos das obras de E. P. Thompson, alguns historiadores passaram a incluir em seus trabalhos a experiência dos cativos, partindo para uma nova abordagem da relação senhor-escravo. Como apontou Silvia Lara, alguns historiadores, baseando-se em Thompson, perceberam que "as relações entre senhores e escravos eram frutos das ações dos senhores, mas também dos escravos enquanto sujeitos históricos." [14]

Assim, criticando aquilo que Sidney Chalhoub chamou de "teoria do escravo-coisa."[15], vários estudiosos se propuseram a pensar os escravos, seja do campo ou da cidade, como seres capazes de ação autônoma, podendo ser agentes de sua própria história, além detentores de significados próprios de liberdade, contribuindo de maneira decisiva para os estudos referentes ao tema.[16] Muitos desses trabalhos enfocaram as batalhas cotidianas desses homens e mulheres na busca da liberdade, mostrando que a luta dos escravos não se fazia só nas revoltas e fugas, mas também estava presente no dia a dia, em pequenos atos que ganhavam novas dimensões quando politizados em seus

[13] Lara, Silvia Hunold. "Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil". In: *Projeto História,* São Paulo, (16), fev. 1998.
[14] Lara, Silvia Hunold. "Blowind in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil" In: *Projeto História.* São Paulo, (12), out. 1995. p.46.
[15] Chalhoub, Sidney. *O*p. *Cit.* 1990.
[16] Cf. Slenes, Robert. *Na Senzala, uma Flor: esperança e recordações na formação da família escrava.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; Lara, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro,*

significados.[17] Redimensionando a compreensão da experiência escrava, as novas propostas historiográficas acabaram por quebrar o relativo consenso existente acerca dos libertos, até então associados ao despreparo para o novo mundo do trabalho livre.

Desta forma, a escolha do porto do Rio de Janeiro como objeto de pesquisa não foi feita por acaso. A opção se deu por ser este um setor dos trabalhadores urbanos em que a presença do negro foi muito forte desde os tempos da escravidão, e assim continuou após a abolição.

Trabalhadores Avulsos

Voltando aos nossos personagens, vimos que, dos oito trabalhadores presos, um afirma ser estivador e os outros declaram algum tipo de serviço ligado ao porto sem especificar a função. Mas certamente todos trabalhavam no cais em serviços ocasionais. O caráter ocasional do trabalho era uma das principais características da mão de obra portuária. Essa forma de contratação moldava a experiência dos trabalhadores do porto em diversos níveis: na organização do trabalho, nas lutas sindicais, mas também nas horas de folga e lazer.

Hobsbawm caracterizou o porto como "uma indústria de fronteiras fluidas", onde se reuniam diversas ocupações, desde o serviço de carga e descarga de carregamentos, passando pelo sistema de transportes de mercadorias (por água e por terra), manutenção das instalações e das máquinas, até as atividades burocráticas de conferência e despacho de mercadorias.[18] No porto do Rio de Janeiro da Primeira República não era diferente. Em toda sua extensão – que ia do Arsenal da Marinha até São Cristóvão, englobando os bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Caju – conviviam várias categorias, que poderiam ser assalariados mensalistas ou diaristas. Desse enorme contingente de homens, embora existissem núcleos de trabalhadores fixos em algumas das unidades portuárias, pode-se afirmar que a maior parte era constituída de trabalhadores autônomos, sem vínculo empregatício.

1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; Matos, Hebe Maria. *O*p. *Cit.*; Chalhoub, Sidney. *O*p. *Cit.* 1990; Algranti, Leila Mezan. *O*p. *Cit.*

[17] Além dos já mencionados acima, ver também: Souza, Jorge Prata de (org.) *Escravidão: ofícios e liberdade.* Rio de Janeiro: APERJ, 1998; Reis, João José (org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil* São Paulo: Brasiliense, 1988; Silva, Eduardo & Reis, João José (orgs.) *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

[18] Hobsbawm, Eric. *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 210.

A contratação da mão-de-obra avulsa estava sujeita às flutuações do mercado, ou seja, o número de pessoas chamadas para determinado serviço dependia da quantidade de carga que deveria ser embarcada ou desembarcada naquele dia. Todas os dias, em diversos horários, vários homens se reuniam "na parede" – local onde os interessados se apresentavam para disputar uma vaga nas turmas que fariam o serviço [19] – em busca de trabalho. O número de braços contratados para o serviço variava de acordo com a carga, e a escolha dos homens era feita através da "chamada livre", sem obedecer nenhum critério pré-definido.[20] Quem queria trabalhar levantava a mão e "rezava" para ser apontado pelos capatazes ou encarregados das firmas agenciadoras da mão-de-obra, responsáveis pela contratação.[21] Esse sistema levou à criação e manutenção de um exército permanente de reserva na área do porto, ao qual os empregadores recorriam nos momentos de pico do movimento portuário, o que levava à depreciação dos salários.

Os escolhidos na "parede" ganhavam por período trabalhado (que podia ser por hora, dia ou noite de trabalho) ou por volume de mercadoria. Se o sujeito fosse escolhido – ótimo! – haveria pagamento. Caso contrário, os rejeitados tinham a opção de voltar para seus lares resignados ou ficar perambulando pelos bairros próximos ao cais na esperança de uma nova chamada, que poderia acontecer a qualquer hora do dia, ou não. Era bastante comum que aguardassem por uma nova chamada reunidos em alguma praça, jogando vermelhinha ou contribuindo para o próspero comércio de aguardente nos inúmeros botequins da zona portuária, ponto de encontro por excelência daqueles e de outros trabalhadores.[22] Mas poderiam também fazer como fizeram alguns daqueles homens do Cais dos Mineiros e aproveitarem o tempo livre para descansar em algum bote.

Nas disputas diárias na parede, o desafortunado que não conseguisse trabalho em determinado dia poderia ficar de bolso vazio à noite. Muitas vezes ter ou não onde dormir dependia do sujeito ter sido escolhido pelo contratador. Se tinha trabalho, poderia pagar uma hospedaria no fim do dia, caso contrário enfrentava-se a noite num banco de praça ou em alguma embarcação do cais. Essa última

[19] Segundo Maria Cecília Velasco Cruz, todo o trabalho de movimentação e arrumação de mercadorias no porto é realizado por grupos de trabalhadores cujo tamanho e processo de trabalho variam pouco de um porto para outro. No caso do Rio de Janeiro, os estivadores denominam esses grupos de "ternos", e os carregadores e arrumadores de "tropa" ou "turmas". Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Virando o Jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República.* Tese de Doutorado, USP, 1998. p. 45, nota 24.

[20] Esse sistema floresceu entre a segunda metade do XIX e início do XX na maioria dos portos do mundo (*free-call*, na Inglaterra e *Shape-up*, nos Estados Unidos) e aparece, historicamente, como resposta dos empregadores às constante flutuações da carga e descarga de mercadorias nos portos. Cf. Cruz, Maria Cecília Velasco e. *O*p. *Cit.*; Gitahy, Maria Lúcia. Caira. *Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914.* São Paulo: Ed. da Unep; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1992.

[21] São firmas intermediárias, contratadas pelos donos do navio ou pelas firmas de importação/exportação.

[22] Sobre o botequim como ponto de encontro dos trabalhadores no início do século, ver Chalhoub, Sidney. *O*p. *Cit.* 1986.

opção podia até ser mais vantajosa, pois assim o operário já acordaria no local de trabalho e bem cedo se lançaria de novo a uma nova batalha na "parede". Algo semelhante pode ter acontecido ao português José Engenheiro, que ao ser preso disse que "*não tinha modo de pagar uma hospedaria onde pudesse pernoitar"*.

A documentação policial é cheia de exemplos de portuários que não tinham endereço certo. Em dezembro de 1909, por exemplo, o português Manoel Gomes foi preso por agressão e em seu depoimento disse morar em uma hospedaria da Rua da Saúde, que ficava junto ao Trapiche Silvino. Durante o julgamento, o Chefe de Polícia informa ao Juiz da 2ª Pretoria que o português, conhecido como Cabo Verde "*costuma pernoitar nas hospedarias da Rua da Saúde ns. 53 e 131 e trabalha como foguista, não tendo emprego fixo.*"[23] Ou seja, o fato dele não ter emprego fixo foi, talvez, o principal motivo de Cabo Verde também não ter tido um teto fixo, sendo preciso apelar para as hospedarias para não dormir ao relento. Apesar dessa realidade não ser a de todos os trabalhadores do porto, ela não era estranha àqueles homens. De fato, as hospedarias da zona portuária eram uma opção razoavelmente barata para os pobres em geral, especialmente os solteiros, que "se arranjavam" em qualquer canto com mais facilidade[24].

Os portuários que tinham residência fixa, geralmente longe das redondezas do cais, também poderiam, em certas ocasiões, optar pelas inúmeras hospedarias ou estalagens da zona portuária, entre outras coisas porque a forma de contratação estimulava os homens a se apresentar e bem cedo na "parede" ou a permanecer nos arredores do porto, onde a qualquer momento, mesmo durante à noite, poderiam desembarcar navios para descarga. Além disso, em alguns casos, o próprio serviço pedia a permanência no local de trabalho, como pode ter acontecido naquele dia com o pardo João Cezário da Silva, que se disse obrigado a dormir no bote por motivo de, naquele dia, "*ter-se feito ao mar*". No mais, alguns moradores de bairros mais afastados podiam escolher os bancos de praça ou os botes do cais por motivos de economia: poupar o dinheiro da hospedagem e da condução até o local.

Outra vantagem de permanecer próximo ao cais era a possibilidade de fazer "um ganho extra" com outras tarefas eventuais, como fez o pardo Mariano Bochita, que, sendo estivador, aproveitou que não havia trabalho naquele dia para ganhar uns trocados tomando conta de um dos botes daquele

[23] AN – 2ª Pretoria do Rio de Janeiro; m.890, Cx. 5156. 1909.

[24] Dos trabalhadores portuários contabilizados na Casa de Detenção, 77% se declararam solteiros e apenas 14,3% se declararam casados. Os outros 8,7% eram viúvos (o que, teoricamente é o mesmo que solteiro) ou não declaram estado civil. Vale lembrar que, entre os que se disseram solteiros, poderiam existir muitos que, apesar de não oficialmente casados, eram "amasiados". Em contrapartida, muitos "amasiados" poderiam se declarar casados. De qualquer forma, na análise, o número esmagador de declarados "solteiros" supera essa possível diferença numérica.

cais. O porto era um bom lugar para os trabalhadores pobres conseguirem serviços provisórios que pudessem aumentar as despesas, não sendo difícil ver homens que realizavam ali diversas tarefas.[25] Mas a "estadia" nos bancos e botes por aqueles que moravam longe também poderia ser fruto da impossibilidade de voltar pra casa, por falta de dinheiro para o bonde ou por falta de sobriedade, afinal, ia de vento em popa a venda de Parati nos inúmeros botequins e quiosques da região.

Assim como um dos presos – o preto Prudêncio Pimenta, que declarou ser morador no distante Curato de Santa Cruz – não eram poucos os portuários que moravam em bairros afastados. Entretanto os bairros centrais, mais próximos ao porto, ainda concentravam a maior parte desta mão-de-obra no início do século. O preço dos aluguéis em habitações individuais dessas regiões não correspondia à realidade dos trabalhadores pobres da cidade, obrigando-os a buscar formas alternativas de moradia que fossem compatíveis com os baixos salários. As habitações coletivas – cortiços, estalagens, casas de cômodo – que, a despeito das tentativas governamentais de eliminá-las, continuavam proliferando pela cidade, eram uma saída possível. Em 1903, por exemplo, um estivador ganhava cerca de 8$000 pelo serviço realizado durante o dia e 12$000 quando realizado no turno da noite.[26] Um quartinho em uma casa de cômodos custava em média 20$000 mensais. Um cubículo de dois pavimentos na mesma casa saía por 35$000 por mês, em média. Enquanto isso, era bem difícil encontrar uma casa "normal" por menos de 80$000.[27] Não precisa ser matemático para notar que as habitações coletivas eram a melhor opção (muitas vezes a única viável) para a maior parte dos trabalhadores pobres, entre eles os do porto, principalmente porque não era todo dia que estes trabalhavam.

Naqueles tempos, a cidade sofria uma grave crise habitacional, que teve seu auge durante a administração de Pereira Passos. Em contrapartida ao enorme aumento da população[28], assistiu-se a diminuição de casas habitáveis, resultado da política de reformas que arrasou muitas das estreitas ruas do centro, demolindo inúmeras casas coletivas que ficavam no caminho das obras. Em seu lugar, ergueram-se ruas mais largas e amplas avenidas de prédios elegantes e suntuosos. Os populares que foram sumariamente despejados durante as reformas urbanas, tiveram que lutar para conseguir espaço nas casas coletivas que ainda existiam, mas custavam cada vez mais caro devido à valorização do

[25] Outro exemplo é Manoel Bastos Castilhos, que era catraieiro, mas exercia a profissão de estivador nas horas vagas. *Gazeta de Notícias*, 06/02/1906, Coluna "Na Polícia e Nas Ruas": Notícia sobre agressão que sofreu no Cais dos Mineiros.
[26] Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* p. 241.
[27] Carvalho, Lia de Aquino. *Habitações Populares.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Coleção Biblioteca Carioca, 1995. p. 136.
[28] Entre 1872 e 1890, a população do Rio de Janeiro praticamente dobrou, passando de 266 mil habitantes para 522 mil. Na última década do século XIX, a cidade teve ainda que absorver mais 200 mil novos moradores, por conta da crescente

solo urbano, o que estimulou a especulação imobiliária e o crescimento de uma verdadeira rede de exploração das habitações na cidade do Rio de Janeiro. Muitos acabaram ocupando os morros da cidade, onde construíram casinhas na maior parte das vezes sem nenhuma infra-estrutura e onde os serviços públicos não chegavam, como o Morro da Favela e o Morro do Pinto. [29]

Uma outra opção era fazer como Prudêncio Pimenta e morar nos bairros mais afastados, nas áreas suburbanas da cidade. Mas essa alternativa poderia gerar grandes inconvenientes, como gastos extras com as passagens de bonde e ter que acordar bem mais cedo para trabalhar, desperdiçando preciosas horas de sono (talvez por isso Pimenta tenha feito uma pequena pausa em um dos botes do Cais dos Mineiros para descansar). Além do mais, muitas pessoas já estavam sociabilizadas nas áreas centrais e não queriam simplesmente abrir mão de relações há muito estabelecidas entre vizinhos, comércio local, enfim, toda uma rede informal de vínculos que marcavam a sua própria identidade.

Em 1904, João do Rio acompanhou agentes de polícia numa visita a uma das inúmeras hospedarias de trabalhadores da cidade e assim descreveu suas impressões:

> "(...) Os quartos estreitos, asfixiantes, com camas largas antigas e lençóis por onde corriam percevejos. A respiração tornava-se difícil.
> (...)Havia com efeito mais um andar, mas quase não se podia lá chegar, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos, que se estirava nos degraus, gente que se agarrava aos balaústres do corrimão – mulheres receosas da promiscuidade, de saias enrodilhadas. Os agentes abriam caminho, acordando a canalha com a ponta dos cacetes. Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava. Mais um pavimento e arrebentaríamos. (...) e o cheiro, um fedor fulminante, impregnava-se nas nossas próprias mãos, desprendia-se das paredes, do assoalho carcomido, do teto, dos corpos sem limpeza. Em cima, então, era a vertigem. A sala estava cheia. Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar no cais os batelões que a levassem ao cepo do labor, em que empedra o cérebro e rebenta o músculo"[30]

Na passagem, João do Rio aponta que boa parte do "gado humano" que se amontoava na hospedaria trabalhava nas diversas profissões do cais, rebentando nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão ou carregando fardos. Se essa constatação se deu porque ele teve o cuidado de perguntar a profissão do "boi" ou simplesmente porque usou sua intuição jornalística para

---

entrada de estrangeiros. Em 1906 já havia na cidade cerca de 800 mil habitantes. Carvalho, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

[29] Cf. Carvalho, Lia de Aquino. *Habitações Populares;* Chalhoub, Sidney. *O*p. *Cit.* 1986.

deduzir o fato (baseando-se apenas na imagem que fazia do trabalhador do porto e aquilo que viu na hospedaria), nunca saberemos. De qualquer modo, suas impressões fazem sentido, pois as habitações coletivas de maneira geral – cortiços, hospedarias, zungas, casas de cômodo, estalagens, etc. – faziam parte da cultura dos trabalhadores pobres, sendo a moradia de boa parte dos homens do porto.[31] Já na segunda metade do século XIX, Santana era a freguesia com o maior número de habitantes e com a maior concentração de casas coletivas. Se em 1868 a freguesia contava 154 cortiços, em 1888 já endereçava 329 cortiços. Neste mesmo ano, o segundo lugar ficou com a freguesia do Espírito Santo, com menos da metade desse total, somando 158 cortiços[32].

[30] Rio, João do. "Sono Calmo". In: *A Alma encantadora das Ruas.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Originalmente publicado na *Gazeta de Notícias*, 10/06/1904, sob o título "O sono da miséria".

[31] Nas fichas de entrada na detenção, constantemente um mesmo endereço era declarado por diferentes presos em curtos períodos de tempo, indicando moradores dos cortiços. O número 19 da Rua da Saúde, por exemplo, foi residência de pelo menos 9 presos. Na mesma rua, se repetem ainda os números 8, 23, 25, 43, 73 e 75, o que sugere a existência de vários cortiços naquela mesma rua. A Senador Pompeu também foi bastante citada, especialmente o número 122, onde morou 7 daqueles homens, mas também os números 22, 31, 157 e 206. Os moradores da Rua da Imperatriz n. 105 também foram frequentadores assíduos da detenção, bem como os da rua da Misericórdia, especialmente os que moravam nos números 19, 21, 44 e 55. Excetuando a última, todas essas as ruas faziam parte das freguesias de Santa Rita ou Santana. Além de outros números das ruas citadas acima, outros endereços se repetem: Ladeira do Livramento, 15; Largo do Depósito 19; Barão de São Félix, 1; Rua da Prainha ns. 3, 32 e 40; Rua General Câmara, 175; General Pedra, 35; Beco dos Ferreiros ns. 9 e 11; Beco do Guindaste, 1; Beco do Bragança, ns. 13 e 3; Rua da Alfândega 212; Rua da Conceição 25; Rua da Constituição, 8; Conselheiro Zacharias, 12; Rua do Carmo, 14; Visconde do Rio Branco, 59; Rua da quitanda 138, etc. , quase todas em Santana e Santa Rita.

[32] Carvalho, Lia de Aquino. *O*p. *Cit.* pp.140-141.

Figura 2

Estalagem na Rua Senador Pompeu

Esses espaços de moradia coletiva são importantes para entender a experiência dos trabalhadores do porto pois, se era nesses lugares que morava grande parte daqueles homens, também era aí que se estabeleciam laços de solidariedade e eixos de conflito entre pessoas de origens diversas. Assim, ao dividirem o mesmo teto, negros e brancos, portugueses e brasileiros, enfim, pessoas de diferentes cores e nacionalidades compartilhavam experiências e estabeleciam trocas culturais.[33]

Se no olhar de pessoas como João do Rio e das autoridades, lugares como aquele só inspiravam receio e repulsa, para as pessoas que ali dormiam ele significava uma alternativa possível – talvez a única – às ruas. O problema é que nas ruas, a qualquer momento o sujeito poderia ver seu sono interrompido pela voz de prisão. Afinal, não ter onde morar naqueles tempos dava cadeia e dormir ao relento, ou simplesmente estar na via pública sem fazer nada, era contravenção prevista no código penal. Foi exatamente isso que aconteceu com nossos oito companheiros que descansavam no Cais dos Mineiros naquela noite de 1909. Mas também aconteceu com Antônio Mina e muitos outros

portuários que quando não estavam trabalhando, estavam vagando pelos arredores do porto, região que conheciam muito bem e onde viveram grande parte de suas histórias de vida.

A Zona Portuária e os Vadios do Porto

João do Rio referiu-se à Saúde, principal bairro da região portuária, como *o bairro rubro*, onde eram criadas *a rede tenebrosa, o encadeamento lúgubre da miséria e do crime*. Ao narrar um crime ocorrido no local, o nosso elegante cronista *flaneur* diz não estranhar o ocorrido, pois o crime seria um *exemplo comum da influência do bairro cuja história sombria passa através dos anos encharcada de sangue.*[34] Passeando pela região ele descreve suas ruas e a sensação que causava nas pessoas que, como ele, não faziam parte daquele mundo:

> "O bairro onde o assassinato é natural abraça a Rua da Saúde, com todos os becos, vielas e pequenos cais que dela partem; a Rua da Harmonia, a do Propósito, a da Conselheiro Zacarias, que são paralelas à da Gamboa; a do Santo Cristo, a do Livramento e a atual Rua do Acre. Naturalmente as ruas que as limitam ou que nelas terminam – São Jorge, Conceição, Costa, Senador Pompeu, América, Vidal de Negreiros e Praia do Saco – participam do estado de alma dominante.
>
> Toda essa parte da cidade, uma das mais antigas, ainda cheia de recordações coloniais, tem, a cada passo, um traço de história lúgubre. A Rua da Gamboa é escura, cheia de pó, com um cemitério entre a casaria; a da Harmonia já se chamou do Cemitério, por ter aí existido a necrópole dos escravos vindo da Costa d'África; a da Saúde, cheia de trapiches, irradiando ruelas e becos, trepando morro acima os seus tentáculos, é o caminho do desespero; a Prainha causa, à noite, uma impressão de susto." [35]

Também em suas andanças pela Casa de Detenção da cidade, João do Rio referiu-se ao "punhado de desordeiros da Saúde" ou aos "malandros da Saúde" como assíduos freqüentadores da prisão. As colunas policiais dos jornais também faziam constantes referências à Saúde como antro de criminosos:

---

[33] Já em 1856, os portugueses representavam 51,9% da população dos cortiços, enquanto os nacionais representavam 35%. Cf. Soares, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Depto. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1994. p. 159.
[34] Rio, João do. "As crianças que matam". In: *Histórias da Gente Alegre: contos, crônicas e reportagens da Belle-Èpoque carioca.* Org. João Carlos Rodrigues. Rio de Janeiro: José Olympio, 1891. p. 40.
[35] Idem. pp. 39-40

> "Ainda é o bairro da Saúde que fornece à avidez do leitor um destes fatos que numa simples notícia não pode justificar, mas de que muito lucraria o estudo paciente de gabinete de um criminalista" [36]

Principal reduto de uma das mais célebres e temidas maltas de capoeiras do século XIX, os Guaiamus, a má fama da região e o medo que ela despertava vinham de muito tempo e estavam associados, especialmente, à forte presença dos negros. Desde o século XVIII era ali que estava, entre os morros da Conceição e Livramento, o mercado de escravos do Valongo; também era no pé daquele morro, na esquina com a Prainha, que ficava a Cadeia do Aljube, para onde iam presos os escravos que cometiam algum crime e os quilombolas.

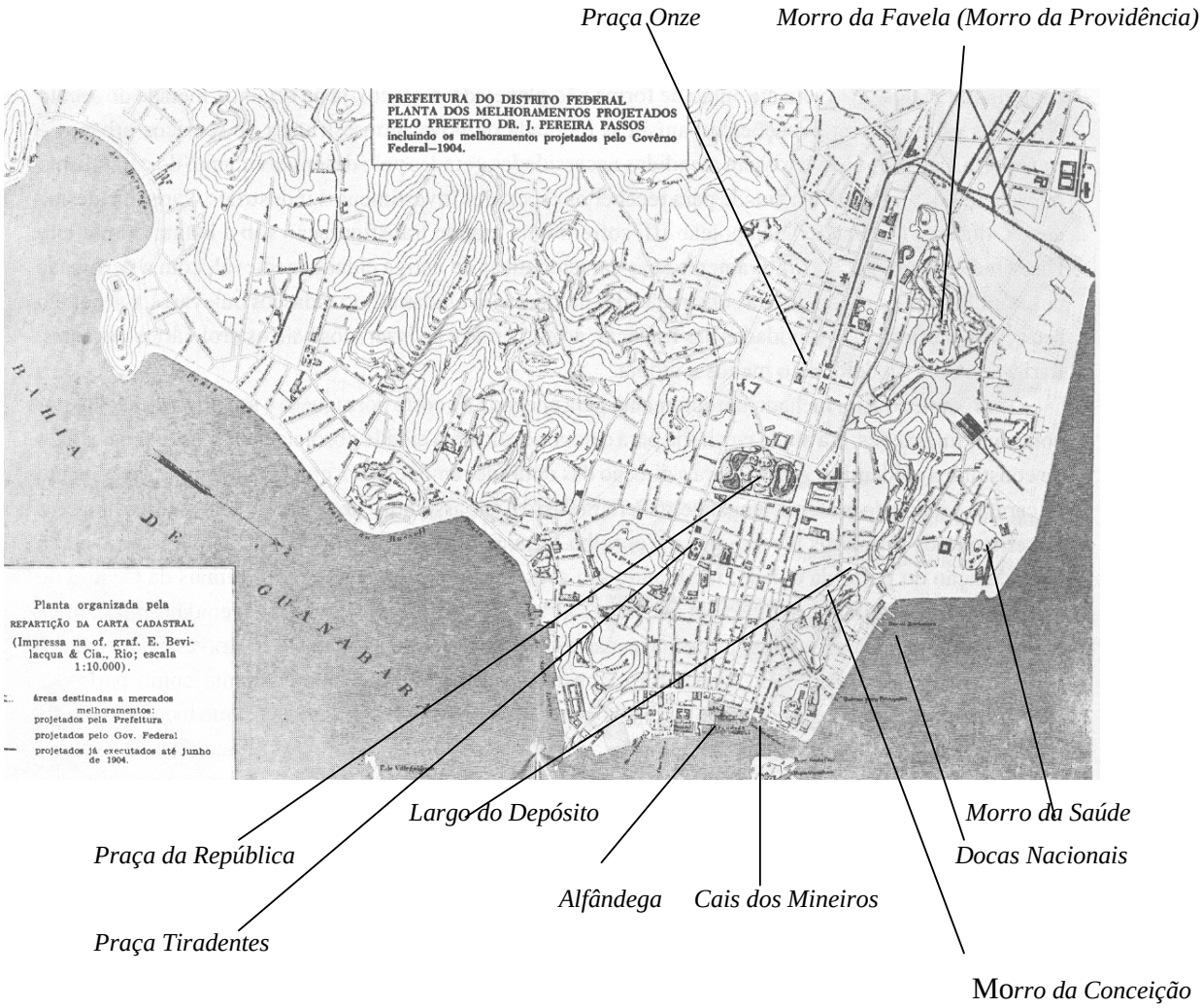
No século XX a imagem negativa da região associada à figura do negro ainda era muito forte. Por ocasião da famosa Festa da Penha, que ocorria no mês de outubro, um jornal narrou um conflito ocorrido em uma das inúmeras barracas que concorriam o público da festa e que terminou em tiros. Ao constatar a barraca em que se deu o conflito, o jornalista pareceu não se espantar:

> "(...) Era a barraca número um, em cuja entrada se lia em grossas letras de vermelhão: FLOR DA SAÚDE. Era, pois, certo, que a Flor da Saúde não podia desmentir a sua negra tradição."[37]

Ponto de encontro preferencial dos homens do cais do porto, a zona portuária foi palco de muitas histórias de vida daqueles trabalhadores. Mesmo os que não moravam nas redondezas tinham ali um espaço de sociabilidade privilegiado, seja no trabalho ou nos tantos botequins e quiosques do lugar, onde se vendia café e parati; no sindicato ou em alguma associação de lazer como a Sociedade União das Flores, agremiação Carnavalesca formada pelos portuários; nas rodas de samba e partido alto costumeiras ou nos circos e nas festas de santo que tinham como palco o Campo de Santana.[38]

[36] *Correio da Manhã*, 30/01/1904. Coluna: "Na Polícia e nas Ruas". p.2.
[37] *Jornal do Comercio.* 22/10/1906. p. 2

Mapa 1



Além de *pessoas* tidas como suspeitas (os negros e pobres de uma maneira geral), a região abrigou *lugares* tidos como perigosos, como o Morro da Favela e o célebre cortiço Cabeça de Porco, destruído a golpe de picaretas por Barata Ribeiro, logo nos primeiros anos do novo regime.[39] Não muito longe dali, nas ruas vizinhas à Praça da República, estava a zona do "baixo meretrício" e dos

[38] Sobre festas e carnavais na região, ver: Cunha, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000; Abreu, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

teatros cariocas, por onde também circulavam os homens do cais, num ir e vir constante. Por isso, os olhares da repressão se voltaram para lá e a presença da polícia marcou profundamente a experiência cotidiana dos portuários, especialmente depois de 1890, quando entra em vigor o código penal republicano que iria levar à cadeia inúmeros trabalhadores e pessoas que não se enquadravam nas duras regras que o novo regime pretendia implantar.

Antônio Mina, o africano que conhecemos logo na introdução desse trabalho, era freqüentador assíduo da região, tendo morado em vários endereços de Santa Rita e de Santana, onde foi preso inúmeras vezes. Em 20 de dezembro de 1908 foi detido às 7 horas da noite na Praça República e levado à Delegacia do 14º Distrito. Segundo o policial que o prendeu em flagrante, o acusado "seguia sem destino", por isso o prendeu por vadiagem. Diante do Delegado, Antônio, que dessa vez se apresentou como Antônio Africano, disse que era "natural D'África, de 54 anos de idade, casado, trabalhador, analfabeto, filho de pais incógnitos e residente na Rua João Caetano n. 50".

As duas testemunhas que depuseram no inquérito, ambos comissários de polícia, disseram exatamente a mesma coisa:

> "que hoje às 7 horas da noite viu ser preso em flagrante na Praça da República o acusado presente que seguia sem destino, que ele depoente conhece e sabe de ciência própria que o acusado presente não tem profissão, ofício ou meio de subsistência qualquer nem ter em que ganhe a vida ou domicílio"

Dada a palavra ao acusado, este declarou que não era verdade o que diziam as testemunhas, pois ele tinha domicílio e era trabalhador, não vagabundo. Em Juízo, o advogado, Dr. Henrique Pereira de Mello, pedia a anulação do julgamento por conta das irregularidades, a começar pelo fato das duas testemunhas serem comissários de polícia. O advogado ainda disse que o acusado poderia provar facilmente que era empregado na estiva, "onde era trabalhador assíduo, tendo meios honestos de subsistência e domicílio".[40] Esta era uma hipótese perfeitamente factível, dadas as rotinas de trabalho no porto que permitiam a indivíduos como ele a garantia de sua sobrevivência e o tempo livre que desejasse. O Juiz parece ter achado o mesmo: Antônio foi absolvido das acusações, mas não sem antes passar outra vez algum tempo na Casa de Detenção aguardando o julgamento.

A documentação policial está repleta de um imenso volume de casos semelhantes ao de Antônio Mina. No auto de prisão em flagrante de Manoel Eugênio Batista, um dos presos no Cais dos

[39] Uma boa descrição da demolição do Cabeça de Porco está em: Chalhoub, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Mineiros, o policial que o prendeu narrou os fatos segundo a fórmula habitual a estes registros – cuja linguagem padronizada e monótona, como veremos, revela muito sobre a forma de construção dos processos de vadiagem:

> "que hoje cerca de 1hora da tarde, no Cais dos Mineiros, prendeu e conduziu a esta delegacia o acusado presente Manoel Eugênio Rodrigues Batista, o qual, com outros que também foram presos, vagava por aquele cais em completa ociosidade; que conhece há muito tempo o acusado e pode afirmar de ciência própria que ele não tem meios de subsistência por fortuna própria ou profissão, arte e ofício ou ocupação legal honesta em que ganhe a vida, vagando sempre pelas ruas e praças públicas da cidade embriagando-se habitualmente"[41]

Estar nas ruas *vagando* e *em completa ociosidade* e ainda por cima *embriagando-se habitualmente* constitui uma evidente presunção do agente da lei. O fato de que seja invariavelmente mobilizada na justificativa destas prisões é extremamente significativo. "Flagrantes" como este justificaram a prisão de Manoel e seus amigos, como ocorria com muita gente da vizinhança nas primeiras décadas republicanas.

Em 16 de julho de 1904, o baiano Pedro José de Oliveira, pardo, carregador, morador do Morro da Favela, foi preso às 10 horas da noite no Largo da Providência. Junto dele estavam o carpinteiro português José Fernandes Ruivo e a doméstica brasileira Maria da Conceição, todos acusados de "ébrios habituais e vagabundos". As testemunhas, um condutor de bondes e um cigarreiro, ambos brasileiros, afirmaram na delegacia que os presos eram vagabundos, ébrios e que não tinham domicílio. A acusação foi contestada pelos três, que se defenderam afirmando que tinham, sim, domicílio certo, todos no Morro da Favela. Ruivo chega a dizer que "às vezes bebe alguma coisa, mas não é ébrio habitual".[42]

Em 17 de julho de 1909, foi preso na Rua da Saúde, às 10 horas da manhã Cândido Manoel Rodrigues que, segundo o policial que o prendeu

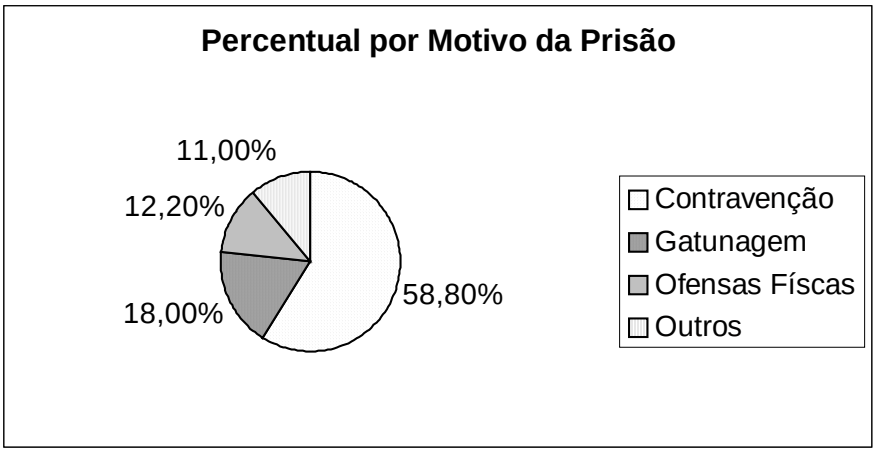
> "vagava por aquela rua sem destino e em completa ociosidade, que conhece o acusado e que podia afirmar de ciência própria que ele não tem meios de subsistência por fortuna própria, arte ofício ou ocupação legal e honesta em que ganhe a vida e vaga sempre em ociosidade pelas ruas e praças públicas desta cidade".

[40] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 6917. 1908.
[41] AN – 10ª Vara Criminal. Proc. 744, Cx. 329; Gl. B. 1909
[42] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 3444. 1904.

O mesmo disseram as duas testemunhas arroladas, um português e um brasileiro residentes em ruas próximas ao local onde a prisão foi efetuada, na Zona Portuária. Ao ser interrogado na delegacia, Cândido disse que tinha 21 anos, era pernambucano, trabalhava como estivador e morava na Rua da Saúde, n. 553.[43]

Casos como o de Cândido, Antônio Mina e outros citados acima são totalmente rotineiros nas ruas da região. Os Livros de Registros de Ocorrência, onde eram anotadas as prisões efetuadas diariamente pelas delegacias estão recheados de casos de prisões de portuários por vadiagem e embriagues[44]. Para uma idéia quantitativa, novamente lanço mão dos dados da Casa de Detenção. Analisando os portuários presos entre 1901 e 1910, chegamos a conclusão que 60% das prisões eram motivadas por contravenções (vadiagem, embriagues, desordens, jogo e capoeiragem). Destes, a vadiagem é o que apresenta o maior percentual das prisões (42,2% do total, sendo que em 14,2 % dos casos, combinado com outros artigos, especialmente desordens e embriagues, sempre associados a comportamentos de vadios).

Tabela D



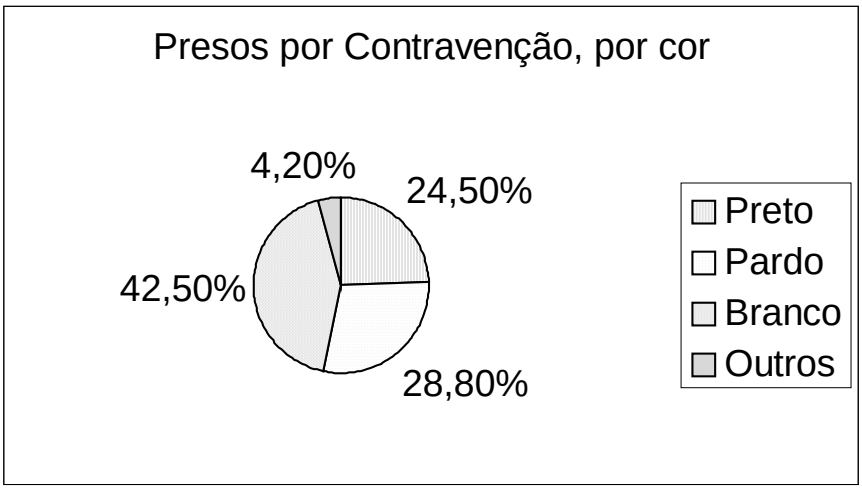
Fonte : Livro de Registro de Entrada de Presos na Casa de Detenção do Rio de Janeiro - APERJ

[43] AN – 10ª Vara Criminal. Cx. 331, Prc. 818. 1909

[44] Alguns jornais também costumavam noticiar diariamente as prisões efetuadas pelas delegacias, onde nota-se que grande parte delas era por vadiagem e embriagues Coluna "Na Polícia e nas Ruas" do *Correio da Manhã;* Coluna "Ocorrências" da *Gazeta de Notícias.*

Mas os registros da detenção também mostram outro fator importante: 56,3% das prisões por contravenção recaíram sobre pretos e pardos, enquanto 42,5% sobre os brancos, conforme indicado na Tabela E.

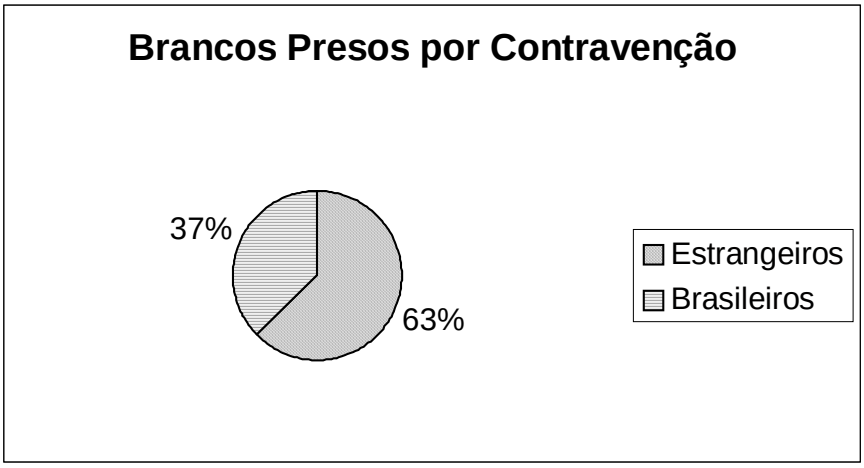
Tabela E



Fonte : Livro de Registro de Entrada de Presos na Casa de Detenção do Rio de Janeiro - APERJ

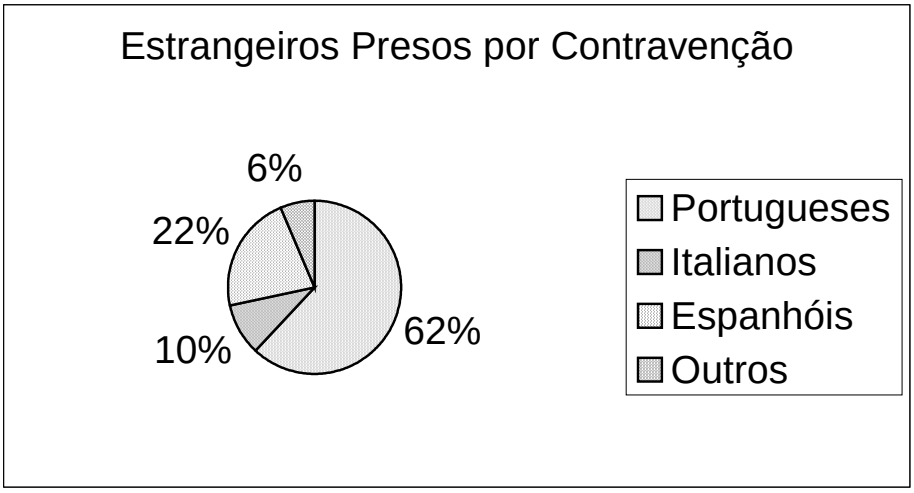
Vale lembrar que nessa época os brancos já superavam numericamente os negros na cidade do Rio de Janeiro, especialmente por conta dos imigrantes, que, aliás, eram a maioria dos presos por contravenção, especialmente os portugueses, conforme as tabelas F e G .

TABELA F



Fonte : Livro de Registro de Entrada de Presos na Casa de Detenção do Rio de Janeiro - APERJ

TABELA G



Fonte : Livro de Registro de Entrada de Presos na Casa de Detenção do Rio de Janeiro - APERJ

Na capital da recém-fundada república, as multidões anônimas que ocupam as ruas são vistas como sinônimo de barbárie e atraso, uma verdadeira ameaça à ordem, pois sua cultura, seus ritmos e seus hábitos estavam muito distantes dos padrões parisienses que a estética oficial sonhava implementar.[45] Assim, o modelo de civilização adotado de cima para baixo representou também, através do aparato repressivo legitimado por teorias científicas, a imposição da vigilância, do controle e da disciplina para toda a população. Neste conjunto, alguns pareceram merecer atenção redobrada: os negros.

Já no século XIX, o medo das revoltas escravas, ou de outras manifestações de luta pela liberdade, estava presente já no Código de Posturas Municipais de 1830, que atestava a preocupação no controle do trabalho, circulação e comportamento dos escravos urbanos.[46] Nos anos que cercam a abolição, o problema passa a ser os libertos e na década de 1890 eles são claramente identificados como o principal perigo para o futuro da nação. Em 1888 foi elaborado um projeto de repressão à ociosidade, considerado pelos deputados de suma importância, já que pairava sobre o Brasil o temor de que a abolição traria junto consigo o fantasma da desordem. Para garantir a ordem era necessário que, além de reprimidos, os libertos fossem educados, através de uma verdadeira ofensiva pedagógica, para viver em uma sociedade livre como trabalhadores disciplinados. O problema era que, na visão dos ex-

[45] Neves, Margarida de Souza. "O Povo na Rua: Um conto de duas cidades". In: Pechman, Robert Moses. *Olhares sobre a Cidade.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1994.

senhores, todo e qualquer liberto era ocioso e, portanto, marginal em potencial. Por isso, a repressão foi a outra face da pedagogia. Essas idéias estão claramente presentes na fala de um dos deputados, sobre o projeto do ministro Ferreira Viana:

> "Votei pela utilidade do projeto, convencido, como todos estamos, de que hoje, mais do que nunca, é preciso reprimir a vadiação, a mendicidade desnecessária, etc... Há o dever imperioso por parte do Estado de reprimir e opor um dique a todos os vícios que o liberto trouxe de seu antigo estado, e que não podia o efeito miraculoso de uma lei fazer desaparecer, porque a lei não pode de um momento para outro transformar o que está na natureza" [47]

De acordo com o projeto, os ociosos deveriam ser recolhidos a Colônias Agrícolas para cumprir pena de trabalhos forçados, numa união de castigo e "regeneração" através do aprendizado moral imposto pelo hábito do trabalho. O conceito de vadiagem, incorporado ao novo código penal na categoria das "contravenções", estava sendo construído em contraposição à positivação do trabalho. Assim, "enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça à ordem".[48]

O ideal de civilização pressupunha integração a uma nova ordem produtiva onde os escravos não faziam mais parte da cena. O mundo do trabalho com sua nova lógica de controle deveria absorver a grande massa de libertos, transformando-os em trabalhadores livres. Era então preciso dar positividade ao conceito de trabalho – que até então era entendido como coisa de escravo e, por isso, aviltante – conferindo-lhe um sentido enobrecedor, vinculá-lo à honra, à virtude e à liberdade. Neste novo mundo, o bom cidadão era o bom trabalhador.[49] Agora, os escravos deveriam ser trabalhadores livres e o controle da mão-de-obra não estaria mais subordinado ao controle senhorial, e sim ao Estado, alterando as dimensões de uma preocupação da classe dominante em relação aos perigos atribuídos aos negros e mestiços que permeou todo o século XIX. Afinal, a teoria de que a experiência do cativeiro produzia seres degenerados, propícios ao vício e à marginalidade, era ainda muito presente no imaginário das elites.

Além disso, ganharam força nas últimas décadas do XIX as premissas do racismo científico, que atribuíam uma inferioridade do elemento negro em termos biológicos. Para alguns, o potencial perigo dos negros, com seus vícios e defeitos, não era somente fruto da experiência como escravos, mas um fator "natural". Assim, os negros foram as principais vítimas da "suspeição generalizada", que

---

[46] Cf. Chalhoub, Sidney. *O*p. *Cit.* 1996*;* Algranti, Leila Mezan, *O*p. *Cit.*
[47] *Anais da Câmara dos Deputados*, 1888, vol.3, p.240. Apud. Chalhoub, Sidney. *O*p. *Cit.* 1986. p. 42.
[48] *Anais da Câmara dos Deputados*, 1888, vol.3, p.240. Apud. Chalhoub, Sidney. *O*p. *Cit.* 1986. p. 46.
[49] Chalhoub, Sidney. *O*p. *Cit.* 1996.

os colocava, por sua própria condição, como suspeitos *a priori*.[50] Se o liberto era considerado "naturalmente" degenerado, e o discurso científico veio dar legitimidade a essas teorias, era agora "dever" do poder público agir no sentido de garantir o controle social e a manutenção da ordem.

Mas ser um bom trabalhador pressupunha também obediência ao patrão. Segundo Sidney Chalhoub, "a autoridade do patrão é enfatizada e considerada essencial para que o trabalhador se veja obrigado a desempenhar suas tarefas com a eficiência exigida", e cita um discurso proferido pelo deputado Rodrigues Peixoto durante as discussões do projeto contra ociosidade que vale reproduzir:

> "O patrão, depois de celebrado o contrato, se constitui uma espécie de Juiz doméstico e tem ação incontestável sobre o trabalhador, para guiá-lo e aconselhá-lo. Se alguma vez o indivíduo sai das órbitas legais e pratica alguma falta ou delito ligeiro, que não precisa ser punido pela lei, o próprio patrão, em virtude do regulamento que ali existe, e que estabelece direitos e deveres entre locatário e locador, lhe inflige castigos moderados como aqueles que infligem os pais aos filhos."[51]

O discurso do deputado deixa claro que na falta do senhor, a dominação pessoal, julgada necessária para a manutenção da ordem, estaria agora representada na figura do patrão, que seria o responsável pela "educação" do seu empregado, mas também com direito de aplicar-lhe punição a necessária. Para Rodrigues Peixoto, o castigo que o patrão aplica no seu empregado deve ser entendido como "aqueles que infligem os pais aos filhos", numa pequena amostra de como a forma paternalista de pensar as relações sociais, tinha força no pensamento das elites.

Mas, se a figura do patrão era tão importante na construção do ideal do bom trabalhador, o que dizer dos "operários sem patrões"?[52] Os trabalhadores avulsos do porto, bem como todos aqueles que se entregavam ao trabalho ocasional, por opção ou por falta dela, não se encaixavam nesse ideal e constantemente eram confundidos com vadios e facilmente associados aos mais diversos tipos de crime, pois já de saída se distanciavam do modelo binário que opunha vadios e trabalhadores, disciplinados e desordeiros e assim por diante. Foram por isso um dos grupos sobre o qual a suspeição caiu com mais força.

O conceito cunhado na lei para a vadiagem dava margem para a inclusão de várias outras contravenções, permitindo que de uma tacada só fossem englobados ébrios, mendigos, desordeiros,

[50] Chalhoub, Sidney. *O*p. *Cit.* 1996. p. 25. Sobre racismo científico, ver: Schwarcz, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930.* Companhia das Letras, 1993.
[51] Chalhoub, Sidney. *O*p. *Cit.* 1986. p.45.

capoeiras, jogadores, cáftens, enfim. Essa abrangência se torna extremamente funcional para os propósitos da polícia, já que a prisão por vadiagem poderia ser realizada a qualquer momento, bastando a autoridade policial suspeitar do sujeito. Poucos anos após a promulgação do Código Penal, o Chefe de Polícia do Distrito Federal fez considerações sobre o delito da vadiagem:

> "A repressão da vagabundagem tem antes de tudo, caráter preventivo; presume-se, com razão, que o indivíduo vivendo assim será levado por suas necessidades e sua ociosidade a cometer crimes e delitos, ou, pelo menos, a viver como parasita, à custa da sociedade, repelindo a lei do trabalho que se impõe a todos" [53]

Hoje em dia pode soar estranho que alguém possa ser preso por *não estar fazendo nada* e que *vadiagem* leve alguém a ter de se explicar com o delegado, como aconteceu com Antônio Mina e os portuários do Cais dos Mineiros. Mas na virada do século XIX para o século XX, cenas como aquelas eram bastante comuns, especialmente nos bairros mais pobres e suspeitos da cidade, como a zona portuária e arredores.

O artigo 399, que tratava da vadiagem, definia o vadio e prescrevia formas de reincorporá-lo aos padrões de comportamento social tidos como regulares através do trabalho. Segundo o código penal, a vadiagem era cometida por aquele que

> "Deixar de exercitar profissão, ofício ou qualquer mister que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes"[54]

Daí a fórmula adotada pelos agentes da polícia na elaboração dos seus autos de prisão e outras peças dos processos, quase sempre sustentados por testemunhos dos próprios membros da corporação e seus aliados. Nota-se que foi exatamente esse o discurso que o delegado usou quando apresentou ao Chefe de Polícia, os nove presos do Cais dos Mineiros. Para as elites o comportamento de homens como Antônio Mina e companheiros, representavam uma ofensa à moral e aos bons costumes. Ao vê-los naquele cais, o delegado só enxergou "maltrapilhos, fétidos e imundos", representando "grande

---

[52] Expressão que dá nome ao já mencionado livro de Fernando Teixeira da Silva sobre o porto de Santos. Silva, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.*

[53] Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal. Brasil. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado pelo Ministro Alexandre Cassiano do Nascimento em 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

[54] Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Cap. XIII, art. 399. *Colleção de Atos do Governo Provisório.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

escândalo e ofensa ao decoro público" – razão pela qual, segundo ele, mereciam "um destino compatível" a ser dado pela autoridade. No caso, uma temporada na Casa de Detenção e outra na Colônia Correcional Dois Rios[55], criada fora do espaço urbano, para onde seriam enviados os "perigosíssimos" reincidentes, que representavam o maior dos problemas para a sociedade e para quem a legislação previa penas mais rígidas. A criação em todo território nacional destas instituições correcionais justificava-se pela tese da "recuperação pelo trabalho", unindo em uma só medida as ações curativa e preventiva. Arrancando os "parasitas" do convívio social e forçando-o à um cotidiano forçado de trabalho, buscava-se ao mesmo tempo castigá-lo e regenerá-lo. Eram as teorias científicas atuando pela "causa" da nova sociedade moderna e civilizada.

No entanto, por mais que as novas técnicas[56] pudessem comprovar a reincidência do preso, ainda era difusa a própria diferenciação entre os vadios "profissionais" e os "ocasionais", até porque raramente levava-se em conta um problema bastante grave naquele momento: o enorme desemprego que assolava a cidade. Se por um lado o aumento no número de reincidentes poderia atestar uma constante recusa de algumas pessoas se adequarem aos novos padrões de comportamento impostos, por outro podia significar também uma impossibilidade de adequação. No caso dos trabalhadores do porto, era muito difícil separar o vadio do trabalhador e acertar o foco das políticas repressivas. Vítimas de uma suspeita ainda mais carregada, os negros do porto – pelas particularidades de seu trabalho e pela cor da pele que os tornavam suspeitos referenciais – foram, mais que outros grupos, remetidos para o tal "destino compatível" e povoaram as cadeias da capital federal. Se voltarmos para as ruas da cidade atrás de personagens desta história, podemos ver mais de perto como as coisas funcionavam naquele início de século.

Os "perseguidos" pelos agentes policiais

Em 26 de novembro de 1907, encontramos novamente o velho africano Antônio sendo preso, às 4 horas da tarde na Rua Barão de São Felix "por estar em completo estado de embriagues". Perguntado na delegacia, respondeu se chamar Antônio Africano, ser trabalhador, morador da rua Barão de São Felix, 54. As duas testemunhas presentes se declararam empregados do comércio – o

[55]APERJ - Livro de Registro de Entrada na Casa de Detenção - 1909.
[56] Nessa época, no Brasil e outras partes do mundo, substituiu-se o método *antropométrico* de identificação, baseado na descrição e medidas do indivíduo, e começa-se a adotar o *datiloscópico*, que usa as impressões digitais.

espanhol Eloy (sobrenome ilegível) e paraibano Antônio Firmino de Brito – e prestaram o mesmo depoimento na delegacia: que viram ser preso o acusado na Barão de São Félix "em manifesto estado de embriagues; que o acusado presente é ébrio habitual pelo que tem sido preso inúmeras vezes". Dada a palavra a Antonio, este responde que só falaria alguma coisa em seu favor na Pretoria.

Meses depois, em 20 de fevereiro do ano seguinte, o Juiz da 8ª Pretoria iria proferir a sentença. Mas antes, vejamos os argumentos do Dr. Henrique Pereira de Mello, que defendeu o africano:

> "O presente processo representa uma negação completa do Direito e Justiça que devia presidir em todo o seu feito e não de maneira criminosa (...) como foi organizado pela autoridade processante (...)
>
> (...) no processo não existe o exame feito pelos médicos legistas como de direito para provar ser o acusado ébrio habitual (ou por outra que se entregue ao vício da embriagues); sim, porque o indivíduo que, acidentalmente em certo dia se exceda bebendo, se embriagando numa festa ou em companhia de amigos, não é um contraventor, não é passível de pena(...)
>
> Para completar a edificância deste processo, vê-se depondo como condutor do acusado um comissário e logo em seguida outro como testemunha e como se não bastasse tanta irregularidade para conferir essa série de nulidades, aparece depondo como segunda testemunha Antonio Firmino de Brito, empregado no comércio!!! (é falso, afirmo e repito se necessário for) Sr. Meritíssimo.
>
> Veja-se e avalie-se do critério e exemplo de quem se diz investido de autoridade: qualificando para depor e fazer prova contra um infeliz chefe de família a sua própria ordenança Cabo Antônio Firmino de Brito como empregado no comércio!!!!
>
> (...) assim ficando cabalmente provada a falsidade de todo este processo onde se acumulam tantas irregularidades. O acusado, Sr. Juiz, é trabalhador da na estiva e chefe de família e; não é ébrio, porque o homem que mantém família e trabalha em tão afanoso serviço já merecendo cargo de chefe não podem ser ébrio (...)"[57]

Os argumentos da defesa são claros: positiva a figura do réu dando-lhe uma imagem de trabalhador morigerado (tanto que conseguiu cargos de chefia!). Colocando-o como bom trabalhador e chefe de família, ele não poderia ser enquadrado por contraventor, afinal, ser "ébrio habitual" era coisa de vadio na concepção de quem fazia e de quem aplicava a lei. Além disso, o advogado usa um outro argumento recorrente nas defesas, a de que as testemunhas eram falsas. Essa situação era comum nos processos por contravenção e só foi possível em virtude da maneira como os processos eram produzidos e conduzidos no início do século XX.

[57] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR.6923. 1908.

Em outubro de 1899 foi aprovada uma lei, conhecida como Lei Alfredo Pinto, que versava sobre os procedimentos utilizados na prisão, no processo e no julgamento das contravenções. O objetivo desta lei era dar mais agilidade ao julgamento e punição desses crimes, revelando a fúria republicana na caça aos contraventores. Para isso, os delegados de polícia passaram a ter o poder de produzir, dentro das próprias delegacias, os processos por contravenção. Do auto do flagrante à conclusão, todos os passos do processo poderiam ser feitos dentro da esfera policial. O judiciário apenas proferiria as sentenças ou poderia requisitar novas investigações e depoimentos se julgasse necessário.[58] Os processos iam prontos para as pretorias de modo que o Juiz quase sempre ficava alheio ao que ocorria na fase de instrução e raramente ouvia os acusados se defendendo.

Nos poucos processos em que foram anexadas aos autos as defesas dos réus, é possível conhecermos algumas das muitas irregularidades ocorridas, como aconteceu no processo de Antonio Africano. Aliás, apesar de "perseguido", o africano podia se considerar um privilegiado se comparado a seus companheiros de prisão. Entre os portuários presos por vadiagem, embriagues ou outra contravenção, ele foi o único que mereceu testemunhas de defesa, que declararam em seus depoimentos que ele era um bom trabalhador e com domicílio certo[59]. Na maior parte dos casos, os processos não apresentavam nem ao menos a defesa do próprio réu, provavelmente porque a origem social dos acusados não lhes permitia acionar advogados, que custavam caro. No mais, a polícia produzia processos que obedeciam a certos padrões que praticamente não davam margem para os acusados se defenderem das acusações que lhes eram impostas.

Em 09 de novembro de 1909, por exemplo, a polícia prendeu por vadiagem, às 8 da manhã, na Rua da Gamboa, próximo à Estação Marítima, três indivíduos: Manoel Antônio Drumond, vulgo Bexiga Naval, empalhador pernambucano de 23 anos, morador na Rua da Paz, 23; Antonio Alves, português de 22 anos, trabalhador do carvão, morador da Rua da Gamboa, 115 e Emygdio de Souza, paraibano, 22 anos, marítimo, morador na Travessa do Sereno, 15.

Segundo o policial que os prendeu, esses indivíduos estavam "vagando na referida rua, sendo certo que os mesmos não têm ocupação e nem tampouco domicílio certo e por isso deu-lhes voz de prisão". As duas testemunhas, Francisco Fernandes de Oliveira e Francisco Guerra, ambos "agentes de

[58] Matos, Marcelo Badaró de. *Contravenções e Contraventores no Rio de Janeiro da Virada do Século.* Tese de Mestrado, UFF. (versão modificada, 1998) p.50

[59] Como em 1905, quando Antônio foi preso por embriagues na Rua Barão de São Félix. Processo já comentado na Introdução (8ª Pretoria do Rio de Janeiro – OR. 4077)

segurança pública", disseram que estavam com o condutor quando este prendeu os três indivíduos e que sabiam "de ciência própria serem gatunos, vagabundos, sem domicílio certo e nem ocupação"

Dada a palavra aos acusados, estes disseram que não contestariam as testemunhas, pois fariam isso em Juízo competente e provariam que não eram vagabundos. O marítimo Emygdio chega mesmo a dizer "que nada adiantava contestar o depoimento da testemunha", que já não era a primeira vez que consigo assim procediam e que ao ser chamado na Pretoria saberia se defender. E todos alegaram serem "perseguidos pelos agentes policiais"[60] – como em casos que vimos anteriormente. À padronização das autuações e outras peças acusatórias corresponde uma pasteurização das defesas, quase sempre centradas em vícios processuais (aliás, evidentes) quando os acusados tinham acesso a um advogado, procurador ou simplesmente a capacidade de fazer a própria defesa por escrito. Não à toa, os juízes costumavam acatar tais argumentos, quando eles chegavam a ser formulados nos sumaríssimos processos relativos a vadiagem e outras contravenções.

Mais do que acirrar a repressão, a produção dos processos nas delegacias acabou por facilitar as prisões justificadas apenas na suspeita ou que, no fundo, se baseavam em questões pessoais entre a autoridade policial e o acusado. Os meganhas – ao menos os de baixa patente, como os praças que faziam a ronda pelas ruas – também eram trabalhadores pobres, muitos deles negros e moradores dos mesmos bairros populares e até dos mesmos cortiços que aqueles que prendiam. Muitos poderiam freqüentar os mesmos botequins e bailes que as suas potenciais vítimas. O próprio *Regulamento para o Serviço Policial do Distrito Federal*, de 1903, estimulava que os inspetores secionais, responsáveis por dar parte ao delegado das ocorrências na seção de sua responsabilidade, tivessem familiaridade com a região compreendida por sua seção, de forma a "mostrar-se conhecedor das pessoas residentes em sua seção".[61] Essa proximidade e convivência podiam gerar conflitos pessoais que eram resolvidos na demonstração de poder do policial sobre as vítimas. Muitos indivíduos poderiam ser enquadrados simplesmente por estar andando nas ruas em horários considerados impróprios ou por alguma "picuinha" do meganha. A suspeição estava cada vez mais generalizada e se o policial cismasse com alguém, era prisão na certa.

O preto estivador Sabino Carlos Montezuma foi preso por vadiagem junto com a cozinheira Maria Rosária das Dores em 29 de agosto de 1904, às 9 horas da noite, na Rua da América.

[60] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 3650. 1909. No entanto, só Emygdio apresentou sua defesa ao Juiz, onde alegou ter sofrido inúmeras arbitrariedades por parte da polícia. Mas de nada adiantou, pois foram os três condenados a 22 dias e meio de prisão.
[61] Matos, Marcelo Badaró de. *O*p. *Cit.* p. 53

Montezuma, assim como Maria, foi acusado de não ter profissão nem domicílio certo. As testemunhas foram dois negociantes portugueses, moradores em ruas vizinhas de Santana – Antônio Rocha, da Rua General Pedra; e Albino Machado, da Comandante Maurity – que disseram que os réus eram "vadios conhecidos". Montezuma contestou o depoimento das testemunhas por serem falsos. Ao que parece, não era a primeira vez e nem a última que o preto era levado por vadiagem. Alguns dias depois, encaminhou a defesa que ele mesmo escreveu ao Juiz, onde alegou ser trabalhador[62] e ter, sim, domicílio certo. Disse que na ocasião em que foi preso fazia sua mudança do Morro da Providência para a Rua Senador Pompeu, 144. Disse também que acreditava "*ser vítima de uma perseguição por parte das autoridades da 9ª Circunscrição Urbana*" e que já havia sido preso duas vezes no mesmo dia pelas autoridades da mesma Circunscrição, por puro acinte. Mesmo tendo alegado ser trabalhador e ter residência fixa no Morro da Favela há mais de dois anos, Sabino Montezuma não escapou dos 22 dias e meio de prisão dados pelo Juiz. [63]

O famoso advogado Evaristo de Moraes se pronunciou sobre os procedimentos arbitrários na condução dos processos dentro das delegacias. Em artigo oportunamente intitulado "Justiça aos Pobres", ele comparou as práticas judiciais na França e no Brasil e diz que, aqui, as leis do código penal se cumpriam

> "(...) ao bel prazer de uns funcionários sem responsabilidade, praças, agentes e "encostados", que se arrebanham em certas ocasiões, montes de criaturas humanas e atiram nas prisões sem maior exame.
> O processo dos vagabundos é, em geral, uma coisa tristíssima e lamentável.
> Basta dizer que, executados, num só dia ou numa só noite, trinta ou quarenta prisões depõem A RESPEITO DE TODOS OS ACUSADOS uns dois ou três agentes policiais, que, muitas vezes NÃO SÃO OS MESMOS QUE REALIZARAM A DILIGÊNCIA! A defesa ainda é mais ilusória do que as dos tribunais franceses: lá o julgamento faz-se em audiência, aqui é o Juiz singular quem decide, sem ter visto, na maioria dos casos, a pessoa do acusado. A situação verdadeira de uma pobre criatura presa por vagabundagem é deplorabilíssima, embora a lei fale em defesa, em testemunhas, em prazos, etc.
> Quem escreve estas linhas já viu (e pode provar o fato) autos inteiros escritos e prontos, faltando apenas nomes de acusados e datas. À proporção que se iam realizando prisões, iam sendo cheios os "claros" e remetidos da polícia os processos para as pretorias.
> Quando se anunciou a idéia da "polícia processante", dissemos as nossas dúvidas a respeito da "qualidade" do seu trabalho. Parece que apenas se cuidava da "quantidade" do serviço. Sob esse ponto de vista, os resultados também

[62] Nesse processo Sabino alega apenas ser "trabalhador", sem especificação. Mas em outras referências de prisões, tiradas dos Livros da Casa de Detenção, consta "estivador" (várias entradas entre 1902 e 1903)
[63] AN - 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 3313. 1904. Sabino Carlos Montezuma também havia sido preso em 27/07/1904 por capoeiragem.

não têm sido satisfatórios. Alguns juízes pretores, cheios de nobre escrúpulo, tem nulificado dezenas de processos e absolvido muitos e muitos supostos vagabundos, por insuficiência de provas oferecidas (...)"[64] (grifos do autor)

Evaristo de Moraes estava certo: o número de absolvições era muito maior do que o de condenados nos processos por vadiagem. No entanto, mais do que condenar ou absolver os acusados, os juizes julgavam os processos e a condução destes pelos policiais. Por isso, muito mais do que "absolvições" no mérito, ocorriam "anulações" dos processos. Na verdade, era comum a discordância entre polícia e judiciário na condução dos processos. Quando das discussões da Lei Alfredo Pinto, juristas e magistrados se mostraram contra a delegação de funções antes exclusivas do judiciário às autoridades policiais. Tendo sido aprovada a lei, os magistrados demonstravam a ineficiência policial na condução dos processos no próprio julgamento desses.[65] No mais, os próprios "contraventores" não estavam completamente alheios a esta tensão e muitas vezes sabiam usá-la em seu proveito, especialmente os mais instruídos.

Apesar disto, como afirma Matos, do ponto de vista policial a lei era bastante eficaz. Prendendo sumariamente os suspeitos, as autoridades policiais cumpriam o seu papel de reprimir e controlar os ditos contraventores pois, mesmo que estes fossem absolvidos no final, já teriam passado por uma série de incômodos, constrangimentos ou violência e "aprendido a lição". No que diz respeito ao tempo de prisão, ser absolvido ou não muitas vezes não fazia tanta diferença, pois a pena média era de 22 dias e meio de reclusão, em um processo que durava cerca de 15 dias para ser concluído. Mas havia casos extremos em que o acusado passava bem mais tempo do que isso aguardando o processo.

Foi o que aconteceu com o preto Olympio Batista Ribeiro, de 22 anos. Preso por vadiagem na Rua General Caldwel, à uma hora da manhã do dia 12 de maio de 1903, Olympio alegou morava no número 117 da mesma rua e que dirigia-se para sua residência quando recebeu voz de prisão. Diante da autoridade policial sustentou que era trabalhador braçal e não vagabundo, dado confirmado por sua ficha na Casa de Detenção onde está anotado "estivador" no campo referente à profissão do detento – mas o processo seguiu em frente. De acordo com o processo criminal, Olympio só recebeu a sentença do Juiz quase três meses depois, em 28 de julho do mesmo ano. Como era normal acontecer, o Juiz da

[64] *Correio da Manhã.* 29/02/1904.
[65] Para uma análise da organização da polícia no período republicano, ver: Bretas, Marcos Luiz. *A guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

8ª Pretoria anulou o processo por irregularidades – as testemunhas eram policiais –, mas de que adiantou? Olympio ficou mais tempo preso do que deveria ter ficado caso fosse condenado[66].

Olympio foi um dos portuários que, como tantos outros, fora preso inúmeras vezes pelos crimes de contravenção, de acordo com os registros da Casa de Detenção. Em 15 de janeiro de 1907, por exemplo, novamente estava ele na delegacia respondendo por "vadiagem". Desta vez, fora preso na rua Senador Eusébio e acusado de "vagabundo incorrigível" pelo policial que o prendeu. Diante do delegado, disse que morava na rua Barão de São Félix, não muito longe do endereço anterior e que era carroceiro[67]. As testemunhas do processo eram negociantes moradores da rua Visconde de Sapucaí, vizinha ao local onde Olympio foi preso: o português Manoel Gomes e o brasileiro Francisco Oliveira. Ambos afirmaram que Olympio não tinha residência fixa nem profissão, mas foram contestados pelo réu, que disse que eram falsos os testemunhos[68].

Em grande parte dos processos, as testemunhas eram registradas como negociantes ou empregados do comércio, e quase sempre moradores de ruas próximas ao local da prisão, o que reforça a idéia de que, não só por parte dos policiais, mas também das testemunhas, muitas acusações eram baseadas em questões pessoais. Talvez Olympio, bem como Montezuma e muitos outros, tivessem alguma "questão" com os tais negociantes. Quem sabe não tinham pago a conta na padaria ou no botequim, despertando a raiva do comerciante. Ou talvez aqueles negociantes simplesmente concordassem que homens como Olympio, Montezuma, Antônio Mina e outros eram mesmo vagabundos e mereciam ser punidos por isso. Mas há, ainda, a possibilidade de que as testemunhas fossem, na verdade, policiais buscando agilizar os processos às custas de falcatruas. Nunca saberemos as verdades de cada processo, mas essas são hipóteses possíveis dentro da realidade da cidade naquele início de século XX.

[66] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 5816. 1902.
[67] No século XIX, os carroceiros eram os principais responsáveis pelo transporte das mercadorias que chegavam ou saíam do porto. No início do XX, com a constante utilização de sistemas mais modernos de transporte, essa categoria diminui de importância no sistemas portuário, mas não some completamente. De qualquer forma, o "carroceiro" pode também trabalhar em serviços que não seja necessariamente ligado ao porto. No caso de Olympio, como ele se declarou "estivador" em outra ocasião, o mais provável é que seu serviço de carroceiro seja ligado sim ao porto, e que ele atuasse nos dois trabalhos.
[68] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 5816. 1907.

Vadios, trabalhadores e desordeiros.

Vicente Rodrigues Pereira era um pardo carregador conhecido na zona portuária pelo apelido de Bexiga. A julgar pela sua ficha de antecedentes, tal como Antônio Mina, Bexiga foi um dos "alvos certeiros" da mira policial. Entre 1901 e 1908 foi preso pelo menos 17 vezes, quase sempre por contravenção[69]. Vale a pena nos determos um pouco mais nos processos que envolvem Bexiga, que evidenciam uma verdadeira coleção de arbitrariedades policiais. Em 12 de julho de 1902 foi preso, às 10 horas da noite, por vadiagem na rua General Pedra. Na delegacia, foi acusado pelo praça de polícia que o prendeu de "vagabundo e desordeiro conhecido", o que foi confirmado pelas duas testemunhas: o Inspetor Secional João Rogério Carvalho e o cocheiro Miguel Napolitano. Dada a palavra ao acusado, este se defendeu dizendo que eram falsas as acusações, que ele era morador da Rua Santo Cristo, n.50 e estava indo para casa quando recebeu voz de prisão sem ter feito mal algum. No seu interrogatório, Vicente alegou que era trabalhador e que o Inspetor Carvalho o odiava. Não tendo apresentado provas de sua inocência – nestes processos sumários cabia ao acusado o ônus da prova – foi condenado pelo Juiz da 8ª Pretoria à 22 dias e meio de prisão.[70]

Em 1905 ele foi preso novamente na Rua Santo Cristo, às 7 horas da manhã do dia 18 de julho, por "ébrio habitual e desordeiro conhecido". Apesar de, no processo, nada indicar que estivesse "em exercício de destreza e agilidade corporal", que caracteriza a "capoeiragem", ele respondeu por este artigo (art.402) e também por embriagues (art. 396). As duas testemunhas arroladas no inquérito, um negociante e um empregado no comércio, confirmaram a acusação e acrescentaram que Bexiga, além de ébrio habitual, era "um dos desordeiros mais perigosos de Santo Cristo e Praia Formosa". Bexiga contestou os depoimentos e, durante o interrogatório tomado no dia seguinte na mesma delegacia, alegou que foi preso devido "a intrigas dos feitores do depósito de carvão em que trabalha". Perguntado se tinha algo a dizer que justificasse sua inocência, respondeu que

> "sim, pois há dois anos mora na Piedade e nunca foi preso lá, tendo somente tido nesta delegacia como homem turbulento, vagabundo e ébrio, porém em juízo há de demonstrar que é falsa a acusação que lhe fazem"

Apresentando pessoalmente sua defesa, que escreve de próprio punho numa letra sofrível, ele alega que os seus "feitores" e o inspetor que o prendeu eram seus inimigos e que este último havia lhe

[69] Sua ficha de Antecedentes anexada ao processo OR. 5585 consta 16 prisões. Mas foi encontrado um processo de 1908.
[70] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR.2283. 1902

pedido certa quantia de dinheiro. Tendo se recusado a dar-lhe a quantia, recebeu a voz de prisão do mesmo inspetor. Disse também que, na delegacia, lhe obrigaram a assinar um papel reconhecendo sua culpa, pois lhe disseram que só assim poderia ser solto.[71] Mesmo diante de todas as declarações apresentadas por Bexiga, o Juiz condenou-o a 22 dias e meio de prisão, mas considerou a acusação de embriagues.

Que Bexiga não era exatamente aquilo que a polícia compreendia por "bom trabalhador" parece certo. Assim como é certo também que o fato de não se encaixar nos padrões estabelecidos de cima para baixo, foi o suficiente para a mesma polícia tentar transformar a vida dele num verdadeiro inferno. Argumentos de defesa como os de Bexiga, revelam que ele sabia que, mesmo que não funcionasse, aquela era uma estratégia possível, dado o volume de arbitrariedades cometidas todos os dias pela polícia. Também podem revelar, por outro lado, que eles realmente se viam como vítimas da ação policial.

Exatamente um mês após a última prisão, em 18 de agosto de 1905, o Bexiga volta a ser preso na Rua da Praia Formosa, "por se achar armado de uma faca e promovendo desordem naquela rua, assustando os transeuntes e moradores com gestos e ameaças", tendo caído novamente no artigo 402 (capoeiragem). As duas testemunhas, ambos negociantes estabelecidos na zona portuária, confirmaram a acusação. No entanto, no interrogatório do dia seguinte, Bexiga defende-se alegando que "a faca que tinha na mão era para cortar fios dos sacos de carvão" e novamente afirma ser constantemente perseguido pelos policiais da 9ª Circunscrição Urbana, não sabendo o motivo de tal perseguição. Uma semana depois, escreve com muitos erros a sua defesa ao Juiz da 8ª Pretoria, na qual desabafa:

> "(...) fui posto em liberdade no dia 13 de agosto do corrente ano e fui preso no dia 17 do mesmo mês, do qual que V. S. me deu 15 dias para eu procurar trabalho, mas depois de 3 dias que eu me achava em liberdade, fui preso pela 9ª Delegacia e removido para a Casa de Detenção.
> Exmo. Sr. tem a participar-vos **[sic]**, que eu sou trabalhador e homem honesto, pois há 5 anos que trabalho no carvão da Cia do Gás da Rua Santo Cristo n.68 (...)"[72]

Todas as súplicas e alegações da defesa não comoveram nem convenceram o Juiz, que o condenou a passar mais quatro meses na prisão. Nunca saberemos o grau de veracidade das histórias de Bexiga, mas isso não é o mais importante. O que importa é notar como usava das armas possíveis

[71] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR.4152. 1905
[72] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro – OR.4024. 1905.

para se defender. Ao dizer que era "trabalhador e homem honesto", ele podia estar se apropriando do discurso oficial ao seu favor. Essa apropriação era recorrente entre os réus mesmo que, na verdade, estes não compartilhassem daqueles valores. Por outro lado, podia bem ser verdade, ainda, que Bexiga fosse capoeira, valentão e bebedor contumaz: nenhuma destas características era incompatível com o perfil destes trabalhadores.

Bexiga foi bastante insistente em sua defesa. Não tendo ficado satisfeito com o resultado do julgamento, apelou da sentença e, em 11 de setembro, novamente apresentou seus argumentos. Desta vez, quem escreve é um representante de nome Agenor Duque Estrada. O texto, é mais articulado e, embora um pouco longo vale a pena transcrevê-lo:

> "(...) Como residente na Estação Piedade, nada tem que desabone sua conduta, e bem assim diariamente é forçado a vir para a cidade a fim de trabalhar na Cia. do Gás. No dia 18 de agosto, cerca de 9 horas da manhã, não tendo trabalho na descarga de carvão, na citada Cia. referida acima, o paciente resolveu ir visitar uma família amiga residente na rua Santo Cristo. Ao passar na esquina da Rua Sara, foi inopinadamente agredido pelo inspetor Martins, o qual convidou-me **[sic]** a ir a sede da 9ª Delegacia, aí chegando foi apresentado ao Sr. Delegado como desordeiro e capoeira. O paciente alega que, tendo sido anteriormente morador, na 9ª Circunscrição é desafeto dos senhores inspetores Martins, Bayrão e Cydrônio por motivos particulares, de família, em vista destes predicados o paciente deliberou-se ir residir com a sua família no subúrbio, na Piedade.
> O paciente alega ainda ser trabalhador, e bem assim a sua complexão **[sic]** muscular não permitem **[sic]** que faça exercícios de capoeiragem para exibir-se em público, só apenas **[sic]** atribui um espírito de vingança dos dignos auxiliares do Dr. Virgulino de Alencar que procuram atirar infelizes nas jaulas dos xadrezes da citada delegacia, afim de serem tidos como verdadeiros cumpridores da lei, sacrificando por meio da vingança os infelizes que têm família para manter (...)"[73]

Talvez Bexiga achasse que teria mais sorte se um advogado falasse por ele. Um advogado que falava de "complexão" muscular e escrevia "só apenas" não devia pertencer à nata da profissão – provavelmente o tipo de profissional a que gente como ele podia ter acesso – mas ainda assim capaz de impor certo respeito. Mas não foi o que aconteceu: ele ficou preso até dezembro, amargando a vida dura da cadeia por quase meio ano.

Dois outros elementos interessantes estão presentes nas tentativas inúteis de Bexiga se livrar da prisão. Primeiro, ele havia sido preso porque, ao chegar no Cia do Gás não havia trabalho na descarga de carvão e por isso, como provavelmente muitos outros trabalhadores que não tiveram sorte

[73] Apelação de Vicente Rodrigues Pereira ao Juiz da 3ª Vara Criminal.

na “parede” naquele dia, resolveu fazer outras coisas da vida – motivo pelo qual, segundo alegava, teria ido visitar uns conhecidos moradores da Rua Santo Cristo. Outro aspecto que vale mencionar é a alegação de que na Piedade, bairro em que diz morar, ele nunca tinha sido preso e que só na 9ª Delegacia ele tinha problemas. Nesse ano, a 9ª delegacia era responsável pelo policiamento de parte da região de Santana, onde a perseguição aos contraventores parece ter sido mais acirrada do que em outras freguesias.

Assim, não seria estranho que Bexiga estivesse realmente dizendo a verdade e que ele tornava-se mais suspeito ainda quando estava por aquelas ruas onde os meganhas não deram trégua a moradores e freqüentadores.

Muitos “vadios” que “infestavam” o Rio de Janeiro e enchiam as cadeias eram, na realidade, trabalhadores desempregados ou subempregados em uma cidade que se mostrava incapaz de absorver toda a mão-de-obra disponível. Alguns jornais menos comprometidos com o governo denunciavam a diferença:

> “Trata-se de um dos mais sérios problemas do nosso proletariado. Vão de manhã cedo aos logradouros públicos, corram o Passeio, a Praça 15 de Novembro, os diversos cais, o mercado velho e novo, a praia de Santa Luzia, e depois digam que dolorosa impressão trouxeram de lá. Nós vimos e contamos 180 operários que dormiam ao relento. Conversamos com muitos deles. Todos contam a mesma história: a fábrica, o trabalho, esperança de arranjar serviço para o futuro. Não se trata, absolutamente, de vagabundagem, trata-se de operários! “[74]

O jornalista reconhece a confusão que costumeiramente se fazia na época, entre operários desempregados e vagabundos. Evaristo de Moraes, em seu *Ensaios de Patologia Social*, manifestou suas opiniões sobre a vadiagem e o desemprego na cidade[75], classificando os operários desempregados como “vadios acidentais”, sendo

> “Indivíduos válidos que não trabalham por motivos independentes da sua vontade, impossibilitados de trabalhar, vagabundos por força de circunstâncias acidentais"[76]

[74] *A Noite*. 02/05/1914.
[75] Sobre as idéias de Evaristo de Moraes sobre a vadiagem, ver: Karvat, Erivam Cassiano. *A Sociedade do Trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicidade e a vadiagem em Curitiba. (1890-1933).* Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998 e Menezes, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis. Desclassificados da Modernidade: protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930).* Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1996.
[76] Moraes, Evaristo de. *Ensaios de Patologia Social: vagabundagem, alcoolismo, prostituição, lenocínio.* Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921, p. 17.

Segundo o jurista, a vagabundagem involuntária, causada pela falta de ocupação ou desemprego, atingia "os serviços inferiores, com ocupação incerta, vacilante e mal remunerada".[77] E criticou duramente os métodos arbitrários e a violência da repressão policial aos contraventores, bem como o sistema presidiário, onde conviviam "simples vadios acidentais" e criminosos reincidentes. No já mencionado artigo "Justiça aos Pobres", Evaristo de Moraes também condena os métodos policiais na "caça" aos mendigos e vadios, que não levavam em conta o contexto econômico-social da cidade naqueles tempos:

> "(...) realmente, é ridícula a perseguição aos mendigos numa cidade que só dispões de cem lugares no único asilo a eles destinados.
> Quanto à perseguição a vagabundagem, torna-se, em certos casos, verdadeiramente iníqua, diante da pavorosa crise econômica que nos vitima, quando o Estado despede seus operários às centenas, e se anuncia que, em grandes obras públicas, serão aproveitados trabalhadores vindos da Europa especialmente para este fim..."[78]

O advogado qualifica como *iníqua*,a perseguição, mas só *em certos casos*, pois não negou a existência de vagabundos ditos profissionais e, aproximando-se do discurso policial, considerou que o grupo representava um "perigo social". No entanto, ao contrário da polícia, ele não achava que esses eram a maioria dos vadios da cidade. Além do mais, a "causa" da vagabundagem, para ele, não estaria no "caráter preguiçoso" do trabalhador nacional e sim nos problemas de ordem econômico-social que atingiam a maior parte da população. Assim, desloca a solução do "problema" da mendicância e da vadiagem para outra direção, afirmando que não bastava a ação conjugada da assistência e da repressão. Era necessário, antes, prevenir, através de medidas concretas, tais como as propostas por ele: "a proteção da infância, os seguros operários, as mutualidades, as uniões operárias, as leis contra o alcoolismo"[79]

Indo ainda mais fundo nas críticas à polícia, Evaristo apontava a própria repressão como um dos principais fatores da vagabundagem, especialmente no caso dos "involuntários", por invalidez ou desemprego:

---

[77] Moraes, Evaristo de. *Op. Cit.* p. 17.
[78] *Correio da Manhã.* 29/02/1904. p. 3
[79] Moraes, Evaristo de. *O*p. *Cit.*, p. 43.

> "Desclassificando o indivíduo condenado, ou antes classificando-o como criminoso, contribui a prisão, igualmente, para desenvolver a vagabundagem, tornando difícil, senão impossível, a obtenção do trabalho.
> Ao sair, fica sob as vistas da Polícia. Embora a lei assegure a tal egresso da prisão o prazo irrisório de 15 dias para, sem o menor auxílio, encontrar emprego(...)
> Prendem de novo, o já desclassificado social que fica sendo (...) prisioneiro da polícia (...) um forçado vagabundo..."[80]

Por mais que se debatesse a questão dos "tipos" de contraventores, na prática a polícia tinha seus próprios métodos para identificá-los e nem sempre esses métodos obedeciam à diferenciação legal entre os vadios "profissionais", que deveriam ser reprimidos, e aqueles que necessitavam de assistência. Se repressão e assistência eram os dois "remédios" possíveis segundo a própria instituição repressiva, naquele contexto de início do século XX, a repressão superou em muito as políticas assistenciais, valendo-se na justificativa das autoridades de que os vadios "profissionais", ou seja "homens válidos que não procuram trabalho e preferem viver nesta constante alternativa de cadeia e liberdade"[81], tinham na cidade um verdadeiro paraíso.

Mas a pergunta persiste: como distinguir quem era "profissional" e quem não era se os limites entre o mundo do trabalho e do ócio ainda não estavam muito claros? Segundo Marcos Bretas, a República viveu uma constante indefinição entre ação policial e arbitrariedade, "criando uma zona cinzenta mal regulada, onde se movem policiais e marginais em confrontos que se definem em si, de forma extra-legal"[82]. Ou seja, era no cotidiano, no embate diário entre suspeitos e autoridades, que se "decidia" quem era vadio. Esse "poder de decisão" da polícia, freqüentemente exercido de forma pouco criteriosa, incidiu sobre a vida de inúmeros habitantes da cidade, sobretudo os trabalhadores.

O início do século XX foi caracterizado pelo recrudescimento do esforço de identificação e quantificação dos indivíduos enquadrados nas práticas tidas como contravencionais, em um processo de definição de "o que" e "a quem" controlar. Era necessário classificar os habitantes da cidade de forma a estabelecer as diferenças entre o trabalhador e o contraventor e ainda identificar os motivos que levaram o contraventor a transgredir as normas legais, para então lhe aplicar o tratamento adequado. Já em 1898, a Diretoria Geral de Interior e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal elaborou o "Esboço de Classificação das Profissões", confirmando a idéia de que as pessoas deveriam ser enquadradas de acordo com a sua inserção no mercado de trabalho.

[80] Moraes, Evaristo de. *Op. Cit.* p. 22-23.
[81] Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal. 1906, p.189
[82] Bretas, Marcos Luiz. *Op. Cit.* p. 36

O que chama atenção nesse esforço classificatório é a disposição das profissões. Em um item chamado "Quadro Complementar" estão agrupadas diversas situações que não se enquadravam em especificações anteriores:

- serviço doméstico;
- classes provisoriamente improdutivas (estudantes, desempregados e enfermos);
- classes permanentemente improdutivas (indivíduos sem profissão, defeituosos e mendigos);
- outras profissões e profissões não declaradas.

Diante da diversidade e do imenso contingente populacional abrangido pelo quadro complementar do tal esboço, percebe-se mais claramente que os limites entre o mundo do trabalho e do não-trabalho não eram tão nítidas, indicando a complexidade desta tarefa classificatória em uma cidade onde os limites entre as profissões consideradas "produtivas" e "improdutivas" eram tênues e onde grande parte da população transitava constantemente de um lado a outro desta fronteira.[83]

Poucos anos depois, o recenseamento de 1906 seguiu a mesma linha do "esboço" no que tange à classificação das profissões. No item "Diversas" foram agrupadas as seguintes profissões[84]:

- serviço doméstico;
- jornaleiros, trabalhadores braçais, etc.;
- profissões mal especificadas
- classes improdutivas;
- profissões desconhecidas;
- sem profissão declarada.

Nota-se que "serviços domésticos" e "jornaleiros, trabalhadores braçais", onde está incluída boa parte da mão-de-obra portuária, inclui também as "classes improdutivas" e "sem profissão declarada". Esses dados novamente evidenciam que os limites entre o trabalho e o não-trabalho não eram nítidos e que trabalho irregular poderia ser confundido com ócio no olhar dos classificadores, no caso, o poder público. Não precisamos ir muito além para deduzir que os trabalhadores avulsos, cujo

[83] Matos, Marcelo Badaró de. *O*p. *Cit.* p. 64.
[84] Prefeitura do Distrito Federal. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal) realizado em 20/11/1906.* Rio de Janeiro, Oficina de Estatística, 1906, p.4. Apud. Matos, Marcelo Badaró de. *Op. Cit.* p. 65.

cotidiano de trabalho não tinha uma rigidez disciplinar – em que horas de trabalho, descanso e lazer se misturavam – poderiam ser facilmente confundidos com “ociosos”.

Marcelo Pinto de Souza, preto de 25 anos, era um portuário trabalhador do carvão e foi preso em 30 de abril de 1904, às 11 horas da noite, dormindo ao relento na Ilha das Moças (entre a Gamboa e a Praia Formosa). Na ocasião estava acompanhado de mais dois indivíduos: Antônio Silveira Rosa e Manoel Antônio Drumond, ambos alegando profissões “suspeitas”, sendo o primeiro “vendedor de cama” e o segundo “empalhador”. Os três foram acusados de “vagabundos e gatunos conhecidos” e de não terem “emprego ou profissão nem domicílio certo”. Para se livrar da condenação, o acusado tinha que provar ser trabalhador e ter domicílio certo. Mas no caso dos trabalhos ocasionais, como vimos, nem sempre o sujeito tinha residência fixa e nem sempre era fácil provar que trabalhavam.

Marcelo escapou da condenação apresentando ao Juiz uma declaração de Jacinto Carvalho dizendo ser seu companheiro de casa no Morro da Favela e uma outra do administrador da Cia do Gaz, afirmando que Marcelo trabalhava no trapiche da Cia. Mas seus companheiros de prisão não tiveram a mesma sorte e foram condenados a 22 dias e meio de prisão. Um deles, o “vendedor de cama” Antônio Silveira Rosa, se mostrou inconformado. Não tentou provar que era trabalhador (talvez não tivesse como), mas em Juízo apresentou sua defesa onde dizia estar

> “aborrecido de não haver cometido delito algum para ser preso; que o fato de haver sido encontrado dormindo às 23 horas na Ilha das Moças não representava uma intenção criminosa e ali estava por não ter dinheiro que pagasse um cômodo ou hospedaria como costuma fazer”[85]

Assim como muitos outros, Antônio Silveira Rosa estava excluído dos projetos de civilização e de construção da sociedade do trabalho acalentados pelas elites. Ao contrário da polícia, na sua visão ele não estava cometendo crime algum ao dormir na rua. Fazia isto por estar sem dinheiro para se ajeitar em algum canto, como faziam muitos trabalhadores ocasionais, dos quais podemos lembrar o português José Engenheiro, que foi preso no Cais dos Mineiros por “não ter como pagar uma hospedaria”.

Não temos como saber ao certo os reais motivos pelos quais aqueles indivíduos não tinham emprego fixo e estavam “sem dinheiro para pagar uma hospedaria ou casa de cômodo”. Como vimos, o problema do desemprego na cidade era bastante grave e, por outro lado, muitos trabalhadores, às

vezes com profissão definida, eram obrigados "por motivos de força maior" a utilizar expedientes, de maneira criativa, para garantir a sobrevivência, fazendo pequenos bicos, se lançando no mercado informal, em trabalhos ocasionais, o que também os deixava vulneráveis à sanha policial. Mas, por outro lado, muitos eram os que simplesmente escolhiam viver dessa maneira, preferindo trabalhar "por conta própria": os bairros da zona portuária e arredores estavam cheios dessa gente que não se adequava aos padrões comuns. Gente que preferia viver sem horários pré-estabelecidos, sem patrão fixo a quem tivesse que prestar contas. Gente "improdutiva" que preferia viver "de samba" (como veremos no terceiro capítulo) e se prestava a trabalhar apenas quando a "corda apertasse no pescoço". E também gente que preferia viver das contravenções, do jogo, da prostituição e de pequenos delitos, aproveitando toda chance que a vida na cidade oferecia.

A cidade era uma babel de "profissões exóticas", em uma expressão utilizada por João do Rio. Eram pessoas ignoradas pelas estatísticas, tais como trapeiros, que catavam trapos para as fábricas de papéis e móveis; catadores de anéis de charuto, que os vendiam para falsificadores do cigarro; caçadores de ratos para a higiene pública e de gatos que eram vendidos como coelhos nos restaurantes, etc. Em um tom de crítica, o jornalista assim se referiu a essas profissões e à própria sociedade que as ignorava:

> "O Rio pode conhecer muito bem a vida do burguês de Londres, as peças de Paris, a geografia da Manchúria e o patriotismo japonês. A apostar, porém, que não conhece nem a sua própria planta, nem a vida de toda essa sociedade, de todos esses meios estranhos e exóticos, de todas profissões que constituem o progresso a dor, a miséria da vasta babel que se transforma"[86]

A liberdade das ruas, em face de uma vida regrada e acorrentada aos horários regulares de trabalho, era uma alternativa que muitos moradores da zona portuária escolheram por conta própria. Mas também era para muitos a única alternativa possível, dadas as condições de trabalho na Capital da República naqueles tempos. Condições ainda piores para pretos e pardos, que foram marginalizados do mercado de trabalho no pós-abolição, sobrando-lhes as profissões menos especializadas e de pior remuneração[87], em grande parte das vezes sem vínculo empregatício, muitas daquelas ligadas ao sistema portuário.

---

[85] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR.3445. 1904

[86] Rio, João do. "Pequenas Profissões". In: *A Alma Encantadora das Ruas. O*p. *Cit.* p. 97

[87] Para dados mais detalhados sobre a estrutura ocupacional na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição, ver Hasenbalg, Carlos A. *Discriminação e Desigualdade Raciais no Brasil,* Rio de Janeiro, Graal, 1979.

Desafiando as novas rotinas de repartição do tempo e seu aproveitamento "útil", os trabalhadores avulsos – entre os trabalhos na descarga dos navios ou nos trapiches, ou durante a espera por uma vaga nas turmas – passavam parte de seu tempo perambulando pelas ruas da má vista zona portuária, desfrutando aquele mundo da maneira que achassem melhor nos intervalos entre suas tarefas. A característica ocasional do trabalho portuário permitia àqueles homens movimentarem-se freqüentemente entre o porto, moradia e espaços públicos, alimentando aquilo que um autor descreveu como "seu característico sentimento de liberdade e independência".[88] Podiam descansar (como faziam alguns dos presos no Cais dos Mineiros), beber parati em algum dos muitos bares e quiosques da região, jogar vermelhinha como era de costume naquela época, conversar com os companheiros sobre as dificuldades da vida ou discutir os rumos do sindicato. Esses momentos se confundiam com a hora "sagrada" do trabalho, o que os deixavam bastante vulneráveis à ação repressiva baseada na suspeição generalizada e serviam para cristalizar, aos olhos das elites, a imagem da região portuária como um sítio perigoso e mal freqüentado.

As freguesias próximas ao porto pareciam ser um verdadeiro reduto de "gente suspeita". Contabilizando as entradas na Detenção nos anos 1901 e 1902[89], conclui-se que a maioria esmagadora dos presos que informaram endereço, eram moradores das ruas que cercavam o cais, conforme indicado na tabela abaixo

[88] Silva, Fernando Teixeira da. *O*p. *Cit.* p.138.
[89] Escolhemos esses anos por serem os que os Livros da Casa de Detenção estavam mais completos, já que os mesmos apresentam algumas falhas (por já estarem bastante deteriorados) .

TABELA H

PORTUÁRIOS PRESOS NA CASA DE DETENÇÃO (1901-1902)

FREGUESIA	NÚMEROS	%
Candelária, São José, Espírito Santo e Santo Antônio	100	24,4
Santana, Santa Rita e Sacramento	255	62,2
Glória, Lagoa e Gávea	16	4
Engenho Velho, Engenho Novo e São Cristóvão	18	4,4
Fregs. Rurais: Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Guaratiba Campo Grande, Santa Cruz.	21	5
TOTAL	410	100

Fonte : Livro de Registro de Entrada de Presos na Casa de Detenção do Rio de Janeiro - APERJ

Vale lembrar que, como vimos no início do capitulo, a região, além de misturar trabalhadores regulares com outros de profissões “duvidosas”, sem horários nem patrões fixos, também concentrava uma grande massa de homens “de cor”, suspeitos prediletos de todo aparato repressivo. Em 1890, o lugar concentrava o maior contingente de africanos da cidade do Rio de Janeiro (27% do total) e nesse mesmo ano, o percentual de negros (brasileiros ou africanos) na região era o maior do que a da cidade como um todo (34% dos homens em Santa Rita, enquanto o total da cidade era de 28,9%).

Em grande parte, esta foi uma das razões do pânico desencadeado pela revolta da Vacina, que teve na Saúde o principal reduto rebelde. O Chefe de Polícia da época afirmou que “era preciso limpar a cidade”. Na concepção do Dr. Cardoso de Castro, a Revolta da Vacina teria sido provocada pela ação dos “vadios profissionais”, o que legitimaria a prisão e a deportação sumária de centenas de pessoas para o Acre. Segundo ele, o “povo” era ordeiro e não se envolvera nos distúrbios, que teriam sido

> "obra de uns dois mil vagabundos recalcitrantes, presos e condenados várias vezes, que fingiam de povo (...) do facínora, do ladrão, do desordeiro de profissão, do ébrio habitual, da meretriz, do cáften, do jogador, do vagabundo e do vadio"[90]

Mas houve quem pensasse diferente. Escrevendo sobre os mesmos "acontecimentos de novembro", o escritor Lima Barreto observou com mais sensibilidade:

> "Durante as mazorcas de novembro de 1904, eu vi a seguinte e curiosa cousa: um grupo de agentes fazia parar os cidadãos e os revistava.
> O governo diz, com armas na mão, que os oposicionistas à vacina são vagabundos, gatunos e assassinos, entretanto ele se esquece de que o fundo dos seus batalhões, dos seus secretas e inspetores, que mantêm a opinião dele, é da mesma gente ".[91]

O jornal *O Paiz*, a respeito da revolta, fez comentários sobre a exploração da população ignorante e referiu-se ao "povo", "populares", "operários" e "gente pobre e explorada", retirando dessa lista "o pessoal da Saúde", que, segundo o jornal, "seria composto de facínoras disfarçados de marítmos". O *Jornal do Comércio* também faz referência ao "pessoal da Saúde", onde haveria uma "mistura de desordeiros com marítimos, formando a multidão sinistra."[92]

Assim como diversas categorias de trabalhadores, muitos portuários certamente tomaram parte dos conflitos de 1904, bastando lembrar que a Saúde, bairro contíguo ao Porto e largamente freqüentado pelos portuários, foi o grande reduto dos revoltosos. Provavelmente, muitos destes trabalhadores estavam nos navios que seguiram para o desterro no Acre. Maria Cecília Velasco e Cruz conta que, em assembléia de 16 de março de 1905 na União dos Operários Estivadores, um clima emocional tomou conta dos operários que relataram "os sofrimentos que foram vítimas durante a Revolta da Vacina".[93] O estivador Luiz Gustavo Nascimento de Almeida conta que, na época, de todo

[90] Citado por Carvalho, José Murilo de *Os Bestializados. O*p. *Cit.* p. 115. Sobre a Revolta da Vacina, ver: Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. *As Barricadas da Saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002; Chalhoub, Sidney. 1996*. O*p. *Cit.*; Sevcenko, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes.* São Paulo: Brasiliense, 1983.
[91] Barreto, Lima. *Diário Íntimo.* São Paulo: Ed. Mérito, 1953.
[92] Carvalho, José Murilo de. *O*p. *Cit.* p. 114-115.
[93] Cruz, Maria Cecília Velasco e. *O*p. *Cit.* p.270.

modo tentou-se culpar a União dos Estivadores como um dos responsáveis pela organização do movimento de revolta, resultante das constantes desconfianças policiais contra aqueles trabalhadores.[94]

Desconfiança: essa era palavra que impulsionava a ênfase repressiva do aparato policial aos trabalhadores do porto. Evaristo de Moraes, que era o advogado da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e de outras associações portuárias[95], disse certa vez sobre a ação policial à ação política dos trabalhadores:

> "(...) inspetores havia e há que não distinguem entre um operário (ou seja um carregador, ou seja um estivador, ou seja um foguista) e um ladrão do mar ou vagabundo turbulento. Para eles, tudo era e é canalha e negrada (...)"[96]

Como apontou Cruz, muito pouco tempo antes de Evaristo formular essa idéia, "negrada" ou "negro" era o mesmo que escravo (ou ex-escravo) e, por extensão, uma forma de estigmatizar pessoas consideradas perigosas, criminosas e despreparadas para a liberdade. Finda a escravidão, a confusão das imagens continuava a existir para muitos.[97] Não é de se estranhar, então, que essa "confusão de imagens" atingisse de maneira especialmente intensa os portuários, que tinham uma história estreitamente associada ao trabalho escravo e, portanto, a um passado indigno que parte da sociedade queria esquecer.

No entanto, muitos foram os que lutaram para contar uma outra história. No próximo capítulo, veremos que os negros, mesmo com as lembranças da escravidão ainda frescas na memória, souberam se organizar e lutar pelos seus direitos de trabalhadores livres.

---

[94] Almeida, Luiz Gustavo Nascimento. *Estivadores do Rio de Janeiro: um século de presença na história do movimento operário brasileiro.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

[95] Para uma excelente análise da trajetória de Evaristo de Moraes, especialmente como advogado de associações operárias como a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Ver : Mendonça, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes: Justiça e Política nas Arenas Republicanas (1887-1939).* Tese de Doutorado, Unicamp, 2004. Especialmente o Cap. II: "Um advogado no sindicato".

[96] *Correio da Manhã.* 18/02/1907. p.2

[97] Cruz, Maria Cecília Velasco e. "Tradições Negras na Formação de um Sindicato". In *Afro-Ásia,* 24 (2000). p.288.

CAPÍTULO II

UNIÃO E RESISTÊNCIA: conflitos e solidariedades no cais

Nos Bares da Vida

Em 25 de setembro de 1909, na Delegacia de Polícia do 14º Distrito, o delegado tomou o depoimento do português Virgílio Moura, morador da Rua João Caetano n. 5, trabalhador de um armazém de secos e molhados que funcionava no n. 175 da mesma rua. Virgílio estava lá como vítima e prestou o seguinte depoimento:

> "que hoje cerca de 7 horas da noite, o declarante estava servindo a freguesia (...) quando entrou ali o preto Antônio de tal, conhecido por Antônio Mina, morador à rua João Caetano n. 169, um tanto alcoolizado (...) pedindo parati; que como o dito Antônio estivesse embriagado, não quis o declarante vender-lhe parati, o que foi quanto bastou para o mesmo Antônio avançar para o declarante e dar-lhe uma forte dentada no braço direito e socos pelo rosto." [1]

Como testemunhas, confirmaram a versão do depoente, outros quatro portugueses, todos empregados do comércio e moradores na vizinhança do tal armazém[2], que funcionava também como "casa de pasto", servindo comida, café e parati para os trabalhadores da região. Na mesma delegacia, o acusado disse ser casado, analfabeto, "furador de sacos de café" e morador da João Caetano 169, bem próximo ao tal armazém. Desta vez afirmava ser natural de Lagos e filho de Hoyô e de Maria. Naturalmente, a versão do africano sobre o acontecido foi outra. Em seu depoimento, disse tinha ido àquele estabelecimento para "comprar gêneros" e que ao dirigir-se ao caixeiro Virgílio, este começou a discutir com ele, assim como os outros empregados da venda, "indo todos para cima do acusado, que foi agredido pelo tal Virgílio e pelos demais empregados".

Em sua defesa, se pronunciou José Rocha, um brasileiro natural do Rio de Janeiro, morador da Rua do Senado e também empregado do comércio. José Martins da Silva, um Guarda Civil que

[1] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 7044. 1909.
[2] Dois deles moravam na própria João Caetano, um na General Pedra e um na Senador Eusébio, todas em Santana.

conversou com a freguesia após o acontecido, declarou ao delegado que ouviu de algumas pessoas que o dono da casa e seu irmão foram de fato os agressores.

Esse pode ser apenas um exemplo dos muitos conflitos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro que tinha um fundo de rivalidade étnica. Não sabemos o que realmente aconteceu naquele dia e nunca saberemos, mas o fato é que os portugueses se uniram contra o africano, que teve ao seu lado um brasileiro, que talvez fosse preto como Antônio.

Aquela também não foi a primeira nem a última vez que Antônio se metia em confusões nos estabelecimentos comerciais de Santana. No dia 05 de abril de 1912, às oito da noite, um policial que estava em sua casa na rua General Pedra ouviu gritos de "*palavras obscenas*" vindos da rua. Ao chegar na janela viu que um preto que morava naquela mesma rua promovia desordens, "*armado de uma bengala*" com a qual atacava os transeuntes. Ao notar a presença do policial, o tal preto refugiou-se em uma venda da rua João Caetano, n. 18, onde foi preso e levado novamente ao 14º Distrito Policial.

Dessa vez Antônio foi parar atrás das grades por agredir com a tal bengala três indivíduos: o brasileiro Salvador Seda e o português Antônio Viena da Silva, ambos moradores da rua João Caetano, e o português Antônio Moura da Silva, morador de uma rua próxima, a Pinto Azevedo. Perguntado pelo delegado, Antônio Moura deu o seguinte depoimento:

> "(...) que cerca de oito e meia da noite estando na porta da sua casa viu um indivíduo de nome Antônio, conhecido por Antônio Mina e Antônio Africano, agredir um rapaz, dando-lhe uma bengalada; que correu em auxílio do rapaz agredido com outro e ambos, por sua vez, foram agredidos por Africano; que lhe deu dentadas nas mãos, e pontapés, ferindo-o; que esse indivíduo é turbulento e desordeiro, costumando se embriagar, e nesse estado, promove desordens, espanca as pessoas que caem no seu desagrado, e insulta a todos com palavras obscenas; que esse indivíduo é conhecido como feiticeiro, sendo já preso muitas vezes nessa delegacia"[3]

Dada a palavra ao africano, este disse que era natural da Inglaterra, filho de pais ignorados, que morava na rua São Diogo (antigo nome da General Pedra), n. 373 e que era vendedor de sabão[4]. Ele se defendeu dizendo que, na verdade, era a vítima e não o agressor na ocorrência:

[3] Depoimento de Antônio Moura da Silva. AN – 3ª Pretoria do Rio de Janeiro, 6Z.0411. 1912

[4] Aqui, Antônio não se apresenta como trabalhador do porto e sim como "vendedor de sabão". Já vimos que era comum que trabalhadores avulsos se lançassem em tarefas diversas, visando ganhar um dinheirinho extra. Antônio Mina mesmo parece ter sido um dos que tinham mais de uma profissão, sempre autônoma. Em 1907, por exemplo, quando foi preso por estar embriagado na rua Barão de São Félix, ele se declarou apenas "trabalhador", mas em sua defesa ele aparece como "estivador". No entanto, no meio dos autos, em sua ficha datiloscópica, anexada à folha de antecedentes, consta que era

> "(...) que hoje foi preso em uma venda da rua General Pedra e juntaram-se na ocasião muitas pessoas que o espancaram ferindo-o na cabeça; (...) que naquela rua, porque o declarante não se dê com diversas pessoas, tem muitos inimigos que o perseguem e lhe querem mal (...)".[5]

Não sabemos até que ponto é real o depoimento do acusado; mas se, por um lado, na rua onde o africano morava muitas pessoas não lhe queriam bem, havia também umas outras tantas que o estimavam ou ao menos nada tinha contra ele. O caso é que, para defender-se da acusação de agressão, Antônio Africano contou com a ajuda de dois advogados, os Drs. Alfredo de Oliveira Flores e Manoel Rodrigues da Fonseca. Chamados para depor em juízo três testemunhas confirmaram a versão do africano de que ele era a vítima da agressão. O brasileiro Miguel Cardoso, morador da João Caetano n. 8, disse que os rapazes eram "provocadores habituais" e teriam se aproveitado do estado de embriagues em que se encontrava o velho africano para lhe atirarem pedras e outros objetos. Francisco Guimarães, também brasileiro, se declarou "negociante a Rua do Ouvidor", e disse que o africano "fora provocado pelos indivíduos que figuram como ofendidos e em seguida por estes esbordoado a cacetadas a ponto de ficar com a cabeça partida". Quem também afirmou que o acusado era na verdade o ofendido da história foi o negociante Antônio Martins, um português morador da rua General Pedra n. 380. A defesa constatou inúmeras irregularidades no processo e, em outubro de 1912, o Juiz julgou a acusação improcedente e mais uma vez Antônio foi absolvido das acusações.

Diferentemente do outro processo, aqui, foram em defesa do africano pessoas de diferentes nacionalidades: dois brasileiros e um português, sendo o último morador da mesma rua de Antônio e, a julgar pela numeração, talvez na casa em frente à dele. Essa não foi a primeira vez que um português ia em defesa do africano. Para refrescar a memória do leitor, lembremos que em nosso primeiro encontro com Antônio, na tarde de 7 de abril de 1905, dois portugueses testemunharam a

---

"vendedor ambulante".[4] Assim, ele poderia vender sabão, mas ainda assim trabalhar no porto. Mas ainda há uma segunda hipótese: em 1912 o nosso amigo africano já contava pelo menos 58 anos, idade bastante avançada para um trabalho que exigia tanto esforço físico quanto o portuário. Portanto, é possível que, nesse ano, Antônio já não mais agüentasse o tranco de carregar sacas de café e tivesse buscado outro trabalho, o de vendedor de sabão, na qual, provavelmente também atuava autonomamente. Assim, o mais provável é que ele não estivesse mais atuando no duro trabalho das docas. No entanto, isso não impede que continuemos na sua espreita, seguindo seus passos para sabermos um pouco mais sobre como viviam os homens do cais, de onde o africano tirou seu sustento durante anos.

[5] AN – 3ª Pretoria do Rio de Janeiro, 6Z.0411. 1912. Depoimento de Antônio Africano.

seu favor na acusação de vadiagem, enaltecendo suas qualidades de homem trabalhador e honesto.[6] Esses são indícios de que as relações construídas naquela região eram múltiplas e contraditórias. No dia a dia de Santana e Santa Rita, freguesias marcadas pela diversidade étnica, se esbarravam trabalhadores de diferente cores e nacionalidades, que dividiam o espaço das ruas, dos cortiços e dos bares e vendas.

Exemplo dessa diversidade é o malfadado encontro que Antônio teve em um bar da Praça Onze em 03 de janeiro de 1914, último ano em que cruzamos com o africano. Antônio foi novamente preso por promover desordens e agredir os fregueses do no "Botequim do Vidal" com seu guarda-chuva. Três indivíduos que ali tomavam "café" (ou será que tomavam parati?), testemunharam na delegacia contra o preto: os russos Arthur Gurgenhel e Sinai Faingold e o norte-americano Luiz Fermon. Todos se declaram "negociantes" e eram moradores de ruas próximas ao boteco onde ocorreu o conflito, respectivamente a Praça da República, Rua de Santana e Benedito Hipólito. Para responder ao processo por agressão, Antônio teve que desembolsar a enorme quantia de 300 mil réis para a fiança e mais 6 mil réis do prêmio do depósito. O Dr. Alfredo de Oliveira Flores novamente o defendeu e, um ano depois, o Juíz da 3ª Pretoria do Rio de Janeiro julgou improcedente a acusação e absolveu o africano[7].

Note-se que os três casos citados tiveram como palco as vendas e botequins. Assim como Antônio Mina, outros portuários se envolveram em conflitos diversos nos estabelecimentos comerciais da região portuária e da Cidade Nova, especialmente os que vendiam aguardente. As vendas, botequins, quiosques e as chamadas casas de pasto – onde era servida comida barata – eram os principais locais de lazer e de encontro dos trabalhadores pobres da cidade e misturavam homens (e também mulheres) de diversas origens e profissões, como indicam os processos consultados.

Os portuários, bem como outros profissionais autônomos, circulavam por eles com a freqüência que a liberdade habitual dos horários menos rígidos lhes permitiam. Esses espaços, ao mesmo tempo em que promoviam o encontro, a conversa e a sociabilização, eram palco de freqüentes episódios de brigas, demonstrações de força e conflitos em geral. Era ali que os homens resolviam suas "questões", quase sempre incentivados pelo consumo de parati além da conta. Dessa forma, esses pontos de encontro também eram alvos constantes da mira policial no início do século. A

[6] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 4056. Comentado na 1ª página da Introdução.
[7] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. 6Z. 2312. 1915.

excelência do botequim, onde se reúnem desordeiros, vadios e prostitutas, como um lugar de conflitos, justificava e legitimava a ação repressiva das autoridades naqueles lugares.[8]

Em 1907, donos de botequins localizados na Praça das Marinhas penaram para conseguir uma licença, junto à polícia, para que seus estabelecimentos ficassem abertos durante a noite. O delegado escreve ao Chefe de Polícia aconselhando que a licença só seja liberada caso o requerente, Antônio Gouveia da Fonseca, dono do "hotel e botequim" na dita praça, assinasse um termo na Polícia Central responsabilizando-se pela ordem no lugar "com o fim de evitar, como já se deu, o agrupamento em seu estabelecimento, de prostitutas, desordeiros, bêbados habituais e toda sorte de indivíduos de má nota"[9]. A mesma recomendação ocorre para outros pedidos de licença de funcionamento de botequins durante a noite. Segundo o delegado, em todos os estabelecimentos daquela área "tem se dado conflitos que constam do livro de ocorrências diárias." [10]

Assim, a polícia de vez em quando cassava a licença de funcionamento noturno de alguns desses estabelecimentos, justificando serem locais de "reunião de desordeiros, suspeitos e rameiras", como aconteceu, por exemplo, com um botequim na rua Visconde do Rio Branco em 1901[11] e com vários botequins das ruas São Jorge, Senhor dos Passos, Alfândega e Hospício (atual Buenos Aires) em 1906.[12]

Mas não era só o "desordeiro conhecido" Antônio Mina que tinha suas desavenças enquanto tomava uma branquinha nos botecos da cidade, aparecendo constantemente nas tais "ocorrências diárias" das delegacias. A documentação policial está repleta de casos semelhantes envolvendo trabalhadores do porto: para citar outro já conhecido por nós, em novembro de 1901 Vicente Rodrigues Pereira, o Bexiga, teve "uma questão" com um indivíduo desconhecido de cor parda em um botequim na Praia Formosa 287, aparentemente porque este não queria lhe pagar uma dose de Paraty. Intervindo na discussão, um português que morava na estalagem contígua ao botequim, disse a Bexiga para "tomar juízo" e que não se metesse mais em brigas. Ao virar as costas, o português recebeu uma navalhada profunda de Bexiga, que fugiu e só foi encontrado para depor um mês depois. Prestaram depoimento na delegacia, além do ofendido, cinco testemunhas, que confirmaram a

[8] Para uma análise mais apurada sobre os conflitos em botequins e quiosques (inclusive as diferenças entre os dois estabelecimentos), ver Chalhoub, Sidney. 1986. *Op. Cit.*
[9] AN – GIFI. 6C. 210. Ofício n. 23. 1907.
[10] Botequins ns. 291 e 292 da mesma Praça das Marinhas. AN – GIFI. 6c. 210. Ofício n. 24. 1907
[11] AN – GIFI. 6C – 69; ofício n. 5. 1901

história: três portugueses – o dono do estabelecimento onde se deu o conflito, o "caixeiro do botequim" e um vendedor de doces; e três brasileiros – dois trabalhadores braçais, provavelmente portuários como Bexiga, e um "operário". Excetuando o vendedor de doces e um "trabalhador braçal", os outros eram moradores da tal estalagem contígua ao boteco.

Ao ser finalmente encontrado, o réu negou tudo, dizendo que há tempos não ia naquele botequim e que ignorava os fatos. O processo se arrastou durante anos por conta das testemunhas não comparecerem em Juízo para depor. Diante da impossibilidade de provar a culpa, o Bexiga foi absolvido.[13]

Alguns elementos desse processo revelam aspectos da rotina de muitos daqueles trabalhadores. Todas as testemunhas afirmam que o botequim da Praia da Formosa era freqüentado diariamente por Bexiga, que sempre ia ali beber paraty. Ao lado do mesmo botequim ficava uma estalagem, onde moravam o agredido e a maior parte das testemunhas, marcando a diversidade dos espaços coletivos da região freqüentada pelos trabalhadores do porto. Nos inúmeros bares e cortiços da zona portuária os homens do cais se encontravam mesmo que morassem em lugares mais distantes. Nesse processo, Bexiga disse morar na Rua Barão de Ubá, que ficava em uma região mais afastada do centro e da Zona Portuária (lá para os lados da Tijuca). No entanto, segundo testemunhas, freqüentava quase todos os dias o tal boteco da Praia Formosa, nos arredores do cais. Por mais que seja necessário relativizar (ou desconfiar) dos depoimentos – afinal, Bexiga poderia ter dado falso endereço para despistar as autoridades – já vimos que essa situação era perfeitamente factível, e que mesmos os portuários que moravam em bairros distantes costumavam perambular pelos arredores do cais do porto.

Esse processo apresenta ainda uma situação recorrente no conjunto de casos analisados: o não comparecimento das testemunhas para depor em Juízo. Vejamos outros casos: em 16 de julho de 1901, o preto Joaquim Januário Nunes foi preso por promover desordem e agredir em um quiosque da rua Camerino, Augusto Eusébio, um brasileiro que se declara "trabalhador" e morador na Rua Barão de São Félix, 118. O ofendido, em depoimento na delegacia, afirma que o acusado, conhecido por "Pernambuco" (apesar de ter nascido no Rio Grande do Norte) era um "desordeiro conhecido" e lhe esbordoara a troco de nada, tendo se evadido em seguida. O depoimento foi confirmado pelas quatro testemunhas que estavam reunidos com o ofendido no dito quiosque, todos brasileiros e

[12] AN – GIFI. 6C – 210; ofício n. 25. 1906. Essas ruas faziam parte da freguesia de Sacramento, fronteiriça a Santana e próxima à Praça da República.
[13] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 1783. 1901.

moradores das redondezas do porto – Praia Formosa, Largo do Depósito, Barão de São Félix e Morro da Providência: três deles se declaram apenas "trabalhador" como profissão e um declara "marítimo", sendo que o mais provável é que todos eles tenham profissão ligada ao porto[14]. Dez dias depois, levado à delegacia, Joaquim Januário Nunes defendeu-se alegando que não conhecia o ofendido nem as testemunhas, que não era conhecido por Pernambuco e que nem ao menos estava no tal quiosque naquele dia. O processo se arrastou por quase um ano e, apesar das intimações para depoimento em Juízo, a maior parte das testemunhas não foram encontradas nos endereços dados na delegacia, não comparecendo para depor, incluindo o acusado.[15]

Em 08 de julho de 1905 "Pernambuco" se metia novamente em confusões. Ele foi preso às 12 horas da noite, junto com outro estivador, o pardo Marcolino Ferreira de Souza, acusados de ofenderem fisicamente o português José Fernandes dos Santos, dono de um botequim na Rua da Alfândega n. 237. Os acusados, moradores da Rua General Câmara e Rua da Saúde, respectivamente, se defendem dizendo que estavam no bar em que se deu o conflito, mas que não tomaram parte dele e não sabiam quem havia ferido o dono do botequim. Além das partes, também prestaram depoimento na delegacia duas testemunhas que estavam no botequim: o italiano Paulino Rosa, sapateiro, residente na Rua do Hospício n. 336 (atual Buenos Aires) e o brasileiro Felipe Pimentel, empregado do comércio, morador na Praça do Russel n.2. Ambos afirmaram terem visto os acusados serem presos, mas não a cena do crime em si. Nessa época, Joaquim Januário Nunes já figurava como um dos fundadores da União Operária dos Estivadores e, talvez por isso, contou com a ajuda de um advogado, o Dr. Gregório Garcia, para defendê-lo e a seu companheiro. Também aqui, as testemunhas arroladas deram falsos endereços e não compareceram em juízo. Devido aos depoimentos inconsistentes, de policiais e pessoas que não presenciaram o crime, o Juiz julgou improcedente a denúncia e absolveu os réus da acusação.[16]

A debandada das testemunhas é freqüente nos processos que envolvem portuários e que o mais comum era que as testemunhas declarassem falsos endereços nas delegacias, impossibilitando a intimação. Esse procedimento indica uma estratégia daqueles homens para evitar ou burlar a ação das autoridades e, segundo Sidney Chalhoub, era especialmente freqüente entre os estivadores, que

[14] Era comum os portuários declararem apenas "trabalhador" quando perguntados a profissão, como prova o cruzamento de dados entre os processos e o Livro de Matrículas da Casa de Detenção. Algumas vezes no próprio processo consta "trabalhador" no depoimento da delegacia e "estivador", etc. na qualificação ou ficha datiloscópica.
[15] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 1831. 1901.
[16] AN – 3ª Pretoria do Rio de Janeiro. Proc. 14424; Maço 775. 1905.

tinham o costume de resolver seus problemas entre si, quase sempre recusando autoridades policiais e judiciárias como mediadores.[17]

Foi o que aconteceu em 13 de março de 1902, quando o inspetor secional da 2ª Circunscrição Urbana prendeu às 8 horas da noite dois estivadores que se agrediam mutuamente em um quiosque no Largo do Depósito. O preto Matheus Teixeira, morador da Rua Camerino, 46, disse que a briga acontecera porque "tendo uma questão a bordo com o outro acusado presente por causa do trabalho, o mesmo prometeu vingar-se". O outro acusado, o pardo Benedicto José da Silva, morador da Rua do Costa, 8, também disse na delegacia que a briga ocorreu por "questões de trabalho".[18] Já em 9 de março de 1910, às 6 horas da tarde, um policial que se dirigia para o Largo da Prainha ouviu um estampido de um tiro vindo da Ladeira Felipe Nery. Lá chegando, viu grande aglomeração em frente a uma casa de pasto da dita ladeira, onde o estivador Oscar Antônio da Costa teria atirado em Eurico Inácio da Silva. Algumas testemunhas afirmaram que o conflito se deu "por motivo de trabalho."[19] Sidney Chalhoub cita outros conflitos envolvendo trabalhadores que, no início do século, resolviam suas "questões de trabalho" nos bares e botequins da cidade, como o caso de um grupo de empregados do carvão que vai a um botequim num dos intervalos da jornada de trabalho, ocasião em que dois deles se estranham e brigam em razão da "divergência (...) do modo de pensar acerca do serviço deles".[20]

Também foi em um botequim da Rua da Gamboa que se deu um conflito entre os sócios da União dos Operários Estivadores e do sindicato inimigo, a Sociedade Regeneradora dos Estivadores[21], que contou com a participação dos já conhecidos Joaquim Januário Nunes, o "Pernambuco" e José Gomes Cardoso, o famoso "Cardosinho", além vários outros estivadores que ali estavam reunidos na noite de 17 de agosto de 1905. Segundo o jornal, eram 7 horas da noite quando um dos sócios da União dos Estivadores, o pardo Mathias dos Santos Meireles, vulgo "Vermelho" dirigiu-se para o balcão e pediu um cálice de parati. Nessa ocasião o Cardosinho entrou no tal bar e começou logo a esbravejar, gerando violenta discussão entre os inimigos de sindicato. A discussão teria tomado grandes proporções e foram dados tiros e navalhadas *a torto e à direita*. O resultado da contenda, de acordo com o *Correio da Manhã*, foi terem saído gravemente feridos o próprio Cardosinho além de seu inimigo Vicente Fernandes de Araújo, o "Cara Cortada", e preso Clarimundo

[17] Chalhoub, Sidney. *Op. Cit.* 1986. p. 106.
[18] AN – 8a Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 2411. 1902.
[19] AN – 3ª Pretoria do Rio de Janeiro. Proc. 1043, maço 893, gal. A. 1910.
[20] Chalhoub, Sidney. *Op. Cit.* p. 213.
[21] Sobre os conflitos envolvendo os dois sindicatos, ver: Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998.

Francisco de Siqueira, vulgo "Veado". O conflito resultou ainda na morte de "Vermelho", que teve seu enterro pago pela União dos Estivadores, de que era sócio.[22]

Espaços de lazer como os botequins, vendas, quiosques e casas de pasto se misturavam na rotina daqueles trabalhadores com o cotidiano do trabalho, tornando-se quase uma extensão do cais para grande parte dos portuários. Assim, esses espaços não eram palcos apenas para conflitos, mas também lugares de encontro, socialização e construção de solidariedades múltiplas entre aqueles trabalhadores. Nesses locais poderiam "comemorar" o pagamento, como costumavam fazer os escravos carregadores de café [23]; ali poderiam se reunir os que não eram escolhidos na "parede" para esperar uma próxima chamada; conversavam tomando café antes do trabalho e uma branquinha depois, ou vice-versa; e também era um espaço para se discutir os rumos do sindicato e da greve. Em agosto de 1906, no auge de uma importante greve das categorias portuárias, o *Correio da Manhã* publicou que no dia 28 daquele mês uma patrulha de cavalaria cercou e retirou à força das diversas casas de pasto e botequins da região portuária, os trabalhadores que nesses lugares se reuniam, na tentativa de obrigá-los a trabalhar no Trapiche Damião.[24]

Os bares próximos ao porto, sempre temidos como focos de alcoolismo e divergências, também despertavam suspeitas por serem o espaço de permanente reunião dos trabalhadores do cais. Em qualquer dos muitos estabelecimentos que lhes servissem café, comida, ou simplesmente cachaça, os trabalhadores do porto de cores e nacionalidades diversas se encontravam, e construíam suas identidades, ao mesmo tempo em que resolviam suas contendas pessoais, seus conflitos de trabalho, suas rivalidades amorosas e outras tensões do cotidiano.

Papa-Rancho e Cardosinho: Valentes do Porto

As brigas entre os trabalhadores do porto não estavam circunscritas ao mundo dos bares, estimuladas por umas doses a mais de parati. Os conflitos eram freqüentes também no próprio cais, como ocorreu em 9 de Janeiro de 1902 na Estação Marítima. O português Justino Joaquim da Silva, de 40 anos, morador do Engenho de Dentro acusou João Morgado de o ter agredido na Estação Marítima "por causa de serviço". Todas as testemunhas ouvidas na delegacia da 2ª Circunscrição

[22] *Correio da Manhã*, 18/08/1905. p.2
[23] Cruz, Maria Cecília Velasco. *Op. Cit. Afro-Ásia* (2000). p. 260.
[24] *Correio da Manhã.* 29/08/1906. p. 2.

Urbana, afirmaram que João Morgado atingira Justino com uma martelada na cabeça e que fora necessária a intervenção dos outros companheiros de trabalho para evitar que o agressor o espancasse mais. Após o acontecido, Morgado fugiu e não foi mais encontrado e o caso foi arquivado por falta de testemunhas que, mais uma vez, não apareceram para o julgamento por não terem sido encontradas nos endereços declarados na delegacia.[25]

Mais um caso, entre tantos outros, ocorreu em 9 de dezembro de 1909 às 8 horas da manhã, no Cais das Docas Nacionais, em frente ao Trapiche Silvino. Um estivador pernambucano chamado Caetano Damásio, de 19 anos, morador do Morro da Favela, foi parar na delegacia do 3º Distrito Policial, acusado de ter disparado um tiro no português Manoel Gomes, vulgo "Cabo Verde", de 25 anos (o mesmo que pernoitava nas diversas hospedarias da Rua da Saúde, mencionado no capítulo anterior). Todas as testemunhas afirmaram mais ou menos a mesma coisa: que em uma embarcação encostada à ponte do Trapiche Silvino, um grupo de homens trabalhava na descarga de farinha e feijão. Segundo o escrivão que registrou a ocorrência, dentro da tal embarcação travou-se luta corporal entre Caetano Damásio e Manoel Gomes, tendo aquele disparado um tiro contra este, que caiu por terra e foi levado por uma ambulância. Após o ocorrido, o acusado fugiu entrando em um beco na Rua Pedra do Sal, sendo perseguido pelos populares que gritavam "pega! Pega! Assassino!". Damásio foi encontrado quando tentava ocultar-se em uma casa no Beco das Escadinhas, nas imediações do porto.

Na enfermaria da Santa Casa de Misericórdia, o ofendido prestou seu depoimento:

> "que às 8 horas mais ou menos desembarcou do navio de guerra "Deodoro", onde trabalhava como foguista, passando a trabalhar no serviço de descarga de mercadorias na Saúde; que lá pelas 7 para as 8 horas da manhã (sic) trabalhava na descarga de uma embarcação encostada em frente do Trapiche Silvino quando foi provocado por um indivíduo que ali chegou armado de revólver; esse indivíduo empurrou uma (...) sobre o declarante que o advertiu que (parasse com essa) liberdade e brincadeira, visto não conhecê-lo. Não se conformando com a advertência, o tal indivíduo atirou contra o depoente vários pontapés, tendo ele declarante dado-lhe um soco. Para evitar nova agressão, o indivíduo retirou-se do trapiche onde o mesmo indivíduo em sua perseguição feriu-lhe pelas costas (...)"[26]

Essas ações violentas, como apontou Fernando T. da Silva, eram a expressão de um "universo masculino" baseado em um sistema de valores que tendia a legitimar o papel do homem valente,

[25] AN – 10ª Vara Criminal. Cx. 320, Proc. 679. 1902.
[26] AN – 2ª Pretoria do Rio de Janeiro; m.890, Cx. 5156. 1909.

corajoso e agressivo. Um mundo governado por regras informais, onde imperava a lei do mais forte, e as demonstrações de valentia eram respeitadas dentro e fora do porto. O autor sugere que essa constante ostentação de força e coragem se expressava também em uma cultura de insubordinação ao poder dos chefes de serviço. Para ele, a autoridade que os contramestres de estiva chamavam para si mesmos estava na origem de muitos dos conflitos ocorridos no porto, em Santos, no Rio de Janeiro ou em qualquer outro. Homens com fama de valentões e passagens pela polícia tinham prestígio no cais e eram considerados "indivíduos qualificados" para exercer cargos de chefia ou liderança, como contramestres ou feitores. Esses homens seriam os mais "preparados" para lidar com outros trabalhadores que também tinham reputação violenta.[27]

Os trabalhadores do porto carregavam, desde muito cedo, estigmas de desordeiros e valentões. Segundo um antigo estivador do porto de Santos, a categoria "era mal vista, tinha má fama".[28] Vários deles eram conhecidos das autoridades como criminosos famosos e que aterrorizavam a região da zona portuária. São inúmeros os casos em que portuários eram identificados pela polícia como "desordeiro perigoso", "vadio e ébrio conhecido", "famoso vagabundo e desordeiro da Saúde e Gamboa", etc. Alguns desses homens, conhecidos no cais, nas docas e suas vizinhanças, tinham presença constante não só nas páginas dos registros policiais mas também na imprensa. Um desses afamados criminosos era o estivador Martinho de Souza Oliveira, conhecido na zona portuária por "Papa-Rancho". O *Correio da Manhã*, em 27 de janeiro de 1904, noticiou uma briga que Papa-Rancho teve com um desconhecido na rua Visconde de Inhaúma e que resultou em sua morte:

> "Reside na Ladeira João Homem, n.57, é conhecido como desordeiro e chama-se Martinho de Souza Oliveira, o já célebre "Papa-Rancho".
> A sua fama de valente corre longe e disto tem ele grande orgulho, tanto que não admite provocações (...)" [29]

Mas, a julgar pelo número de prisões e de vezes que seu nome apareceu nas colunas policiais dos jornais cariocas[30], José Gomes Cardoso, o Cardosinho parece ter sido o mais famoso de todos os valentões do porto. Para João do Rio, "homens da espécie de Cardosinho fazem o sinal da cruz ao levantar da cama para matar um homem horas depois"[31]. A *Gazeta de Notícias* tentou traçar um perfil

[27] Silva, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.* p.150.
[28] Depoimento de Francisco Rodrigues Garcez à Fernando Teixeira da Silva. Cf. Silva, Fernando Teixeira. *Op. Cit.* p. 151.
[29] *Correio da Manhã.* 27/01/1904. Coluna "Na Polícia e nas Ruas".
[30] *Correio da Manhã,* coluna "Na Polícia e nas Ruas" dos dias 16/03/1904 e 17/03/1904: "O Célebre Cardosinho".
[31] do Rio, João. "As quatro idéias capitais dos presos" In: *A Alma encantadora das ruas."* p.359

do “célebre Cardosinho” e de seus feitos, assim se referindo às origens criminosas do temível estivador:

> “O CARDOSINHO
>
> Este é um personagem importante na sua roda. Não admira que tenha uma biografia extensa.
>
> O nome do tão conhecido Cardosinho é José Gomes Cardoso. Nasceu em Pernambuco, e a sua primeira profissão foi de caldeireiro. Depois, matriculou-se como marinheiro e tomou parte na revolta de 1893, tendo estado no combate da Armação.
>
> Finda a revolta, teve baixa e foi residir no Retiro Saudoso. Ali, como um cidadão pacato, entregou-se à pesca. Mas, um belo dia, cansado de apanhar peixes, mudou de vida, fez-se estivador e entrou para Detenção várias vezes”[32]

Figura 3

Gazeta de Notícias – 06/03/1904

Nesse caso, o jornalista faz uma associação direta entre a entrada de Cardosinho para estiva e sua entrada no mundo do crime.[33] Cardosinho trabalhou como contramestre da estiva, cargo que exigia força no trato com os outros estivadores, tanto aqui como em outras partes do mundo. Silva transcreveu a opinião de um contratante de estivadores de Nova York, afirmando que

> "se me derem a possibilidade de escolher entre um ex-presidiário rude, e alguém que não tenha antecedentes criminais estarei mais inclinado a dar preferência ao primeiro. Sabe por quê? Porque como boss, um ex-presidiário vai inspirar medo aos trabalhadores, que se manterão disciplinados, e trabalharão o máximo"[34]

A fama de valentão e as passagens pela prisão conferiam autoridade dentro daquele universo marcado por ritos de masculinidade e valorização da valentia e da força física, numa oscilação entre a identificação do herói pelos próprios portuários e do marginal, como eram vistos pelas autoridades.

Mas apesar de todos os conflitos que realmente aconteceram nos portos, a experiência daqueles homens não pode ser resumida às brigas. Segundo Fernando T. da Silva, esses são aspectos inerentes à cultura portuária, não significando, no entanto, que sejam responsáveis pela despolitização e ausência de uma cultura classista entre aqueles trabalhadores. Se, como outros aspectos da vida dos portuários, a valentia andava de mãos dadas com a natureza ocasional do trabalho avulso no cais, junto a esse fenômeno estava também a luta dos operários para "eliminar os patrões" e controlarem eles mesmos a mão-de-obra. Dessa forma, se por um lado, a contratação funcionava como elemento desagregador, gerador de conflitos internos, por outro, foi justamente em torno dessa questão que os portuários de diversas cidades do mundo se uniram, fazendo frente ao poder dos contratadores e reivindicando o controle do mercado de trabalho, como veremos adiante.

Conflitos Étnicos e Sindicatos: diálogos com a bibliografia

As colunas dos jornais no início do século XX costumavam trazer relatos das brigas entre trabalhadores no porto. Em janeiro de 1906, o *Correio da Manhã* narrou um conflito ocorrido na Estação Marítima da Gamboa:

> " (...) Logo pela manhã, apresentaram-se na porta daquela Estação, cerca de 300 trabalhadores.
> Como de praxe, o feitor José Duarte disse precisar de 70 homens, que escolheu entre os presentes.

[32] *Gazeta de Notícias.* 06/03/1906. "Galeria do Crime: os criminosos"
[33] Assim como Antoninho Navalhada, o "valentão" mais conhecido do porto de Santos. Sobre Antoninho Navalhada, ver Silva, Fernando Teixeira. *Op. Cit.* p. 151.
[34] Idem. p. 152

> Isso provocou entre os não escolhidos para o serviço, murmúrios que dentro de poucos minutos se transformaram em protestos.
> De repente, do grupo dos que não tinham sido escolhidos partiu um tiro, cujo projétil foi se alojar nas costas do feitor José Duarte (...)"[35]

Já no final do século XIX, o *Jornal do Brasil* denunciava o modo

> "desorganizado, criminoso e reprovado pelas instituições do país, desprezado até do cumprimento do dever que têm as autoridades no policiamento sobre os ajuntamentos de trezentos ou quatrocentos trabalhadores que ali vão mendigar e implorar das entidades absolutas, os contramestres[36], na escolha de trabalhadores que devem embarcar para o trabalho da estiva".[37]

As freqüentes cenas de brigas entre os portuários eram provocadas principalmente pela competição cotidiana por trabalho. A falta de estabilidade era responsável pela insegurança que o processo arbitrário de contratação causava nos trabalhadores, fazendo com que a competição desenfreada pelo serviço fosse uma das principais características dos portos de uma maneira geral. Entre os cariocas, ela estava presente no próprio jargão dos operários, que costumavam chamar o ato de levantar a mão na "parede" de "*fazer fé"*, numa referência clara às apostas no jogo do bicho ou outros jogos de azar, muito comuns já naquela época. O linguajar refletia a incerteza vivida diariamente pelos trabalhadores avulsos, que muitas vezes causava raiva, frustração e brigas entre os que disputavam uma vaga no serviço ou entre esses e o responsável pela escolha.[38]

Brigas causadas pelas incertezas acerca do mercado de trabalho eram uma característica dos portos de uma maneira geral e muitas vezes somavam-se à disputa pelo trabalho também as divergências no interior da classe. No porto de Nova Iorque, por exemplo, as rivalidades entre irlandeses, negros e italianos fez com que os grupos constituíssem comunidades separadas, cada um em seu quarteirão, além de dos trabalhadores terem se organizado em diferentes sindicatos. No porto de Londres, o elevado grau de compartimentação habitacional também era fruto das fissuras profissionais e étnicas. Em algumas cidades, os armadores buscaram tirar proveito da situação de conflito, como aconteceu na cidade de Saint John, no Canadá, onde as hostilidades entre protestantes e

[35] *Correio da Manhã*, 17/01/1906.
[36] Segundo Cruz, os "contramestres" ou "contra-mestres de porão" eram trabalhadores mais experientes que coordenavam o trabalho da estiva. Estes, por sua vez, seguiam a orientação dos encarregados das firmas empreiteiras. Mas, no início do século, os contramestres exerciam funções que eram claramente a dos encarregados. Cf. Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998. p.55.
[37] *Jornal do Brasil*, 20/07/1895.

católicos eram exploradas pelos empregadores. O mesmo aconteceu com as rivalidades entre brancos e negros em New Orleans, cidade onde formaram-se sindicatos distintos e em situações de crise, as disputas por emprego tornavam-se extremamente violentas.[39]

No Rio de Janeiro, apesar de não ter existido compartimentação da população portuária em bairros diferentes ou em sindicatos diferenciados por nacionalidade ou etnia, a enorme disputa pelo mercado de trabalho entre nacionais (a maioria negros) e imigrantes (principalmente portugueses) foi quase sempre referida como elemento desagregador da classe. Boris Fausto foi um dos autores que defendeu a tese de que as diferenças étnicas e de nacionalidade não apenas limitaram a ação operária no Rio de Janeiro, como também teriam praticamente definido a predominância do sindicalismo reformista, de caráter não-revolucionário, que ele chama de "trabalhismo carioca". Para o autor, o setor de serviços, que abrange os ferroviários, marítimos e doqueiros, formaram um grupo de trabalhadores intocados pela ideologia anarquista em fins do século XIX, principalmente devido à superioridade numérica de trabalhadores nacionais, especialmente negros. O mesmo não teria acontecido em São Paulo, sempre considerada como palco dos movimentos revolucionários justamente pela predominância dos imigrantes com tendências libertárias[40].

Sheldom Maram segue a mesma linha de Fausto ao afirmar que os conflitos internos, por vezes abortaram tentativas de organização entre os portuários, acarretando o declínio de vários sindicatos, como a "Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café", que ele cita como exemplo. Segundo ele, após a disputa entre nacionais e portugueses, o sindicato declinou vertiginosamente, vendo o número de associados cair de 4.000 para apenas 200 em um só ano. E ainda aponta que alguns anos depois o "Resistência" se reergueu sob nova liderança.[41]

Em uma posição diferente deste autor, Marli Albuquerque, que tratou especialmente dos trabalhadores do porto, rejeita a tese de que conflitos étnicos teriam limitado a organização daqueles trabalhadores, afirmando que a ação política das categorias portuárias era intensa e marcada pela

---

[38] Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.*, 1998. p.228-229.
[39] Idem. p. 207.
[40] Fausto, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social.* Rio de Janeiro. DIFEL: 1979.
[41] Maram, Sheldom. *Anarquistas, Imigrantes e Movimento Operário no Brasil, 1890-1920.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 31. Segundo Cruz, as verdadeiras causas da crise institucional do sindicato foram a perda dos fundos sindicais causada pela falência do Banco União do Comércio, e o *lock-out* feito pelo Centro de Comércio de Café contra o "Resistência", na mesma época. Diz ainda que os mesmos líderes foram elementos estratégicos – e até essenciais! – à reorganização da sociedade após a crise, contrariando a afirmação de que ela teria ser reerguido sob novas lideranças. Cf. Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit. Afro-Ásia* (2000). p.280-281

solidariedade de classe, não tendo qualquer conteúdo racial.[42] No entanto, o trabalho de Marli Albuquerque tende a exagerar na ênfase à harmonia e solidariedade entre os portuários, descartando os conflitos que certamente ocorriam, principalmente na "parede", durante a escolha dos braços.

No entanto, é Sidney Chalhoub, em seu livro sobre os trabalhadores no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX, que parece ter melhor definido a situação dos portuários naqueles tempos. O autor afirma que as diferenças internas à classe limitaram em algum grau a organização daqueles operários[43], mas reconhece que o grupo era forte e bastante consciente de sua situação de classe. Segundo ele, a enorme competição pelo trabalho traduzia-se em ações contraditórias, revestindo-se não só de um conteúdo de luta e desagregação, mas também de solidariedade e de espírito comunitário.

Ao analisar essa questão, esbarramos em uma outra que diz respeito às opções políticas dos sindicatos. Boris Fausto foi um dos autores que defendeu a tese de que as diferenças étnicas e de nacionalidade não apenas limitaram a ação operária no Rio de Janeiro, como também teriam praticamente definido a predominância do sindicalismo reformista, de caráter não-revolucionário, que ele chama de "trabalhismo carioca". Para o autor, o setor de serviços, que abrange os ferroviários, marítimos e doqueiros, formaram um grupo de trabalhadores intocados pela ideologia anarquista em fins do século XX, o que não teria acontecido em São Paulo, sempre considerada como palco dos movimentos revolucionários justamente pela superioridade numérica dos imigrantes:

> "Do ângulo da classe operária, a existência no Rio de Janeiro dos germes de uma corrente limitada à defesa de reivindicações mínimas, pela via da colaboração de classes e da proteção do Estado, explica-se em grande medida (...) pela maior presença de nacionais na composição da classe, mais receptivos a um tipo de política que se coadunava com as velhas relações tradicionais e paternalistas (...)"[44]

Fausto afirma que mesmo quando o anarquismo começa a encontrar campo entre os trabalhadores cariocas, principalmente a partir da década de 1920, isso não acontece entre os portuários, que, segundo ele, teriam mantido uma tradição de sindicalismo limitado a reivindicações corporativas. Comparando as ações operárias no Rio de Janeiro e na cidade portuária de Santos, o autor afirma que os perfis sindicais das cidades podem ser claramente distinguidos:

---

[42] Albuquerque, Marli B. M. *Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro, 1904-1920*. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.
[43] O autor também menciona o conflito no Resistência. Chalhoub, Sidney. *Op. Cit.* 1986. p. 109.
[44] Fausto, Boris. *Op. Cit.* p.52.

> "As razões da diferença devem ser buscadas no contexto geral das duas cidades e na composição étnica da classe trabalhadora. Santos se define como centro de lutas frontais, sob inspiração libertária, abrangendo tanto portuários como outros ramos (...). Uma classe operária relativamente homogênea, composta em grande parte de estrangeiros (espanhóis e portugueses), constitui o núcleo básico dos trabalhadores quando a cidade começa a se desenvolver. No Rio de Janeiro, estrangeiros – em menor número – vem concorrer no porto com elementos nacionais aí já instalados. A rivalidade étnica potencia a disputa e favorece a divisão interna da classe. Por sua vez, as posições tendentes ao paternalismo ou à conciliação encontram campo na maior incidência do Estado e nas expectativas dos trabalhadores nacionais. Entre estes, há muitos antigos escravos ou integrantes de uma geração para a qual a escravidão tem ainda culturalmente um peso considerável."[45]

Assim, para Boris Fausto a diferença básica entre a ação operária dos portuários das duas cidades se dá pela diferença na composição da classe trabalhadora, que em Santos era formada por uma maioria de imigrantes com tendências libertárias e no Rio por nacionais, especialmente negros. Para alguns autores era isso que diferenciava Santos – a "Barcelona Brasileira"[46] – dos "amarelos", como eram chamado pejorativamente os sindicatos reformistas do porto carioca.[47] Ao contrário da afirmação de que entre os estrangeiros "a identidade de classe (...) tendeu a superar a identidade nacional"[48], o autor não considera essa possibilidade para os trabalhadores nacionais. Essas idéias se relacionam muito ao fato da historiografia não pensar o escravo como "ser político", daí uma menor "consciência de classe" quando estes se fizeram trabalhadores livres, e uma forte tendência a aceitar o paternalismo estatal mais facilmente.

No entanto, apesar das evidências de que houve competição e conflitos entre trabalhadores de diferentes etnias e nacionalidades no Rio de Janeiro, afirmar que essas diferenças estão diretamente relacionadas ao predomínio dos sindicatos reformistas no porto é simplificar a análise. Cláudio Batalha critica essa visão clássica e diz que tanto no caso do Rio como no de outras cidades em que as correntes reformistas podem ser constatadas, as evidências desmentem esses pressupostos :

[45] Fausto, Boris. *Op. Cit*. pp.126-127.
[46]Segundo Fernando Teixeira da Silva, a designação se refere ao predomínio anarquista em Santos nas primeiras décadas do XX; A cidade também é chamada de "Moscou Brasileira", em referência ao peso dos comunistas nos sindicatos do pós Segunda Guerra Mundial. Ambas fazem parte da memória construída da cidade e visam apresentá-la como politicamente radical. Silva, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.* (Introdução)
[47] É importante lembrar não apenas os sindicatos portuários foram chamados de "amarelos". O apelido foi atribuído ao movimento operário de caráter reformista da cidade como um todo. Cf. Maram, Sheldom. *Op. Cit.*; Gitahy, Maria Lúcia. Caira. *Op. Cit.*
[48] Fausto, Boris. *Op. Cit.* pp. 32-33

> "não há qualquer relação que possa ser estabelecida entre origem étnica e opções sindicais na Primeira República (...) Tampouco podem ser estabelecidas correlações automáticas entre a orientação ideológica dos operários e o setor da produção onde estão empregados. No caso do Rio de Janeiro, onde há um predomínio do reformismo nos sindicatos do porto e dos transportes, isso só evidencia as dificuldades do sindicalismo-revolucionário em penetrar nestes setores."[49]

Segundo Cláudio Batalha, os estudos sobre o movimento operário no Brasil apresentam grandes dificuldades em analisar fenômenos como o reformismo operário na Primeira República. Isso se explica em grande parte pelo fato de a maior parte da historiografia trabalhar com antigos pressupostos de que só há uma única forma verdadeira de consciência de classe: a revolucionária. Dessa forma, rejeita-se qualquer outra forma de luta como legítima e desqualifica-se a ação dos operários quando estas não são motivadas pela ideologia revolucionária.[50] Talvez por isso existam muitos trabalhos específicos sobre os trabalhadores do porto de Santos[51] e pouquíssimos sobre os portuários do Rio de Janeiro.

A imagem de uma classe operária homogênea, revolucionária e estrangeira que a literatura clássica quis passar como a "verdadeira" classe operária, generalizando modelos e criando paradigmas, simplifica e idealiza um movimento operário e sindical que não condiz com a realidade de muitas organizações de luta operária. A maioria dos trabalhos tendeu a desqualificar e diminuir a importância dos sindicatos reformistas, encarados como frutos de mera manipulação patronal ou estatal e desprovidos de qualquer projeto próprio. Assim, preocupada em desqualificar o reformismo como expressão operária, a historiografia recusou-se também a estudá-lo e compreendê-lo historicamente como uma manifestação legítima de consciência de classe.

Entre os poucos estudiosos dos sindicatos do porto carioca, Maria Cecília Velasco Cruz merece destaque. Sua análise sobre os estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da primeira República, é talvez o único trabalho de peso sobre o porto do Rio de Janeiro. A pesquisa de Cruz se mostra bastante bem-sucedida, na medida em que investiga à fundo a composição étnica da categoria, buscando perceber a influência das "tradições" oriundas da experiência dos escravos de ganho na organização do trabalho e na formação dos sindicatos portuários no período pós-abolição.

---

[49] Batalha, Cláudio Henrique de Moraes. "Uma outra consciência de classe? O sindicalismo Reformista na Primeira República." In: *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, 1990.
[50] Idem.
[51] Cf. Silva, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.*; Guitahy, Maria Lúcia. *Op. Cit.*; Sarti, Ingrid. *O Porto Vermelho.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

A autora faz uma crítica à afirmação de Boris Fausto de que entre os estrangeiros, a identidade de classe tendeu a superar a identidade nacional, questionando se esse processo não poderia ter ocorrido entre os nacionais, mesmo se ex-escravos.[52] Ela também rejeita o velho paradigma e, sem perder a dimensão do conflito como fez Albuquerque, aponta para a solidariedade de classe entre os portuários. Ainda segundo ela, a atuação dos portuários em diversos momentos cruciais de reivindicação operária não apresentara a cor "amarelada" que lhe quiseram atribuir. Ao traçar a história da "Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café" e da "União Operária dos Estivadores", a autora ressalta a importância destes sindicatos no movimento operário carioca, principalmente na conquista de uma das mais importantes reivindicações dos trabalhadores do porto: a *Close Shop*, – sistema de sindicatos fechados, onde os sindicalizados teriam ampla preferência na disputa pelo trabalho.

Embora o desejo de autonomia e fechamento do mercado de trabalho em torno dos sindicatos tenha sido uma luta comum entre os portuários do mundo inteiro, diversas tentativas nesse sentido não resultaram em sindicatos *closed shop* consolidados (exemplos de Londres, Liverpool, Seattle e Portland). Como apontou Cruz, seria então surpreendente que esse sistema tenha se estruturado tão fortemente e sobrevivido no Rio de Janeiro[53]. Ao contrário do que afirmou Ingrid Sarti, o Sindicato dos Estivadores de Santos não foi o "primeiro sindicato que se impunha independente da Companhia Empregadora, e que se propunha a agenciar a mão-de-obra".[54] No Rio, os ventos parecem ter soprado à favor dos sindicatos mais rápido do que na "Barcelona Brasileira" e, apesar dos altos e baixos constantes[55], os "amarelos" conseguiram se impor ao patronato já nos primeiros anos do século XX. Em Santos, apesar da luta se iniciar já na primeira década do século é só na década de 1920 que começa a ter resultados, se consolidando na década seguinte.[56]

Dessa forma, apesar dos conflitos que existiram no porto e apesar daqueles sindicatos não terem seguido a ideologia "revolucionária", eles conseguiram se impor no porto entre operários e patrões, conseguindo no início do século XX grandes conquistas para os trabalhadores.

[52] Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998. p. 22
[53] Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit. Afro-Ásia*(2000). p. 254.
[54] Sarti, Ingrid. *Op. Cit.*
[55] A exemplo de alguns *lock-outs* feitos pelas companhias no início do século, que desestruturavam os sindicatos, como ocorreu com o "Resistência" em 1908.
[56] Silva, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.* p. 31

Do conflito, nascem a União e a Resistência

Era manhã do dia 31 de julho de 1905. Como acontecia todos os dias, grupos de homens se reuniam no porto do Rio de Janeiro em busca de trabalho no serviço de carga e descarga de mercadorias nos diversos navios que ali ancoravam. Entre eles estavam os estivadores Joaquim da Silva Fino, brasileiro de 23 anos, morador na Rua do Monte n. 2 e Izidoro Pereira da Silva, português de 29 anos, morador do Beco de João Ignácio, n.8, ambos endereços da zona portuária carioca. Junto com outros cinco companheiros, Joaquim e Izidoro se apresentavam para o trabalho de descarga no Navio Campeiro, que estava atracado no Trapiche Reis, quando houve um conflito que deixou os dois feridos a balas de revólver.

Na Delegacia da 3ª Circunscrição Urbana, vários estivadores que ali se encontravam foram ouvidos pelo delegado. O primeiro deles, o português José Joaquim Alves, disse que tinha sido convidado por outros companheiros para trabalhar a bordo do vapor Campeiro e que chegando no Trapiche Reis, onde estava atracado o dito vapor, ali se achava outro grupo de homens, entre eles José Gomes Cardoso, o "Cardosinho", que recebeu o grupo a tiros de revólver. Segundo a mesma testemunha, a agressão se deu pelo fato de Cardosinho e seus amigos serem sócios da Sociedade Regeneradora dos Estivadores[57], enquanto seu grupo era composto de sócios da União Operária dos Estivadores. Disse ainda que Cardosinho fora o autor dos disparos, pois só trabalhava com sócios da Sociedade Regeneradora dos Estivadores e que, durante o conflito, gritava para os membros da União Operária: "o que vocês querem aqui seus canalhas?".

O depoimento das outras quatro testemunhas, como o dos dois ofendidos confirmaram a versão de José Joaquim Alves. No entanto, ao ser ouvido na delegacia, Cardosinho, que era contramestre de estiva, contou uma outra história. Disse que ele teria sido contratado pelo comandante do vapor Campeiro para levar dois ternos de estivadores para fazer um serviço de carregamento e que estando já com "seu pessoal" a bordo, viu entrar pelo Trapiche Reis um grupo de estivadores da União Operária, que o agrediu e a seus companheiros. Disse ainda que realmente houve tiros "de parte a parte", da qual saíram feridos Joaquim e Izidoro, não sabendo, no entanto, quem era o autor dos disparos. Afirmava, no entanto, que os tiros não saíram da arma que trazia consigo.

O caso foi levado a Juízo, mas a sociedade de Cardosinho pagou sua fiança e ele respondeu em liberdade, mesmo tendo sido preso anteriormente por 12 vezes pelos mais variados motivos, conforme

atesta a sua folha de antecedentes, anexa ao processo. Como as testemunhas não foram encontradas nos endereços declarados, não comparecendo para depor, nada ficou provado e Cardosinho foi absolvido pelo Juiz da 2ª Pretoria em 26 de janeiro de 1907.[58]

Caso semelhante aconteceu em 22 de janeiro de 1907. Eram 11 horas da manhã quando o delegado da 3ª Circunscrição Urbana foi avisado que um indivíduo estava impedindo, sob ameaça de um revólver, a descarga de uma embarcação na Estação Marítima, no bairro da Gamboa. A força policial se encaminhou para o local e deu voz de prisão ao tal indivíduo, que se chamava Raphael Munhões, um brasileiro de 25 anos e fiscal da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café.

Na delegacia, as testemunhas foram ouvidas. Uma delas, o italiano Salvador Magdalena, prestou o seguinte depoimento:

> "que hoje, às 11 horas da manhã, na ocasião em que ele depoente e mais empregados faziam no Cais da Estação Marítima uma descarga de fardos de trapos, aproximou-se dele depoente o acusado presente à frente de um grupo de trabalhadores; que o acusado dirigindo-se a ele depoente de revólver em punho e com ameaças o intimou a cessar a descarga, dizendo-lhe que aquele serviço só poderia ser feito pelos sócios da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores (*grifado no original*); que ele depoente amedrontado com o que se passava, mandou participar à Polícia e esta chegando prendeu em flagrante o acusado (...)" [59]

Como no outro caso, este também foi a Juízo e a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, da qual Raphel Munhões fazia parte, pagou igualmente sua fiança para que pudesse responder em liberdade. Passados quase quatro anos, o processo ainda se arrastava pelas gavetas da 8ª Pretoria e em 27 de janeiro de 1911 foi julgada extinta a ação penal.

Ao contrário dos demais conflitos narrados, estes apresentam uma novidade: não eram apenas estivadores que brigavam pelo serviço e sim estivadores que reivindicavam a exclusividade de seus sindicatos naquele trabalho. Para sabermos porque isso aconteceu é preciso entender como foram organizados os sindicatos portuários no Rio de Janeiro.

---

[57] A Sociedade Regeneradora dos Estivadores foi um outro sindicato, fundado no mesmo ano da União Operária dos Estivadores e sobre o qual trataremos mais adiante.
[58] AN – 2a Pretoria. Proc. 4989, maço 880, Gal. A. 1906.
[59] AN – 8ª Pretoria. OR. 5353. 1907.

Em 25 de agosto de 1903, uma greve pelas oito horas de trabalho eclode entre os estivadores do porto carioca. Neste dia, nove navios estavam ancorados esperando o carregamento de café e as lanchas com os contramestres de estiva atracaram no Cais dos Mineiros para buscar o pessoal que faria o serviço. No entanto, não havia ninguém na "parede", pois uma assembléia ocorrida no dia anterior decidira em prol da greve e uma comissão convidara os estivadores a aderir ao movimento. Os estivadores fizeram, então, um memorial com suas reivindicações, que foi entregue ao patronato. Os agentes das companhias de navegação julgaram inaceitáveis as condições impostas pelos estivadores e pediram ao Chefe de Polícia, Dr. Cardoso de Castro, garantias à manutenção da ordem à segurança daqueles que quisessem trabalhar. No entanto, não foi necessário tanto esforço, pois nenhum conflito ocorreu e os estivadores continuaram a greve nos dias que se seguiram.[60]

Os trabalhadores faziam vigília permanente no cais e nas proximidades para evitar o embarque de estivadores fura-greves. As casas empreiteiras resolveram, então, recrutar pessoal de fora da cidade ou em outros pontos fora das vistas dos grevistas. No dia 31 de agosto, a imprensa publicou que a greve estaria enfraquecendo, visto que muitos estivadores estariam embarcando em locais afastados e que estariam mesmo pensando em se apresentar aos patrões abertamente. Os estivadores decidiram, então, propor um acordo, reduzindo a jornada para 9 horas de trabalho (das 7 da manhã às 5 da tarde, com 1 hora de descanso e iguais condições para o trabalho à noite). Dias depois, a imprensa informou que, no dia 2 de setembro, dezoito estivadores haviam embarcado no Cais dos Mineiros sem que ocorressem conflitos em virtude da quebra de solidariedade. O que aconteceu, de fato, foi que os estivadores se apresentaram e trabalharam no dia 2 de setembro segundo o horário antigo, mas no dia seguinte, se recusaram a começar o trabalho antes das sete da manhã, ou seja, em horário determinado por eles próprios. A tática adotada pelos trabalhadores em virtude da recusa dos empreiteiros em diminuir as horas de trabalho foi a da luta diária, modificando o ritmo de trabalho conforme com seus interesses. Nos dias que se seguiram, os jornais se calaram sobre o assunto, não ficando evidente até quando durou a luta cotidiana pela jornada de nove horas. No entanto, a vitória dos estivadores foi inegável pois, quando em 1905 explodiu uma nova greve pelas oito horas de trabalho, os estivadores estavam trabalhando das 7 da manhã às 5 da tarde, exatamente como haviam reivindicado no acordo proposto. [61]

[60] Para mais detalhes sobre as greves no porto carioca no início do século XX, ver: Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998.
[61] Idem. pp. 241-244

Como apontou Maria Cecília Velasco Cruz, o que chama atenção na greve de 1903 não é tanto o ganho obtido pelos estivadores, mas a surpreendente organização daqueles trabalhadores que seriam, teoricamente, "desorganizados", já que não havia nenhuma estrutura sindical por trás do movimento. O que informava a luta daqueles homens, e os agregava em torno de interesses e objetivos comuns, eram redes informais de comunicação e saberes compartilhados. Nas palavras da autora, "os estivadores comportaram-se como um batalhão disciplinado, deliberaram, formaram comissões, e depois de 8 dias de greve, em confronto aberto com os patrões, foram capazes de mudar de tática, resolvendo trabalhar, mas se apresentando na "parede" apenas nas horas em que eles próprios haviam determinado. Com essa forma de luta velada e calcada em um desafio permanente às regras patronais conquistaram, então, passo a passo a redução da jornada de trabalho, ao tempo que iniciaram também a construção do sindicato".[62]

O surgimento da União Operária Estivadora, que começa a ser concebido institucionalmente na onda da greve de 1903 é fundamental para o movimento operário do porto carioca de inícios do século XX. Com ele nasceu também a gestão coletiva da mão-de-obra, principal aspiração da União, como fica bem claro em seus estatutos:

> "A Associação tem por fim defender e proteger seus associados, (...); resolver as questões entre operários e patrões, (...); regulamentar as condições de trabalho; (...) organizar um sindicato a fim de contratar diretamente o serviço de carga e descarga dos navios (...)".[63] Apesar disso, a união não garantia trabalho aos associados, mas sim que "empregaria todos os meios ao alcance a fim de que os associados tenham preferência nos embarques"[64].

O fechamento do mercado de trabalho em torno de sindicatos tinha base na maneira descontrolada e arbitrária pela qual se dava a contratação dos braços. Como a oferta de trabalho nos portos era bastante irregular, visto ser irregular a entrada e saída de navios, não era lá muito vantajoso para os armadores empregarem diretamente os trabalhadores. Para isso, seria necessário que utilizassem a própria tripulação do navio, o que não seria muito viável, ou que mantivessem, em cada porto onde seus navios atracassem, um grupo permanente de homens contratados. Isso significaria a perda de rios de dinheiro em cada porto onde não houvesse nenhum navio ancorado, pois os patrões estariam pagando regularmente operários que trabalhariam apenas ocasionalmente. Então, por ser mais

[62] Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998. p.245.
[63] AN - 1º Ofício de Títulos e Documentos. Sociedade Civil. Livro A-1. Registro da União dos Operários Estivadores, 05 de agosto de 1904.
[64] Artigo 11 dos Estatutos. Apud. Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998. p.247.

viável economicamente, na maioria dos casos a estiva era contratada por empreiteiros que agiam como contratantes da mão-de-obra.[65]

O problema era que qualquer um podia ser contratado, desde que fosse escolhido pelo encarregado da contratação. Essa situação acabava por deitar poderes demais nas mãos dos contratadores. Eram eles que escolhiam quem trabalhava e, por conseqüência, quem não trabalhava, causando inúmeras insatisfações, protestos e, não raro, conflitos, como ficou claro.

Na organização portuária, o mais comum era que os donos das companhias de navegação e das firmas de importação/exportação deixassem a resolução de todas as questões relativas à força de trabalho necessária à movimentação e arrumação da carga nas mãos dos seus capatazes ou de firmas intermediárias. Eram esses intermediários os responsáveis por coordenar o trabalho, pagar os trabalhadores e escolher quem empregar. No entanto, não havia um critério que guiasse a escolha dos braços, podendo o indivíduo ser escolhido num dia e rejeitado no outro. Essas regras arbitrárias e a liberdade que os capatazes ou encarregados tinham na escolha dos homens davam margem a que as relações pessoais influenciassem a opção por um ou por outro trabalhador, reforçando o poder daquele que os elege e abrindo caminhos para práticas abusivas. Isso tudo, na prática, significava que se o encarregado não simpatizasse ou tivesse alguma questão com o candidato, este veria cair por terra as suas chances de trabalho, ao menos naquele serviço. Assim, era comum – e pode-se dizer que era mesmo necessário! – que o operário buscasse ligações de nível pessoal com os responsáveis pela escolha. As relações pessoais acabavam por se tornar um dos principais filtros nas escolhas dos encarregados.

Esse caráter personalizado das relações de trabalho é uma das principais características dos portos, não só no que diz respeito ao processo de escolha dos braços, mas também na organização das turmas. Nos “ternos”, os homens se juntavam em pares para fazer o serviço, sendo a escolha dos parceiros baseada em critérios pessoais de afinidade, tais como amizade, parentesco, religião e até etnia.[66] É essa rede de relações pessoais que estrutura grande parte da organização do trabalho portuário. Os indivíduos interagiam no plano pessoal em diferentes momentos, na “chamada livre” ou no processo de trabalho em si.

---

[65] Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998. p.170.

[66] Idem. p. 53. A autora tira essas conclusões principalmente a partir de depoimentos de estivadores e arrumadores por ela entrevistados.

Na “parede”, os operários ficam “nas mãos” dos encarregados, e sua possibilidade de trabalho depende da decisão de outro indivíduo. Essa situação, associada ao fato de não haver barreiras à entrada de quem quer que seja na competição, define o comportamento dos portuários avulsos em um ambiente onde a competição faz parte de suas vidas. O comportamento daqueles homens se ligava à possibilidade de obter vantagens, de colocar um indivíduo ou grupo em posição de privilégio em relação aos demais, seja pela violência ou pelos mecanismos informais que pudessem diminuir a insegurança do processo de escolha na “parede”. Essa situação gerava a maior parte dos conflitos que surgem no cais do porto, que opunham não só indivíduos, mas também grupos de indivíduos ou categorias profissionais.

Por outro lado, diferentemente do que acontecia na “parede”, o trabalho dentro do navio ou nos armazéns era caracterizado pela cooperação entre os trabalhadores dos ternos. Durante o serviço, os homens interagiam diretamente e de forma personalizada. Feita a escolha dos braços, abandonava-se a lógica da competição e imperava a lógica do trabalho coletivo, salvo os casos de brigas que poderiam surgir entre os homens pelos mais diversos motivos.

Como a lucratividade dos armadores dependia muito do tempo em que era feito o serviço (quanto mais rápido melhor, pois o navio ficaria menos tempo ancorado) as principais armas reivindicatórias que os estivadores tinham eram breves paralisações ou diminuição do ritmo de trabalho. Como apontou Fernando Teixeira, essas táticas podiam forçar os empregadores a negociar imediatamente com os operários, para diminuir ao máximo a permanência do navio no porto. Segundo o autor, essas pequenas lutas, que na maioria das vezes não ganhavam as páginas dos jornais, podiam ser mais eficazes do que grandes greves, que corriam os riscos de fracassarem ante a violência policial e às retaliações dos empregadores.[67]

Cientes de sua própria força, mas também de suas fraquezas, os avulsos chegaram à conclusão que o que os impedia de obter o controle total do trabalho no porto era justamente o processo de contratação da mão-de-obra. Os grupos que tivessem o controle da contratação teriam o domínio de grande parte do poder no porto, decidindo quem trabalhava e em que condições. A solução possível encontrada pelos operários para tentar resolver essa questão tornou-se uma bandeira de luta entre os portuários de várias cidades: a *Closed Shop***.** Esse sistema garantiria o controle da contratação do pessoal aos próprios trabalhadores, através de sindicatos fechados. E no mais, de acordo com a *Closed Shop,* o trabalhador sindicalizado tinha a total preferência na escolha de quem faria o serviço, ficando

[67] Silva, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.* p. 171.

muito difícil aos não-sindicalizados garantir um lugar ao sol. Dessa maneira, além do controle de todo o processo de trabalho, os operários também podiam ver diminuir consideravelmente a oferta de mão-de-obra pelas barreiras estabelecidas à entrada de novos competidores. Essa tendência possibilitou a esses grupos controlarem a presença de um enorme exército industrial de reserva – os chamados "bagrinhos" – que eram responsabilizados pela depressão dos salários.[68]

Figura 4

Praça dos Estivadores, na Rua camerino, onde se situava a antiga sede da União Operária dos Estivadores

Mas não foi tão fácil para os sindicatos do porto carioca a imposição da C*losed Shop.* A "parede" não desapareceu da cena portuária como num passe de mágica. Antes de sua consolidação e legitimação pelo patronato e pelos próprios trabalhadores, muitas barreiras foram encontradas pelo caminho. Algumas de ordem interna, já que o estatuto era rigoroso com os sindicalizados, prevendo punições para aqueles que o contrariavam. Muitas vezes o trabalhador não aceitava algumas regras e alguns conflitos acabavam surgindo entre eles próprios. E muitos ficaram de fora, pois não era "qualquer um" que poderia ter seu nome nos quadros do sindicato. Para garantir a organização e a preferência do trabalho aos associados, o sindicato teve que "disciplinar" os operários e diminuir a multidão de homens da "parede". Assim, numa tentativa moralizadora da classe, criaram um regulamento que deveria ser obedecido pelos sócios e excluíram aqueles que julgavam não ter bons antecedentes. Em um ofício ao empreiteiro Charles Wallace, em 10 de dezembro de 1903, a União

[68] Os "bagrinhos" eram, no linguajar do porto, os trabalhadores não sindicalizados, comparando esses com o peixe que se alimenta dos restos do tubarão. O "tubarão", no caso, seriam os sindicalizados. Ingrid Sarti apontou como descriminação o privilégio concedido aos sindicalizados. Cf. Sarti, Ingrid. *Op. Cit.*

dos Operários Estivadores, por exemplo, declarava ter "*por norma, moralizar o trabalho e abolir o emprego das violências"*.[69]

Para se filiar àquela sociedade era preciso o indivíduo ser proposto por um outro sócio e ser aceito em sessão do Conselho, ouvida a comissão de sindicância. Segundo Ingrid Sarti, o sindicato estivador era uma "grande família" que controlava seu mercado de trabalho[70]. Os laços de parentesco funcionavam como elemento importante quanto ao acesso a esta ocupação e, no Rio de Janeiro, teve papel importante na manutenção dos negros naquele espaço de trabalho.[71]

Essa direção afetava a própria vida cotidiana dos trabalhadores, gerando muitos descontentamentos, principalmente entre os que não eram aceitos pelas organizações e viam diminuir suas chances de trabalho, revelando um certo caráter excludente dos sindicatos portuários. Sobre essa exclusão, Sarti comentou que o privilégio concedido aos membros do sindicato provoca uma discriminação aos não sindicalizados, legitimando, assim, a coexistência de dois setores de uma mesma categoria da classe operária, setores que, segundo ela, são hierarquizados exclusivamente em função de pertencerem ou não ao sindicato.[72] Cruz rejeita completamente a qualificação de excludentes atribuída aos sindicatos portuários, considerando a *Closed Shop* uma luta legítima – e mesmo necessária – dos trabalhadores[73]. A meu ver, as duas autoras podem ter alguma razão. Se, por um lado, o monopólio da mão-de-obra pelos sindicatos foi uma conquista extremamente importante para os trabalhadores, inclusive para o fortalecimento da classe frente aos empregadores, por outro, não é equivocado afirmar que muita gente ficou de fora e que esses não tiveram acesso aos benefícios dos que ficaram "dentro". Nem todo mundo fazia parte da "grande família portuária" e muitos não estavam dispostos a obedecer certas regras impostas pelos sindicatos.

Como a possibilidade de trabalho para os sindicalizados era muito maior do que para os não sindicalizados, estes passaram a ter que se contentar com as tarefas dispensadas pelos sócios do sindicato, que via de regra eram mal remuneradas[74]. É possível que alguns daqueles homens que foram

[69] Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998. p.264
[70] Sarti, Ingrid. *Op. Cit.* p. 24.
[71] O Livro de Matrículas dos sócios informa o nome do proponente. Não é difícil encontrar nesses livros, sócio e proponente com sobrenome comuns, indicando a possibilidade de haver grau de parentesco entre eles.
[72] Sarti, Ingrid. *Op. Cit.* p. 28.
[73] Sarti coloca que essa situação é fruto da legislação corporativista de Vargas. No entanto, essa é uma conquista dos trabalhadores do porto do Rio de Janeiro obtidas já nas primeiras década do XX, através de luta É a chamada "questão dos bagrinhos", mencionada páginas atrás, e que nos anos 60 opôs sindicalizados e não sindicalizados em grande conflito político.
[74] João do Rio descreve imigrantes portugueses que trabalhavam na carga de carvão e manganês na Ilha da Conceição e que sujeitavam-se a trabalhar horas a fio em troca de salários de miséria. do Rio, João "A fome negra", in: *A alma encantadora das ruas*. *Op. Cit.*

presos no Cais dos Mineiros na noite de setembro de 1909 fossem justamente alguns desses que ficaram de fora dos sindicatos

Mas além dos conflitos internos, outra barreira enfrentada pelo sindicato foi a resistência dos empreiteiros, que não viam com bons olhos a interferência dos trabalhadores na gestão da mão-de-obra. A existência da "parede" para eles era bastante conveniente, pois quanto maior a quantidade de pessoas disputando aquele trabalho, maior o poder dos contratadores, que poderiam pagar salários ínfimos, além de contar com a oferta de novos braços em qualquer situação adversa, como nos casos de greve. Em dezembro de 1903, os jornais passam a noticiar o que podemos chamar de uma verdadeira guerra entre a União dos Operários Estivadores e o empresário da estiva Levi Andrews e seu sócio Charles Wallace. No dia 17 daquele mês, o jornal comenta que os estivadores estavam sendo perseguidos e explorados pelo Sr. L. Andrews que, além de pagar salários incompatíveis com o horário de trabalho estipulado, para maior desgosto dos trabalhadores da estiva "impõe-lhes para companheiros indivíduos como Cardosinho, ainda há pouco pela polícia preso no próprio trabalho, e lá mantém ainda (...) o preto João, já passado na 1ª e 3ª delegacias policiais, e um tal Benjamim, vulgo Cabo Verde, que acaba de cumprir sentença". O jornal continua, afirmando, aproveitando-se do fato da União excluir de seus quadros esses "maus elementos", o Sr. Andrews "aliciou um grupo de sujeitos que sob as ordens desses famigerados pretendem não só, talvez, agredir os (...) trabalhadores, como substituí-los em caso de se declararem em greve".[75]

O que estava acontecendo fica muito claro nas páginas da imprensa e foi relatado por Cruz: a firma empreiteira L. S. Andrews, reagindo contra os ganhos conquistados pelos estivadores na última greve e contra a própria União dos Operários Estivadores, passou a boicotar os sócios deste sindicato, impondo a presença de outros não muito queridos. No dia 18 de dezembro, o jornal *A Nação* publica uma notícia que afirma textualmente que o Sr. Wallace, guardado por capangas, estava diariamente tentando impedir que "homens que têm na estiva dez, doze, quatorze anos de trabalho, continuem a ganhar honestamente a vida." Dizia ainda que o mesmo Sr. Wallace resolvera "organizar, sob intuitos de beneficiência, uma outra (organização), com conhecidos ladrões como o célebre Cardosinho e outros desordeiros, afim de vencê-los pela fome!"[76]

Aproveitando os ressentimentos surgidos em virtude da política disciplinadora e da exclusão de alguns elementos da formação da União, alguns empreiteiros fomentaram o surgimento de uma outra associação, que teria o papel de se contrapor e mesmo ameaçar aquela associação, dividindo a estiva

[75] *Correio da Manhã*, 17/12/1903. p. 2. Apud. Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998. p. 266.

em dois blocos inimigos. Foi assim que, em 27 de dezembro de 1903 – dia em que a União Operária dos Estivadores foi instalada na Rua Senhor dos Passos – foi fundada, na Rua da Saúde, a Sociedade Regeneradora e Beneficente dos Estivadores.[77]

As tensões entre as duas sociedades eram permanentes. Menos de um mês depois da fundação da Sociedade Regeneradora, dois líderes da União dos Estivadores escrevem para o jornal operário *A Nação*, criticando a ação daquela sociedade:

> "(...) Essa associação (Sociedade Regeneradora), segundo verificamos, é composta de indivíduos estranhos à classe, que não podem, portanto, intervir em nosso trabalho. A prova disso está no Sr. Capitão Tibúrcio José de Lemos, que nunca se dedicou a nossa profissão, como provaremos, se preciso for. Esse Sr. e outros, patrocinados pelo Sr. Carlos Wallace, (...) querem conçular **(sic)** o direito de uma classe inteira em que existem mais ou menos 700 homens, talvez ignorantes das modernas normas de civilização, mas dispostos a defender o seu direito que positivamente não é o de se curvarem servilmente à vontade e caprichos dos exploradores de seu trabalho honrado."[78]

Mas é no ano de 1905 que os conflitos explodem e ganham as ruas. Em 27 de abril, ocorre o primeiro conflito grave entre a União dos Operários Estivadores e a Sociedade Regeneradora e Beneficente dos Estivadores em torno de um trabalho de descarga de sacas de arroz, trazidos pelo vapor Inglês "Arroyo". Substituídos naquele serviço pelos sócios da sociedade inimiga[79], alguns membros da União partiram abertamente para a luta, invadindo o navio em que se realizava o descarregamento de arroz pelos membros da Sociedade Regeneradora. A luta se generalizou no convés do "Arroyo" e ao final, quando a polícia chegou no local, efetuando algumas prisões, sobraram no navio alguns feridos e um morto. No dia do enterro de Achilles Bello, sócio da União Operária dos Estivadores, havia muitos boatos de que o temido Cardosinho chefiaria um grupo de sócios da Sociedade Regeneradora para atacar a sede da União, mas nada aconteceu. No entanto, um sócio da União foi agredido por dois membros da sociedade inimiga em um botequim da Rua da Saúde. O enterro foi acompanhado por mais de 500 estivadores, comparecendo também representantes de

---

[76] *A Nação*, 18/12/1903. p. 1. Apud. Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998. p. 267.
[77] Idem. p. 268.
[78] União dos Operários Estivadores. Coluna "Mundo Operário". *A Nação.* 22/01/04.
[79] Como relatou Cruz, o agente Herm Stoltz & Cia confiara a descarga das sacas ao empreiteiro David E. Brow, que contratara os serviços com a União dos Estivadores na base de dez sacos a lingada. Dias depois, com o trabalho já em andamento, o Sr. Brow procurou o fiscal do sindicato para dizer que agora queria que o terno fizesse o serviço a doze sacos a linguada. Não tendo sucesso, o tal Sr. Brow apelou para a Sociedade Regeneradora, que aceitou as condições, contrariando o "Regulamento sobre Lingadas", aprovado em dezembro de 1903 pela União. Os sócios da União foram pagos pelo tempo trabalhado e em seguida substituídos pelos da sociedade inimiga, gerando o conflito. Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998. p. 271.

diversas outras associações, como da Federação das Associações de Classe, da União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, Centro Internacional dos Pintores, Associação de Resistência dos Marinheiros e Remadores, Associação de Resistência dos Trabalhadores em Carvão e Mineral, entre outras, dando provas da legitimidade da União dos Operários Estivadores frente às outras organizações do movimento sindical do Rio de Janeiro.

Em Maio de 1905, uma onda de protestos sacudiu a cidade do Rio de Janeiro, envolvendo várias categorias de trabalhadores. No dia 29, explode a greve dos canteiros pelas oito horas de trabalho e uma semana depois, a 6 de junho, aderiram os alfaiates. Em 11 de junho, marinheiros e remadores, que dividiam a sede com os estivadores, fizeram um comício onde lançam a idéia de organizar uma Federação Geral de Transportes Marítimos e Terrestres. No dia 16 entram em greve juntamente com os trabalhadores de carvão e conclamam à greve geral todas as classes anexas. Os estivadores da União decidem, neste mesmo dia, aderir à greve em solidariedade aos trabalhadores do carvão e aos estivadores do porto de Santos, lutando principalmente pelas oito horas de trabalho. A greve acirrou os ânimos entre a União Operária e a Sociedade Regeneradora Beneficente dos Estivadores, que se colocou à disposição dos empregadores para furar a greve e desempenhar os trabalhos da estiva, aumentando as tensões entre as duas sociedades.

Nos meses de agosto e outubro, novos conflitos ocorrem, muitos liderados pelo Cardosinho. No entanto, após todos os conflitos, a Sociedade Regeneradora desaparece da cena portuária nos anos que se seguiram à greve de 1905, enquanto a União Operária continua a luta no cais. E foi desta luta, surgiu a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, fundada “sob os auspícios da União dos Operários Estivadores”.

Como a mão-de-obra portuária era organizada em diversos setores e ofícios, conviviam, naquele espaço, estivadores, arrumadores, trabalhadores do carvão mineral, trabalhadores em trapiche e café, foguistas, guindasteiros, conferentes, feitores, enfim, um sem números de categorias. Dada às especificidades de cada um deles, foi muito difícil a organização em sindicatos únicos, havendo, portanto, uma diferença na organização do trabalho de cada categoria portuária. Contudo, existia uma tendência de aproximação entre as categorias que exerciam serviços afins, como é caso dos estivadores e os arrumadores trabalhadores em trapiche e café. A solidariedade se dava pela semelhança nas reivindicações, norteadas pelas características semelhantes dos trabalhos, pois, como já foi dito, as duas categorias atuavam na carga e descarga das mercadorias, diferindo somente o local de trabalho:

estivadores se ocupavam do interior dos navios enquanto os arrumadores estavam no interior dos armazéns.[80]

As lutas da União Operária dos Estivadores faziam parte de um trabalho mais amplo, que envolvia não apenas a sua própria organização, mas também de outras categorias portuárias. Assim, em 9 de novembro de 1904 foi fundada, em uma reunião na sede da União dos Estivadores, a "Sociedade União dos Trabalhadores de Café", cuja diretoria era constituída por três portugueses (Secretário Geral, Segundo Secretário e Tesoureiro) e dois procuradores de nacionalidade desconhecida. No entanto, de acordo com informações dos jornais, ao contrário da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Carvão Mineral, também fundada na sede dos estivadores, a sociedade dos trabalhadores do café não vingou dessa vez.

Meses depois, no entanto, surgiu aquela que talvez tenha sido o maior fruto dessa ação organizativa da União dos Estivadores: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Fundada por iniciativa de Cândido Manuel Rodrigues em 15 de abril de 1905, também na sede dos estivadores, essa sociedade congregava não só os trabalhadores de tropa empregados nos armazéns de café, mas também os trabalhadores dos trapiches e, tal qual a União dos Estivadores, funcionava no sistema de *closed shop.* Mas pouco se sabe sobre as sua atividades até agosto de 1906, quando uma nova greve pelo aumento na tabela de preços explodiu no porto do Rio de Janeiro.[81]

Após meses de luta, que incluiu confrontos com as autoridades policiais, os grevistas (carregadores, trabalhadores do setor cafeeiro e estivadores) saíram vitoriosos. A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, fundada há pouco mais de um ano, encabeçara essa vitória, conquistando definitivamente seu espaço no cais. Não é de se estranhar que em janeiro de 1907, poucos meses depois do fim definitivo da greve[82], ainda no calor dos acontecimentos, Raphael Munhões, fiscal da "Resistência", tenha entrado em conflito com alguns homens que estavam fazendo um trabalho de descarga no Cais da Estação Marítima, alegando que "aquele trabalho só poderia ser feito pelos sócios da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café". Essa cena só mostra como os homens da "Resistência" buscaram assegurar seu lugar no cais como sindicato fechado, onde a escolha dos sócios deveria ser garantida. No entanto, para alcançarem esse espaço era preciso que a sociedade se impusesse não só ao patronato, mas também aos trabalhadores que não

[80] Albuquerque, Marli Brito de. *Op. Cit.* p.78.
[81] Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit. Afro-Ásia* (2000). pp. 243-290.
[82] Em setembro, a greve some das páginas da imprensa. Não é possível saber, com certeza, a data do fim da greve, mas possivelmente foi na segunda metade do outubro mês de outubro, já que o *Correio da Manhã* de 14 de outubro fala da greve como "ainda não terminada de todo".

faziam parte de seus quadros. Para tanto, foi preciso muita luta que, por vezes, acabava se traduzindo no dia-a-dia em formas violentas de ação, que seguiam de perto os códigos de conduta e os valores daquele universo masculino.

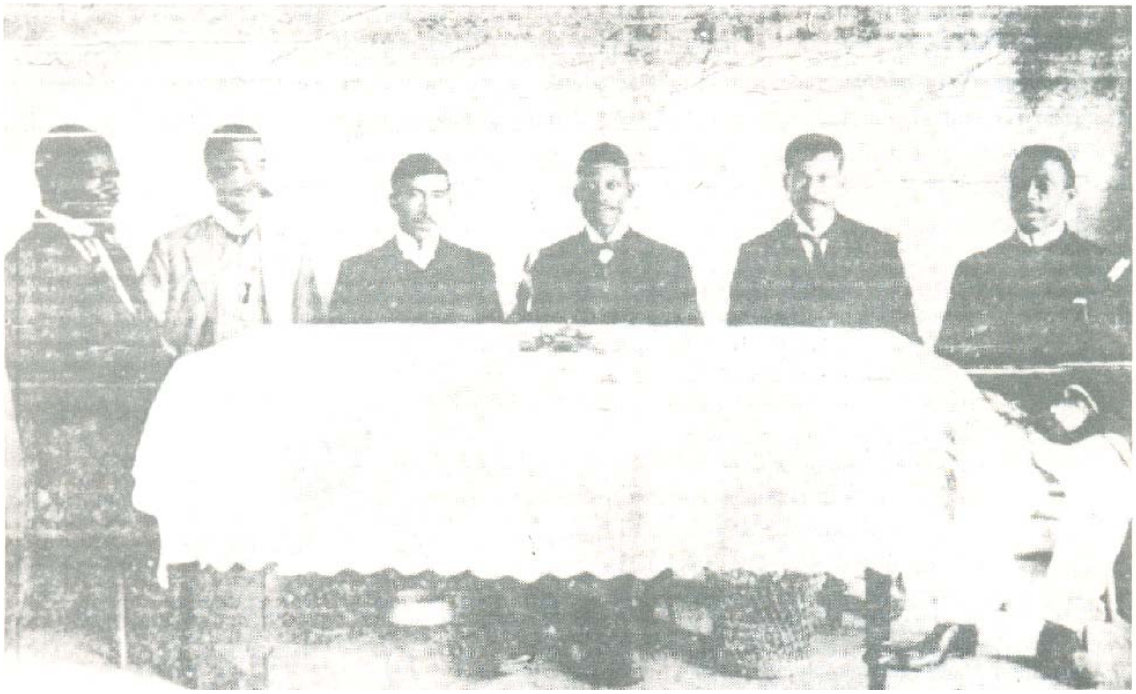
No entanto, o que realmente importa nisso tudo é perceber como o "Resistência", assim como a "União", se estruturou e se afirmou no cais do porto de maneira tão rápida e eficiente, impondo sua presença em um mercado de trabalho saturado, onde a oferta de mão-de-obra não especializada era farta. Prova dessa legitimidade foi uma matéria que o jornal *Correio da Manhã* publicou, no dia 14 de outubro de 1906, contendo fotos da festa de inauguração e do estandarte do Resistência. Assim dizia o jornal:

> "fundada a 15 de abril de 1905, sob os auspícios da União dos Estivadores, ganhou bem cedo vida própria e autônoma (...) Aumentou seu prestígio e valimento decretando a greve geral nos trapiches e nas casas de café, em 13/08/1906. Neste trabalho foi eficazmente auxiliado pelo advogado Evaristo de Moraes, a quem uma assembléia concedeu o título de sócio comum, por não querer o mesmo profissional honras nem distinções no seio da sociedade operária. Presentemente, e em razão da greve (ainda não terminada de todo) obtêm os carregadores – quase todos sócios da "Resistência"(como eles lhes chamam) – salários relativamente elevados (...) De acordo com um pacto de solidariedade firmado entre as respectivas diretorias por deliberações de assembléias gerais, são material e moralmente solidários com a "Associação", as co-irmãs dos foguistas, estivadores, carvoeiros, marinheiros e remadores, dos carroceiros e cocheiros. (...)".[83]

Esse pequeno artigo indica o prestígio da Sociedade perante aquele jornal e os entre os próprios trabalhadores. Acompanhando o artigo está uma foto de cinco membros da diretoria do Resistência ao lado de Evaristo de Moraes. Na foto, além do advogado, que era mulato, estão mais três homens negros, os diretores do sindicato. Essa foto é representativa da cor dos sócios daquele sindicato como um todo. Analisando as fichas dos sindicalizados, onde estavam anexadas fotos de cada um, Cruz comprovou que os brancos representavam apenas 23,5 % do total dos registrados até o ano de 1929.[84] Os pretos compunham 62,3% do total e os pardos 14,2%, como indicados na Tabela I. Não é por acaso que, nos primeiros anos do século XX, a "Resistência" tenha ficado conhecido como "Companhia dos Pretos".[85]

[83] *Correio da Manhã*, 14/10/1906. p.3
[84] A autora trabalha com amostras. Assim, essa análise é feita a partir de um conjunto de 353 fichas.
[85] Apelido atribuído ao sindicato por Roberto Moura. Infelizmente, o autor não indica a sua fonte. Moura, Roberto. *Tia Ciata. e a Pequena África no Rio de Janeiro.*Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995. p. 71.

Figura 5



Diretoria da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café junto à Evaristo de Moraes

A presença dos negros também se faz sentir com ênfase entre os Estivadores. Ao contrário do caso do "Resistência", não temos dados sobre a origem étnica dos sócios da União dos Estivadores. No entanto, por funcionar como sindicato fechado (e a julgar pelo pouco tempo que a sociedade concorrente atuou no porto) os registros de presos na Casa de Detenção novamente nos foi útil para visualizar a cor de seus sócios.[86] Verificando as entradas na Detenção entre os anos de 1901 e 1910, apenas 29% dos estivadores presos são brancos, enquanto 32,6% são pretos e 28,5% pardos, como indicados na Tabela I.

TABELA I

Membros da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café

Brancos	Pretos	Pardos	Total	
Brasileiros	40	219	50	309 (87,5%)
Portugueses	25	---	---	25 (7,1%)
Italianos	18	---	---	18 (5,1%)
Africanos	---	---	---	1 (0,3%)
Percentagem	23,5%	62,3%	14,2%	353 (100%)

Fonte : Maria Cecília Velasco e Cruz, "Tradições Negras na Formação de um Sindicato" (*Áfro-Ásia*, 24, 2000). A autora se baseia nas Fichas de Sócios da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, encontradas no arquivo morto da mesma sociedade.

TABELA J

Estivadores Presos na Casa de Detenção, por cor (1901-1910)

Cor	**Números**	**Percentagens**
Brancos	56	29%
Pretos	63	32,6%
Pardos	55	28,5%
Morenos	16	8,3%
Fulos e Caboclos	3	1,6%

Fonte : Livro de Registro de Entrada de Presos na Casa de Detenção do Rio de Janeiro - APERJ

[86] No entanto, é preciso levar em conta que os números serão apenas uma estimativa, não representando uma realidade incontestável.

É preciso lembrar mais uma vez que, mais do que representar a realidade da composição étnica daqueles trabalhadores, esses números podem apenas indicar que a repressão foi mais forte quando se tratava de pretos e pardos (como mostramos no cap. 1). No entanto, eles são condizentes com o perfil dos trabalhadores que formaram a maior parte da mão-de-obra estivadora no século XIX : os marítimos que atuavam na cabotagem e no tráfico interno dos portos nacionais no século XIX.

Segundo os mapas estatísticos da Capitania dos Portos da cidade, em 1865, 52,5% da tripulação das embarcações de cabotagem da então província era formada por pretos e pardos, dentre os quais, 80% eram escravos. Dos 47,5% de brancos, 72% eram estrangeiros. Já no que diz respeito ao tráfego interno do porto, os homens de cor somavam 74%, sendo que nada menos do que 90,2% destes eram escravos. Dos poucos brancos (26%) que atuavam nesses setores, apenas 11,2% eram brasileiros.[87] Essas informações são extremamente relevantes se levarmos em conta que esses mesmos homens, mais tarde, com as mudanças provocadas pela chegada do vapor, farão parte da mão-de-obra estivadora. Isso porque os marinheiros, amplamente utilizados nos navios à vela, por muitas vezes desciam aos porões para trabalhar nos volumes que estavam sendo arrumados pelos grupos de estivadores. Quando, em fins do século XIX, os navios a vapor passaram a fazer parte do cotidiano portuário, esses embarcadiços ficaram praticamente sem função. Ao mesmo tempo, a demanda da mão-de-obra estivadora cresceu, empurrada pelos altos custos dos vapores e sua regularidade no mar, exigindo que o trabalho fosse feito rapidamente. Com isso, grande parte daqueles marinheiros sem trabalho, na maioria negros, foram fazer parte da comunidade estivadora.[88]

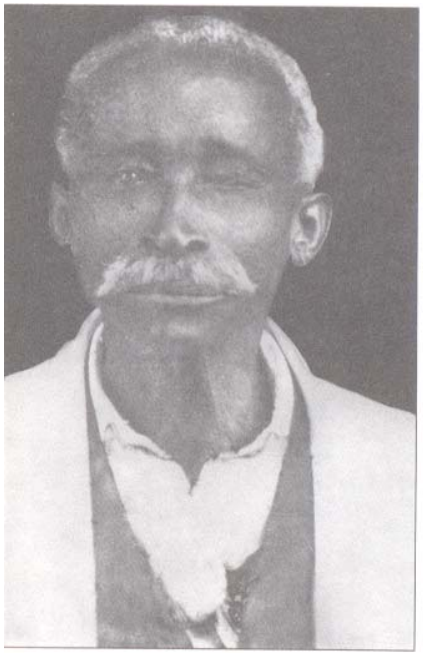
Esses dados podem ajudar a esclarecer os motivos da União dos Estivadores terem "vingado" no porto, ao contrário da Sociedade Regeneradora. Maria Cecília Velasco Cruz, usando de metáfora, afirmou que isso acontece porque a União "estava plantada em um solo mais firme".[89] Para a autora, o "solo" em que estavam plantadas as raízes dos estivadores que faziam parte da União Operária era o da experiência dos trabalhadores escravos que faziam aquele serviço e a força daquele sindicato se explica justamente pelas redes informais de comunicação e saberes compartilhados há muito tempo. Se buscarmos conhecer mais de perto os fundadores da União, veremos que Joaquim Januário Nunes[90] era um preto nascido provavelmente em 1871, ou seja, viveu parte de sua vida em uma sociedade

[87] Dados levantados por Maria Cecília Velasco e Cruz. *Afro-Ásia* (2000). p. 271.
[88] Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit. Afro-Ásia* (2000). p.273-274.
[89] Idem, p. 275.
[90] AN - Registro da União dos Operários Estivadores. 1º Ofício de Títulos e Documentos. Livro. A-1

escravista.[91] Veremos também que um dos sócios fundadores, o preto João Evangelista Lapier, nascera em 1919! Segundo o estivador Luiz Gustavo de Almeida, Lapier tinha 84 anos quando participou da fundação da União, em 1903 e morreu com 115 anos, ainda trabalhando...[92]

A Sociedade Regeneradora, ao contrário, tendo sido fundada pelo patronato para fazer frente à União e composta de pessoas "estranhas à classe", para usar uma expressão da época, não se sustentou no cais do porto.

Figura 6



João Evangelista Lapier – sócio fundador da União dos Estivadores

Esses dados talvez possam explicar também porque uma primeira tentativa de organização dos trabalhadores em trapiche e café não deu certo e a segunda sim. Vimos poucas páginas atrás que na primeira tentativa, a diretoria era composta de uma maioria de estrangeiros e a segunda foi por iniciativa de Cândido Manoel Rodrigues, que fundou a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Assim como Joaquim Januário Nunes, "seu Cândido" também era um homem negro, este nascido em Macaé, Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1869, antes mesmo da Lei do Ventre Livre. Uma rápida olhada no Livro de Matrícula onde estão os primeiros sócios daquela sociedade

[91] Informação tirada de um processo por agressão que este sofreu em 1905, onde consta ter 34 anos.
[92] Almeida, Luiz Gustavo Nascimento de. *Op. Cit.* (caderno de fotos, s/p.)

mostra que ele não era o único nacional a nascer em tempos de escravidão[93]. Isso indica que a primeira tentativa partiu de um grupo de indivíduos que não estavam completamente inseridos no processo de organização do trabalho, visto que a maioria deles eram portugueses. Provavelmente, os homens que fundaram a primeira sociedade não estavam completamente inseridos na rede relações construídas pelos negros já nos tempos de escravidão e, por isso, não tenham conseguido se sustentar na organização da mão-de-obra.[94]

Não temos informações sobre a idade de outros fundadores de sindicatos portuários, mas esses indícios são importantes não somente para constatar o quanto os negros conseguiram se manter naquele setor, mesmo com a acirrada competição pelo mercado de trabalho. Eles são importantes também para pensarmos que aqueles homens, que por muito tempo foram associados à escravidão – e conseqüentemente ao despreparo para o trabalho livre – souberam se organizar e lutar pelos seus interesses de classe. Não se pode mais desconsiderar o valor da experiência escrava na organização dos trabalhadores livres, até porque já não é de hoje que a figura do escravo apático e submisso está cedendo lugar ao escravo que resistiu à escravidão de várias formas. E se entre essas formas de luta escrava estavam grandes rebeliões, houve também os pequenos embates cotidianos, não menos eficazes, válidos ou importantes para explicar os significados da experiência de homens e mulheres que vivenciaram o cativeiro e sonharam com a liberdade.

Se dermos uma olhada em alguns relatos de viajantes, veremos que desde a primeira metade do XIX, os escravos de ganho que trabalhavam no porto carioca não só dominaram o mercado de carregamento de café, como também impuseram uma maneira própria de organização do trabalho, estando longe de representar a figura dos negros apáticos e submissos que dominou a literatura da escravidão durante muito tempo. Henry Chamberlain, por exemplo, referiu-se dessa maneira aos negros carregadores que faziam ponto na Rua Direita, perto da Alfândega:

> "(...) Esses homens são geralmente escravos que trabalham para seus senhores (...) Quando o peso é muito grande para um único homem o volume é suspenso a um desses paus e carregado por dois indivíduos; com fardos ainda mais pesados, quatro, seis ou até mais pessoas são chamadas. Um deles, geralmente negocia pelo grupo e age como seu líder ou, como é chamado, capataz".[95]

[93] Livro de Matrícula dos sócios da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café
[94] Cruz, Maria Cecília Velasco e. 1998. *Op. Cit.*
[95] Chamberlain, Sir Henry. ***Views and Costumes of the City and Neighbourhood of Rio de Janeiro.*** Londres: Howlett and Brimmer Columbian Press, 1822. Apud Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit. Afro-Ásia(2000).* p. 257.

Baseando-se nas narrativas de Mary Graham, que aqui esteve em 1822, Mary Karash conta ainda que, quando transportavam cargas pesadas, os escravos

> "trabalhavam em grupos, com um deles servindo de líder. Enquanto caminhavam, o capitão dançava e marcava o tempo com um chocalho ou duas peças de ferro e cantava uma canção africana, acompanhada em coro pelo grupo (...) um dos trabalhos de carregador mais prestigiosos e lucrativos estava no porto e na alfândega, como estivador (...) o trabalho de estivador era uma das atividades braçais mais lucrativas e de status mais alto".[96]

Também baseando-se nas histórias dos viajantes, a historiadora Manuela Carneiro da Cunha comentou sobre a possibilidade de compra de alforria e das solidariedades que por vezes se formavam entre grupos de escravos de ganho, especialmente os carregadores. Em suas palavras,

> "além da possibilidade de fazer trabalhos extras, de esconder seus ganhos reais, podiam construir solidariedades eficazes com membros de seu "canto". Ora, o canto tinha funções de consórcio, de associação de auxílio mútuo para alforria de seus membros. Os carregadores de café minas, no Rio de Janeiro, que tinham o monopólio desse ramo, por exemplo, adiantavam dinheiro para a alforria uns dos outros (...)"[97]

Além de indicarem a forte presença dos ganhadores no sistema portuário, os relatos sugerem que a organização do serviço era feita de uma forma muito particular, com os escravos formando grupos que seguiam um líder ao som de músicas africanas. O trabalho coletivo era estruturado pelos próprios negros. Eram eles que negociavam as tarefas, decidiam o tamanho das turmas de acordo com o tamanho do volume a ser carregado, enfim, eram "sujeitos plenos da ação"[98]. Ao se organizarem coletivamente, ao som de músicas africanas, estabelecendo um ritmo ao trabalho nas ruas da cidade, os africanos imbuíam o trabalho urbano com elementos de sua cultura, como também acontecia de forma semelhante na cidade de Salvador, como apontou Reis. [99]

Os relatos informam também que aqueles homens se organizavam na busca pela liberdade. Parte fundamental nessa luta eram os fortes laços de solidariedade que os uniam. No entanto, já na segunda metade do século XIX é possível encontrar vestígios da organização de escravos ganhadores do porto carioca com outros fins. No dia 3 de maio de 1872, por exemplo, o *Diário do Rio de Janeiro* trazia a seguinte notícia:

---

[96] Karash, Mary. *Op. Cit.* p. 264.
[97] Cunha, Manuela Carneiro da. *Op. Cit.* p. 34.
[98] Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit. Afro-Ásia*(2000). p. 260.
[99] Reis, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês(1835).* São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 358.

> "Os pretos carregadores também fizeram a sua "parede", mas à moda da Costa da Mina, isto é, ao som dos cacetes e de gritarias quase selvagens. A causa foi terem exigido mais 20 réis pelo carreto de carne-seca aos negociantes do gênero, e terem este deliberado substituí-los por homens livres. Hontem, depois de 1 hora da tarde, reunira-se mais de 50 na Praça das Marinhas, quando os trabalhadores brancos estavam fazendo descarga e opuseram-se a que efetuassem. Travou-se luta (...) os agressores eram sete escravos e um preto liberto(...)[100]

O que esse episódio indica é que, aqui, os escravos estavam reunidos e organizados em torno de uma reivindicação típica de trabalhadores livres: o aumento no valor de seus serviços. Para isso, lançavam mão de uma forma de luta também típica de operários: a greve.[101] Difícil não pensar que durante muito tempo, os negros foram excluídos da história do trabalho no Brasil, como se eles não tivessem uma história também como trabalhadores.

Esse episódio, assim como aquele citado no início do capítulo, já serviu a alguns estudos como exemplo de conflitos étnicos no porto carioca. Afinal, os pretos querem impedir os brancos de trabalharem. No entanto, talvez seja possível fazer uma outra leitura: mais do que um conflito baseado em questões étnicas, que opõe pretos e brancos, não estariam os pretos ganhadores se opondo principalmente à contratação de "fura-greves"?

Histórias de organização dos escravos em torno de questões relativas às condições de vida e de trabalho, como a descrita acima, sempre foram vistas como levantes ou rebeliões e nunca entendidas como reivindicações legítimas de trabalhadores[102]. No entanto, elas colocam a questão de se é possível dissociar essas manifestações de luta e a experiência cotidiana dos escravos do processo mais amplo de formação da classe trabalhadora[103], especialmente em uma cidade como o Rio de Janeiro, onde as trajetórias de escravos, libertos e livres se cruzavam constantemente no trabalho e fora dele.

---

[100] "Ataque de Bárbaros". *Diário do Rio de Janeiro*, 03/05/1872; a notícia também sai no *Jornal do Commercio*, *Jornal da Tarde* e *Diário de Notícias.*

[101] João José Reis já havia tratado de uma greve de escravos ganhadores, na Bahia do século XIX. Reis, João José "A greve negra de 1857 na Bahia", *Revista USP*, 18 (1993).

[102] Como na paralisação, ocorrida em 26/11/1857, dos escravos da Ponta da Areia (estabelecimento de propriedade do Barão de Mauá, composto de fundição e estaleiro). Segundo o jornal *A Pátria*, os escravos recusaram-se a trabalhar sem que fossem soltos três de seus companheiros que haviam sido presos por desobediência às ordens do mesmo estabelecimento. Mattos, Marcelo Badaró. "Greves e Repressão Policial aos Sindicatos no processo de formação da Classe Trabalhadora carioca (anos 1850-1910). mimeo.

[103] Sobre o resgate da experiência dos egressos da escravidão e das relações entre escravos, libertos e livres, ver: Loner, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930).* Pelotas, Universidade Ferderal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001, capítulo 5; Vitorino, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912).* São Paulo-Rio de Janeiro, Annablume/FAPESP, 2000; Wissenbach, Maria Cristina C. "Da escravidão à liberdade: dimensões da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras", in: Sevcenko, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil. República: da*

Esse convívio intenso pode ser percebido já no século XIX. Sidney Chalhoub, em *Visões da Liberdade,* mostrou como a "cidade negra" misturava os escravos com o restante da população – onde estavam brasileiros brancos e imigrantes – nos muitos cortiços da "cidade esconderijo".[104] Como observou Carlos Eugênio L. Soares, apesar de haver uma tendência entre os imigrantes de viver sob o mesmo teto, "o compartilhar das agruras da miséria urbana criava laços difíceis de romper"[105]

No início do século XX esses mesmos espaços continuaram a misturar negros e brancos, nacionais e estrangeiros, que aí compartilhavam das "agruras" da vida ao dividirem o mesmo cortiço ou enfrentarem a ação da truculenta polícia republicana, e estabeleciam laços de solidariedade. Mas era também nesses espaços que emergiam relações conflituosas que, não raro terminava nas dependências das delegacias da cidade perante o delegado. Dessa forma, aqui, mas do que tentar mostrar uma homogeneidade na experiência dos trabalhadores do porto buscamos, ao contrário, as contradições que marcaram essas experiências, dentro e fora do cais.

Mas não foi só em torno dos sindicatos que aqueles homens se organizavam. Naquele início de século XX os trabalhadores do porto experimentaram também outras formas de organização que, não menos que os sindicatos e as instituições formais de luta, também os uniam e os identificavam como comuns. É sobre isso que vamos tratar nas páginas seguintes.

Belle Époque *à era do rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998; Xavier, Regina Célia Lima. *Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

[104] Chalhoub, Sidney. 1990. *Op. Cit.*

[105] O autor narra um episódio em que um imigrante se opôs à prisão de um negro. Soares, Carlos Eugênio Líbano. *Op*. Cit. pp. 107-8.

CAPÍTULO III

ENTRE TERREIROS E SALÕES: sociabilidades e identidades portuárias

Um *Mina* no Porto

Nos capítulos anteriores conhecemos algumas das histórias de um velho africano trabalhador do café que viveu durante muito tempo nos arredores do porto. Seus constantes encontros com a polícia republicana, como vimos, podem simbolizar uma época em que a repressão baseada na suspeição fazia parte do cotidiano de muitos trabalhadores pobres da cidade, especialmente aqueles que não tinham horários regulares como os portuários. Se buscarmos mais a fundo a história de vida do africano Antônio, poderemos encontrar elementos que nos guiem por outros caminhos e, assim, tentar nos aprofundar ainda mais no cotidiano dos negros do porto. Algumas referências constantes dos processos envolvendo Antônio podem oferecer dados interessantes sobre esse misterioso personagem que fez parte do não menos misterioso mundo do cais.

Durante os depoimentos que constam dos processos, por mais que sua memória falhasse ou que ele despistasse os policiais com informações desencontradas, foi possível constatar que Antônio nasceu poucos anos após o fim do tráfico negreiro no Brasil, provavelmente em Lagos, onde hoje é a Nigéria. Lagos fazia parte da chamada "Costa dos Escravos", de onde saíram cerca de 80% dos cativos que chegaram à Bahia entre 1780 e 1860, nesta última década já ilegal[1]. Em fins de 1851 Lagos passou a ser controlada pela Inglaterra; talvez por isso em alguns depoimentos, Antônio fazia referência à sua terra natal como "África Inglesa". Diante desse fato, fica ainda mais difícil saber se Antônio foi ou não escravo pois, estando Lagos sobre o rígido controle inglês, cessaria aí o tráfico de escravos em 1852. Mas a hipótese não pode ser descartada: afinal havia a possibilidade de ele ter vindo criança pelo tráfico ilegal. Nesse caso, poderíamos supor que Antônio Mina tivesse passado antes pela Bahia, pois os escravos importados da África Ocidental que se destinaram ao Rio de Janeiro representaram menos de 2% do total, sendo nesta cidade os menos significativos numericamente. O fato de o africano dividir

[1] Lovejoy, Paul. "Los origenes de los esclavos en las Americas. Perspectivas metodologicas", In: *Revista de História*. Universidade Nacional de Costa Rica, Enero-Junio 1999, n. 39, p.15-16; Araújo, Ubiratan Castro de. "1846: um ano na rota Bahia-Lagos – negócios, negociantes e parceiros". *Afro-Ásia*, 21-22, (1998-1999) p. 83-110.

sua casa na rua Visconde da Gávea, n. 5 com um casal de baianos[2] pode reforçar essa possibilidade, mas não comprová-la, pois a amizade poderia ter nascido no Rio de Janeiro.

Muitos dos escravos provenientes da "Costa dos escravos" aportaram no Rio de Janeiro através do tráfico interprovincial, principalmente com a Bahia.[3] Mas nunca poderemos ter certeza dos caminhos percorridos pelo velho africano. Seja como for, no Rio de Janeiro, todos os africanos oriundos da Costa Ocidental eram identificados genericamente como *minas*. No século XIX, os *minas* do Rio de Janeiro incluíam, entre outros grupos, os iorubás (ou nagôs), aussás e tapas. O termo *mina*, proveniente da expressão "Costa da Mina", foi adotado pelos próprios como identidade que incluía todos os oriundos da Costa Ocidental, mesmo que operassem também com as diferenças de subgrupos étnicos[4]. No caso de Antônio, o mais provável é que ele fosse de nação nagô, pois as confusas lembranças de seus pais indicam nesse sentido. Segundo Juliana Barreto Farias, para os africanos o nome pessoal tinha grande força simbólica e era um forte signo de identificação social ou étnica.[5] Quando chegavam ao Brasil, recebiam nomes cristãos, que, segundo João José Reis, simbolizariam a passagem da posição de africanos para a de cativos. No entanto, muitos buscaram conservar uma parte importante da sua memória pessoal preservando seus nomes étnicos. Se os nomes cristãos eram úteis apenas nas relações com os brancos, entre eles, mantinham seus nomes originais.[6] Ojhô Adice, como lembrou chamar seu pai em um de seus depoimentos, é, segundo a autora, um nome claramente iorubá (como também eram chamados os nagôs). Assim como Antônio Adice e Antônio Mina, é um misto de nome *branco* com nome étnico iorubá.[7]

Apesar de serem minoria no Rio de Janeiro, onde imperavam numericamente os *bantos* da África Central, alguns autores sugerem que os *mina* exerceram influência importante sobre o restante da população africana na cidade. Segundo Mary Karash, na década de 1840 o termo *mina* adquire um significado adicional: "o de orgulhosos, indômitos e corajosos mulçumanos de língua árabe,

[2] Informações retiradas do Processo Crime instaurado contra Antônio e sua mulher, acusados de agredir o companheiro de moradia, o baiano Noberto Silva por questões de aluguel. AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 3983. 1905

[3] Farias, Juliana Barreto. "Descobrindo os mapas dos minas: alforrias, trabalho urbano e identidades. (1800-1915). In: Farias, Juliana Barreto; Gomes, Flávio dos Santos e Soares, Carlos Eugênio. *No Labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004 (no prelo). Agradeço a autora por me ceder o texto antes da publicação e pelas inúmeras conversas sobre nosso amigo africano em comum.

[4] Para uma melhor classificação dos grupos e subgrupos étnicos dos africanos escravizados no Brasil, ver: Karash, Mary. *Op. Cit.*

[5] Farias, Juliana Barreto. *Op. Cit.*

[6] Reis, João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835).* São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 191.

[7] Farias, Juliana Barreto. *Op. Cit.*

inteligentes, capacitados e cheios de energia – e que trabalhavam duro para comprar sua liberdade".[8] Apesar de não haver comprovação da filiação dos *minas* ao islamismo, o resto da descrição certamente coincide com as atitudes dos membros do grupo, que teriam usado essa reputação em seu favor[9].

Muitos desses escravos que foram trazidos para a cidade, diretamente da África ou através do tráfico interprovincial (especialmente Bahia), foram trabalhar no porto. O francês Expilly ressaltou que os *minas* não davam bons escravos domésticos, mas tinham muitas habilidades mercantis e eram bons ganhadores, sugerindo que esses escravos tinham grande apreço pela certa liberdade de que gozavam os negros de ganho.[10]

Charles Ribeyrolles, por sua vez, narrou alguns aspectos do Rio de Janeiro quando da sua estadia na cidade entre os anos de 1858 e 1861:

> "(...) Mais além, encontramos a rua de São Bento. Grande entreposto de café. Dela, sobretudo, partem os negros minas, atléticos, mármores vivos, que fazem o transporte dos armazéns ao cais. Rebeldes de toda a sorte de escravatura doméstica, formam entre si uma corporação, sustentam uma caixa de resgates que a cada ano alforria e remete alguns às plagas africanas"[11]

Outros estrangeiros que aqui estiveram no século XIX notaram a presença dos negros chamados *minas* no trabalho de carregamento de café. O comerciante inglês, J. B. Moore, que viveu no Rio de Janeiro entre 1821 e 1835 também ressaltou que os *minas* controlavam o mercado de trabalho ligado ao comércio do café na cidade, afirmando ainda que esses escravos adiantavam dinheiro para a alforria uns dos outros, apontando como podiam ser fortes os laços de solidariedade que envolviam esses africanos[12].

Tamanha solidariedade e uma certa organização fizeram com que a presença dos negros *minas* fosse sentida no Rio de Janeiro também como ameaça. Walter Colton, que chega à cidade em 1845 chega a mencionar que a sua presença no Brasil colocava em perigo a própria estabilidade do sistema. Segundo ele, de um total de 15 mil escravos que chegavam anualmente na cidade, o *mina* "traz

[8] Karash, Mary. *Op. Cit.* p.64.
[9] Mamigonian, Beatriz Galloti. "Do que o "preto mina" é capaz: etnia e resistência entre africanos livres". In: *Afro-Ásia*, 24, (2000), p.83. Juliana Barreto Farias, em sua dissertação de mestrado, estreita a relação entre os *minas* e a religião islâmica. Cf. Farias, Juliana Barreto. *Entre Identidades e Diásporas: Negros Minas no Rio de Janeiro (1870-1930).* Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2004.
[10] Expilly, Charles. *Le Brésil tel qu'il est.* Apud. Cruz, Maria Cecília Velasco. *Op. Cit. Afro-Ásia* (2000). p.258.
[11] Ribeyrolles, Charles. *Brasil Pitoresco, vol.I.* Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, USP, 1980. p. 208-209.
[12] Cunha, Manuela Carneiro da. *Op.Cit.* p. 34.

consigo a maior força de caráter"e "nunca faz chacota de seu destino" e nem "se submete de modo indigno ao estado de escravidão".[13]

Lembremos que em 1872, quando um grupo de negros ganhadores que trabalhavam no porto paralisou o serviço exigindo aumento, o *Diário do Rio de Janeiro* contou que os pretos carregadores tinham feito uma "parede", mas "à moda da Costa da Mina, isto é, ao som do cacete e de gritarias quase selvagens". Como vimos no capítulo anterior, a notícia sugere que os *minas* estavam presentes no trabalho do porto de maneira forte e atuante, pautando aquelas ações em seus valores e modos de ver e viver o mundo.[14]

Muitos são os indicativos da força de sua presença na cidade do Rio de Janeiro e, mais especificamente, no trabalho com o café do século XIX, mas podemos parar por aqui. Por mais que seja preciso relativizar o seu monopólio em detrimento de outras nações[15] – afinal, não há dados que comprovem a origem étnica dos africanos trabalhadores do porto – cabe considerar a importância desse grupo na cidade como um todo e, mais especificamente, no trabalho com o café. Os *Minas* formavam um grupo com identidade própria e adquiriram um enorme prestígio dentro da comunidade negra carioca, talvez pela solidariedade que os envolvia e os unia. Para Carlos Eugênio L. Soares o grupo se relacionava muito bem com as outras nações e etnias e teriam mesmo mudado a cultura política dos escravos, substituindo a tática de conflito direto com os agentes do Estado por estratégias de dissimulação e atuação nos "subterrâneos", construindo "redes de cumplicidade e auto-proteção, por entre os porões da cidade colonial e sob a vista dos guardiões da ordem pública".[16]

No entanto, desde sempre essas manifestações culturais que remetiam às heranças africanas sofreram com a repressão que pretendia desmantelar os laços e instituições dos negros e não foi nada fácil vivenciar, no dia-a-dia, os laços que os uniam. Desde sempre, os ajuntamentos de pretos escravos foram motivo de desconfiança, medo e repressão por parte das autoridades. O século XIX assistiu a uma verdadeira guerra contra um desses pontos de encontro de negros: as *casas de angú* ou *zungús*, que existiam na época. Essas casas eram alugadas e freqüentadas por negros escravos ou libertos, que sofreram perseguições por serem reconhecidas como refúgio de escravos fugidos, locais de batuque, feitiçaria etc. Esses locais, segundo Carlos Eugênio L. Soares, foram importantes para a sobrevivência

[13] Colton,Walter. *Deck and Port or Incidents of a Cruise in the United States Frigate Congress to California.* Nova Iorque, A. S. Barnes & o., 1850. Apud. Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit. Afro-Ásia*(2000). p.258.
[14] Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit. Afro-Ásia*(2000). p.268.
[15] Idem. p. 262
[16] Soares, Carlos Eugênio L. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850).* Campinas, SP: Editora da Unicamp/Cecult, 2001. p.111.

cultural e principalmente religiosa, pois ali se reproduziam práticas coletivas religiosas de origem africana com uma certa segurança, longe dos olhares das autoridades.[17] Com o avançar do século XIX, esses espaços começam a ver seus quadros modificados pela inserção cada vez maior de crioulos, já que a população africana diminuía a olhos vistos.

A julgar pelos registros da Casa de Detenção, as últimas décadas do XIX testemunharam a intensa troca cultural entre os negros e os imigrantes, especialmente portugueses, que passaram a figurar nas prisões feitas dentro dos *zungús* junto com negros africanos e crioulos, escravos ou libertos. Essa presença retrata as transformações étnicas e culturais que se refletiam nesses espaços coletivos. No entanto, para Soares, independentemente da potencial numérico, os africanos ocuparam posições estratégicas dentro das hierarquias das comunidades, sendo muitas vezes os *mestres* das casas coletivas. E destaca, entre as diversas nações, os *minas* como a mais importante, sendo o elo fundamental com as raízes africanas dos *Zungús.*[18]

Não era difícil, especialmente na segunda metade do XIX, encontrar trabalhadores ligados ao porto fazendo parte das reuniões dos *zungús.* Soares conta que no ano de 1883 ocorreu a última prisão em massa de membros de *zungús.* A polícia deu uma batida no número 13 do Largo da Prainha, local conhecido como ponto de encontro de trabalhadores portuários, e lá prendeu 30 pessoas. Diferentemente dos outros, este era um espaço coletivo formado apenas por homens, todos com "profissões da estiva". Um aspecto interessante deste *zungú* é que ele não era formado apenas por negros. Até mesmo estrangeiros faziam parte dele, anunciando o papel dos espaços coletivos na troca cultural característica das últimas décadas do XIX, principalmente entre imigrantes portugueses e a população negra. Para o autor, esse diálogo foi possível pela proximidade ocupacional e social entre lusos e negros.[19] Com o fim da escravidão e com a entrada cada vez mais numerosa de imigrantes, se intensifica ainda mais a partilha de experiências entre negros e brancos, nacionais e estrangeiros, que irão conviver nas habitações coletivas, freqüentar os mesmos botequins e as mesmas festas, e trabalhar nos mesmos locais. No porto, onde, apesar da maioria negra, havia uma quantidade significativa de portugueses, esse diálogo poderia ser ainda mais intenso. Afinal, se por um lado, a "parede" era o palco das disputas pelo trabalho, por outro o serviço em si, realizado em turmas de trabalho, era

[17] Soares, Carlos Eugênio L. *Zungú: rumor de muitas vozes.* Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p.48. Sobre os *zungús*, ver também: Soares, Luis Carlos. *Op. Cit.*
[18] Analisando os arquivos da Casa de Detenção, Carlos Eugênio L. Soares constata que os *minas* eram a maioria entre os africanos presos em Zungús entre 1868 e 1886. Cf. Soares, Carlos Eugênio L. *Op. Cit.* 1998. p.98.
[19] Idem, p. 91

caracterizado pelo sentido coletivo. A intensidade das relações entre aqueles homens aumenta se levarmos em conta que a fluidez entre as horas de trabalho e o tempo livre estimulava ainda mais o convívio entre eles fora dos navios, dos armazéns ou dos trapiches.

De volta ao século XX, a imagem que os autos policiais apresentam de Antônio Mina está longe de representar a imagem que os viajantes construíram daqueles altivos africanos nos tempos imperiais. Diante da política regeneradora implementada pelas elites, os poucos africanos que restaram na cidade, bem como os negros em geral, passaram a simbolizar atraso e barbárie, vestígios de um tempo em que a escravidão imperava, impedindo os caminhos da civilização. As transformações por que passava a cidade do Rio de Janeiro varreriam os cenários da "cidade negra" e, com elas, desagregava-se toda uma rede de relações construídas na vivência diária e pautadas em manifestações culturais de herança africana. Para Sidney Chalhoub, os republicanos, ao perseguir capoeiras, demolir cortiços e modificar o traçado urbano da cidade numa tentativa de mudar o sentido do seu desenvolvimento, estavam na verdade atacando a memória histórica da busca pela liberdade. Como postula o autor, "eles não simplesmente demoliam casas e removiam entulhos, mas procuravam também desmontar cenários, esvaziar significados penosamente construídos na longa luta da cidade negra contra a escravidão"[20]. De qualquer forma, muitos aspectos dessa cultura, por mais que tivessem sido modificados ou reformulados, não foram simplesmente enterrados pela fúria regeneradora. Os negros continuaram se organizando de várias maneiras, recriando suas tradições culturais e políticas em diferentes espaços: nos cortiços, nas vendas e botequins da cidade, nas casas de santo, no carnaval e também no trabalho no porto. É possível, através dos infortúnios de um desses homens em seus constantes encontros com a polícia, vislumbrar como continua a história dos outros tantos negros na cidade do Rio de Janeiro.

Antônio Mina, um feiticeiro conhecido.

Vimos no capítulo anterior, que na noite de 05 de abril de 1912, nosso amigo africano Antônio Mina foi preso por causar desordens e agredir a bengaladas os transeuntes da Rua General Pedra. Vimos também que no processo que sofreu pela agressão, ele foi acusado pelo português Antônio Moura da Silva, além de "desordeiro" e "turbulento", de ser também um "*feiticeiro conhecido*"[21].

---

[20] Chalhoub, Sidney. *Op. Cit.* 1996. p. 186.
[21] Depoimento de Antônio Moura da Silva. AN – 3ª Pretoria do Rio de Janeiro, 6Z.0411.

Diante dessa acusação, impossível não se perguntar: seria mesmo Antônio Mina um "feiticeiro" ou essa acusação era apenas mais uma que seus "inimigos" lhe incutiram para denegrir sua imagem perante a polícia? Ou seria tão somente um certo preconceito da parte do português em associar africanos ao "mundo do feitiço"?

Voltemos mais um pouco mais no tempo para lembrarmos do nosso primeiro encontro com o africano, na tarde de 07 de abril de 1905, quando ele foi preso por embriagues na Rua Senador Pompeu[22]. Antônio defendeu-se na delegacia dizendo que não era ébrio habitual e que só bebeu naquela ocasião porque estava *em casa de uns patrícios* e que estes *o obrigaram a beber*.[23] Quem seriam esses *patrícios*? Africanos *minas*, ou africanos de outras nações? O que estariam eles fazendo na tal reunião banhada a cachaça? E, mais importante, que significados culturais a reposta dessas perguntas pode traduzir? Os processos criminais não levantam essas questões, mas podemos buscar histórias de outros africanos para tentar respondê-la.

Referindo-se aos escravos e libertos da Bahia, João José Reis ressaltou as dificuldades para formar famílias no Brasil de acordo com as práticas tradicionais de seus lugares de origem. Diante disso, os escravos tinham que encontrar novas formas de identificação, redefinindo a noção de família e linhagem e inventando, aqui, o conceito de "parentes de nação". Segundo o autor, na falta de uma rede familiar baseada nos laços sanguíneos, a identificação étnica ganharia feições de uma grande família simbólica, tornando-se, talvez, o principal canal de solidariedade e organização da vida da maioria dos africanos que aqui viviam. A palavra "parente" teria sido escolhida do vocabulário branco, pelos escravos, para significar "patrício". Os membros de um mesmo grupo étnico tornavam-se "parentes" entre si, sendo significativo que até os nossos dias os candomblés se dividam em "nações" e os seus membros pertençam a uma mesma "família-de-santo".[24] Ainda citando o autor, a intensidade com que esses cativos produziam parentescos simbólicos sugere o quanto o cativeiro teve impacto na vida desses homens e mulheres que vieram de sociedades em que a estrutura familiar se baseava em redes complexas, nas quais o culto aos ancestrais tinha grande importância.[25] Essa "família extensa",

[22] Episódio narrado na Introdução deste trabalho.
[23] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro, OR. 4056.
[24] Reis, João José.. *Op. Cit.* 1996. p. 231.
[25]Reis, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

usando as palavras de Maria Inês Oliveira, era formada por parentes de consideração, mas também por companheiros de trabalho.[26]

Diante dessas informações, podemos considerar seriamente a hipótese de que Antônio Mina tinha, sim, ligações com outros africanos que ainda residiam na cidade, quem sabe os últimos que viveram os tempos do cativeiro. Tais ligações, para além da identificação étnica – afinal eram *patrícios* – poderiam perfeitamente se dar também por laços religiosos. Os africanos "vivendo no meio dos seus"[27], podiam se sentir parte de uma família, de um grupo que tinha uma história em comum. Reunindo-se em casas particulares, em irmandades religiosas, nos locais de trabalho (como o porto, que concentrava uma maioria negra) ou entre as *famílias de santo*, organizadas nos terreiros de candomblé, esses homens podiam fortalecer esses laços de união, criando e recriando suas identidades. Tendo sido afastado de seus parentes de sangue (e as poucas lembranças de seus pais indicam que este afastamento se dera bem cedo), Antônio Mina, e outros africanos como ele, tivera que recriar seus laços familiares, relacionando-se com seus patrícios ou "parentes de nação", não sendo então por acaso que ele tenha se casado com uma também africana de Lagos, a quitandeira Maria Emine.

Naquela tarde de abril de 1905, Antônio Mina podia estar bebendo umas doses com seus *patrícios* sem maiores motivos que não o do encontro, o que por si só já merece nossa atenção. Mas poderia perfeitamente estar participando de alguma festa ou ritual religioso, especialmente se levarmos em conta o fato de Antônio ter sido apontado como "conhecido feiticeiro"[28]. Claro que essa poderia ser uma falsa acusação com o propósito de "manchar" a imagem do acusado frente às autoridades e incriminá-lo ainda mais – pois feitiçaria era crime na República – mas outros indícios nos levam a crer que o africano podia ter efetivamente ligações com o candomblé.

Em 1904 João do Rio visitou diversos locais onde as manifestações religiosas de origem africana eram cultuadas. Suas matérias sempre faziam menção aos negros *minas* no comando dos rituais:

[26] Cf. Oliveira, Maria Inês Cortes. *O Liberto: o seu mundo e os outros, 1790-1890.* Bahia: Corrupio, 1988.
[27] Expressão adotada por Maria Inês Cortes Oliveira. Cf. "Viver e morrer no meio dos seus. Nações e comunidades africanas na Bahia do século XX". In: *Revista USP*, São Paulo, n.28,dez. 1995/fev.1996.
[28] O uso do álcool não era incomum nos rituais. João do Rio, no conjunto de crônicas jornalísticas que escreveu para a *Gazeta de Notícias* em 1904, compiladas em *As Religiões do Rio*, o jornalista comenta um ritual de iniciação de uma filha-de-santo que assistiu em uma de suas incursões pelos candomblés. Em um tom preconceituoso, descreve o ritual como "sinistra pantominia de álcool e mancebia". *Gazeta de Notícias.* "No Mundo dos Feitiços". 12/03/1904. p. 2

> "As casas dos minas conservam a sua aparência de outrora, mas estão cheias de negros baianos e de mulatos. São quase sempre rótulas lobregas, onde vivem com o personagem principal cinco, seis e mais pessoas. Nas salas, móveis quebrados e sujos, esteirinhas, bancos; por cima das mesas, terrinas, pucarinhos de água, chapéus de palha, ervas, pastas de oleado onde se guarda o opelé; nas paredes, atabaques, vestuários esquisitos, vidros; e no quintal, quase sempre jabotis, galinhas pretas, galos e cabritos. Há na atmosfera um cheiro carregado de azeite-de-dendê, pimenta-da-costa e catinga. Os pretos falam da falta de trabalho, fumando grossos cigarros de palha." [29]

Em uma dessas "visitas jornalísticas", João do Rio foi até a casa do africano conhecido por Sanin, um famoso *feiticeiro* que morava na Rua dos Andradas, onde era a "*casa do famoso Ojô, diretor social da feitiçaria*". Durante a conversa com Sanin, este lhe contou, entre outras coisas, sobre a repressão que os feiticeiros sofriam naqueles duros tempos. É João do Rio que faz as perguntas:

> "Mas por que você, um homem tão poderoso, não me queria receber?
> - Por que andam a falar de nós, porque a polícia vem aí. Fizemos outro dia até um despacho no campo de Santana com os dentes, os olhos de um carneiro, jabotis, ervas e duas orações para quem fala de nós deixar de falar.
> - Mas por que um carneiro?
> - Porque o carneiro morre calado. Foi o Antônio Mina quem fez o despacho e todos nós rezamos de bruços e todos nós demos para o despacho, que custou cento e oitenta e três mil reis."[30]

Será que o Antônio Mina a que se refere o africano Sanim é o nosso amigo africano? Não podemos provar, mas provavelmente sim. Algumas informações sobre o local em que o "nosso" Antônio Mina convivia e as ruas que morou também indicam a possibilidade do Antônio Mina de João do Rio seja o mesmo africano que conhecemos logo na introdução deste trabalho. Mas, se ele não era exatamente um *feiticeiro conhecido,* certamente conviveu de perto com muitos que eram assim chamados na cidade.

Durante os anos em que Antônio apareceu nos autos policiais, ele declarou diferentes endereços. Em 1905 morava na Rua Visconde da Gávea n.5; Em 1907 já aparece morando na General Pedra, 154. No ano seguinte, morou nas ruas Barão de São Félix, 54 e na João Caetano, 52 e em 1912 voltou para o mesmo número da General Pedra, ficando nesta rua até pelo menos 1915, mas em algum momento mudou-se para o número 367.

[29] do Rio, João do. *As Religiões do Rio. Op. Cit.*

[30] Idem.

Todas essas ruas faziam parte das freguesias de Santana e Santa Rita e tinham uma certa proximidade umas com as outras. Nos arredores da Praça Onze, a Rua João Caetano foi endereço de um importante candomblé da cidade, a casa de Cipriano Abedé, pai-de santo de figuras importantes e de sambistas conhecidos, como João da Baiana, que fora estivador em sua juventude. A rua fazia esquina com a General Pedra, que, segundo Brasil Gerson era "uma típica rua de cortiços"[31]. Ambas eram vizinhas da Visconde de Itaúna, onde ficava a casa-de-santo do não menos importante Assumano Mina do Brasil, um africano que, assim como Antônio, era "da Costa da África" e foi um dos primeiros a instalar um candomblé na cidade. Pai Assumano, Sanim ou qualquer outro destes famosos pais de santo da região bem poderiam ter participado da tal reunião de patrícios onde Antonio Mina bebeu antes de ser pego pela polícia na noite de 07 de abril de 1905. Ainda segundo Brasil Gerson, quando as reformas urbanas de Pereira passos modificaram as ruas do centro da cidade, ainda existiam nos quarteirões finais da General Pedra, vizinhos ao Campo de Santana, bem como no das ruas São Pedro e da Alfândega, várias "casas de vendas de ervas medicinais dos pretos minas" "muitos deles mandigueiros, e que tão numerosos e famosos haviam sido no Rio Antigo."[32]

A rua Visconde de Itaúna ficou muito conhecida também por ser, na década de 10, o endereço da casa de Tia Ciata, conhecido reduto de sambistas negros, especialmente os baianos, ela própria uma destacada freqüentadora dos candomblés da região. Em uma rua próxima, a Marquês de Sapucaí, estava a casa de Benzinho Bamboxê, outro pai-de-santo afamado. As ruas Visconde da Gávea e Barão de São Félix, também típicas de cortiços, ficavam mais próximas do porto e era nesta segunda rua que, no fim do século XIX, moraram as mais de 3.000 pessoas do Cabeça de Porco, além do conhecido Dom Obá II d'África. Na época em que Antônio Mina morou na Barão de São Félix, lá funcionava o candomblé de João Alabá, também muito conhecido por ser o pai de santo de Tia Ciata e de muitos sambistas que freqüentavam sua famosa e festeira casa.[33] Certamente esses espaços festeiros e religiosos fizeram parte da vida de muitos homens que trabalhavam no porto, mesmo porque essas ruas, com seus cortiços e outras moradias populares, figuravam no endereço fornecido à polícia por muitos deles, como já vimos no capítulo anterior. Essa referência é ainda mais forte se pensarmos nos portuários negros, que, assim como no trabalho, ainda guardavam em suas memórias – mas também na prática diária – os costumes e as tradições religiosas dos tempos da escravidão.

[31] Gerson, *História das Ruas do Rio.* Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000. p. 175.
[32] Idem, p. 60
[33] Rocha, Agenor Miranda. *As Nações de Ketu: origens, ritos e crenças: os candomblés antigos do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

A freguesia de Santana era, sem dúvida, a região da cidade onde se concentrava a maior parte dos candomblés da cidade, especialmente porque a zona portuária e arredores da Cidade Nova e Praça Onze foram locais de grande concentração dos negros (africanos ou crioulos) oriundos da Bahia, que chegavam aos montes no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Segundo Roberto Moura, "o grupo baiano iria situar-se na parte da cidade onde a moradia era mais barata, na Saúde, perto do cais do porto, onde os homens, como trabalhadores braçais, buscavam vagas na estiva"[34]. Já em 1886, Mãe Aninha chega da Bahia e abre, junto com Bamboxê e Obá Saniá (será o tal Sanin, que João do Rio visitou em 1904?), uma casa de santo no bairro da Saúde.

Agenor Rocha sugere que foi o crescimento das atividades portuárias, junto à inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil, que transformou à região num pólo de atração da população pobre, especialmente os baianos, que poderiam se empregar nesses locais.[35] Nesse pedaço da cidade era possível encontrar abrigo e solidariedade baseados em laços de parentesco (de sangue ou "de nação") e em afinidades religiosas. Como contou Carmem Teixeira Barbosa, a Tia Carmem, os negros reuniram-se em torno de casas de outros negros já instalados na cidade:

> "Tinha na Pedra do Sal, na Saúde, ali que era uma casa de baianos e africanos, quando chegavam da África ou da Bahia. Da casa deles se via o navio, aí já tinha o sinal que vinha gente de lá (...) Era uma bandeira branca, sinal de Oxalá, avisando que vinha chegando gente. A casa era no morro, era de um africano, ela chamava Tia Dadá e ele Tio Ossum, eles davam agasalho, davam tudo até a pessoa se aprumar (...)"[36]

Percebe-se como a identificação étnica e a religião dos orixás exerciam forte eixo de ligação entre os negros que ali chegavam, mas também entre os que ali já estavam. A expressão cunhada mais tarde por um de seus moradores deu àquela região uma definição que ficou na memória – construída posteriormente – da cidade: "*Era a Pequena África no Rio de Janeiro*", disse certa vez o sambista negro Heitor dos Prazeres referindo-se às primeiras décadas do século XX. Se por um lado o apelido não dá conta da diversidade étnica e cultural da região naqueles tempos (afinal, a região era moradia de muitos brancos, inclusive estrangeiros), por outro, ela pode ser interessante para expressar parte da vida cultural dos negros que ali viviam. O ambiente festeiro e religioso da "Pequena África" marcou a experiência dos homens do cais, que circulavam pela região freqüentemente. Mas, assim como no *zungú* do largo da Prainha, que misturou pretos e brancos, inclusive estrangeiros, as festas e os rituais

[34] Moura, Roberto. *Op. Cit.* p.44
[35] Rocha, Agenor Miranda. *Op. Cit.*
[36] Moura, Roberto. *Op. Cit.* p.43.

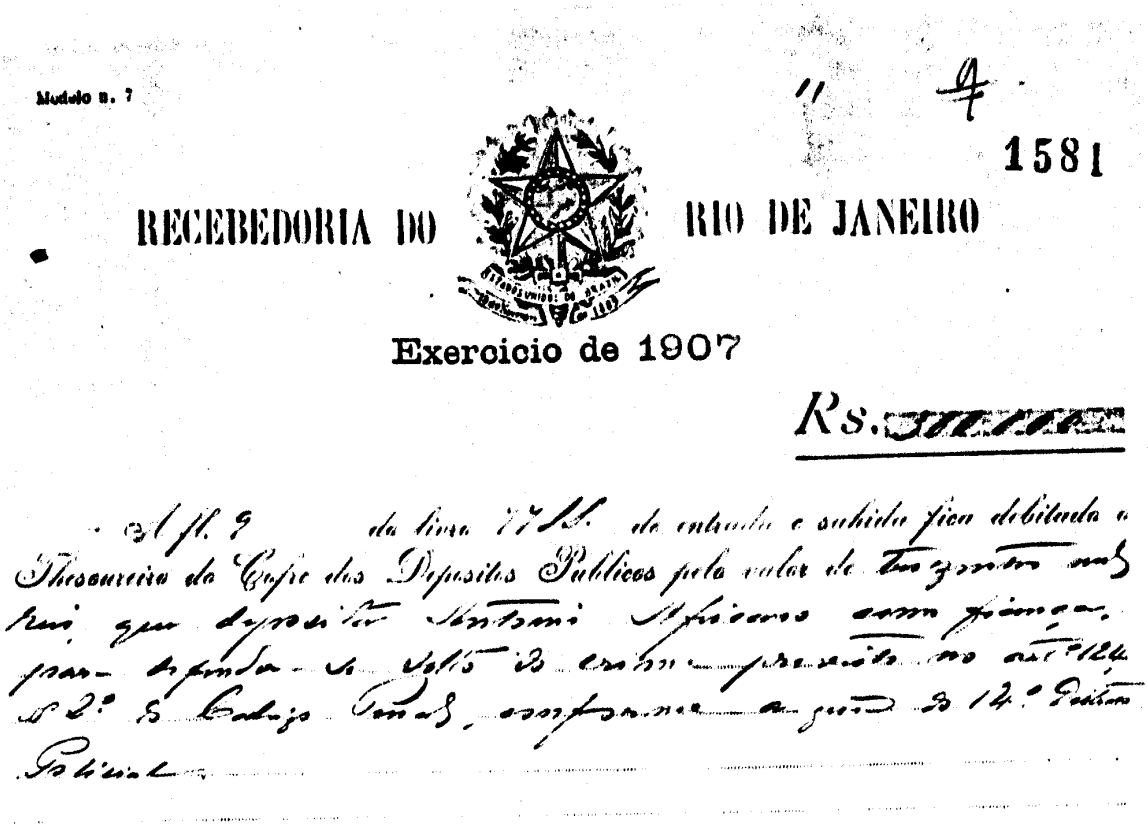
que aconteciam ali não eram privilégio dos pretos e pardos. Era comum ver brancos e pretos participando das mesmas festas de samba e macumbas da região. Referindo-se às festas que a baiana Tia Ciata dava constantemente em sua casa, João da Baiana dizia que "a festa era de preto, mas branco também ia lá divertir".[37]

No entanto, desde sempre, os ajuntamentos de pretos e manifestações culturais que remetessem às heranças africanas não eram bem vistos pelas autoridades. Mas se é certo que, com o endurecimento da repressão no regime republicano, homens como Antônio Mina se tornavam, especialmente por sua cor e profissão, suspeitos em potencial, sendo constantemente vítimas das manhas de uma polícia que suspeitava e reprimia vadios, ébrios, capoeiras, *feiticeiros* e sambistas (sempre associados à malandragem) é também certo que eles tinham sua próprias formas criativas de lidar com a repressão. Uma das maneiras era esconder tais práticas no âmbito privado. Como disse certa vez João da Baiana, referindo-se às festas nas casas das tias baianas, que, segundo ele, misturava samba e candomblé[38], "a festa era assim: baile na sala de visitas, samba de partido alto nos fundos da casa e batucada no terreiro".[39]

Mas esconder seus costumes no interior das casas não era a única maneira que os negros encontraram para enfrentar a fúria regeneradora. Podemos aqui mais uma vez relembrar nosso amigo africano Antônio Mina. Em alguns processos que ele respondeu, o africano teve sua fiança paga. Em 03 de janeiro de 1914, por exemplo, desembolsou 306 mil réis para responder um processo por agressão em liberdade.[40] Mas essa não foi a única vez... Em 16 de outubro de 1907, quando foi preso por estar embriagado e agredir um condutor de bonde na Rua Senador Eusébio, o africano também pagou 300 mil réis de fiança e mais 6 mil réis de prêmio do depósito[41]. Menos de um mês depois, em 26 de novembro de 1907, quando foi detido por embriagues na rua Barão de São Félix, foram pagos 100 mil réis de fiança e 2 mil réis de prêmio do depósito[42].

[37] Moura, Roberto. *Op. Cit.* p. 83.
[38] Depoimento de João da Baiana ao Museu da Imagem e do Som. MIS, *As Vozes Desassombradas do Museu.* Rio de Janeiro: Secretaria de Estado e Cultura, 1970. p. 52.
[39] Depoimento citado por Moura, Roberto. *Op. Cit.* p. 83.
[40] 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. 6Z. 2312. 1915.
[41] AN – Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. Proc. 5128; Maço 889; Gal. A. 1908.

Figura 7


Modelo n. 7

11 4

1581

RECEBEDORIA DO RIO DE JANEIRO

Exercicio de 1907

Rs.

Fiança de 300 mil réis paga por Antônio Africano

Nota-se que o valor das tais fianças não eram pouca coisa para um velho carregador de café. Lembremos que em um dos episódios que envolveram o preto, ele contou com a ajuda de dois advogados, o que era no mínimo curioso para alguém que pegava pesado sacas de café e morava nos bairros populares, em ruas típicas de cortiços. Ou Antônio Mina sabia como ninguém fazer economia, ou alguém o ajudava quando se metia em apuros. O mais provável, porém, é que as duas opções estejam corretas.

Em conversa que João do Rio tivera com o africano Júlio Ganam em maio de 1905, este proferiu as seguintes palavras ao jornalista, que parece não acreditar no que ouve:

[42] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 6923. 1908.

> "– (...) Africano tem resistência, menino, africano pagou seu corpo. Eu juntei, vintém a vintém, um conto e oitocentos para me comprar e houve escravas, como a mãe de Henriqueta, que juntaram dinheiro para comprar o próprio corpo e mais o das filhas.
> – Mas como, homem de Deus?
> – Ora, como! Trabalhando, nos aluguéis, **no café**, vendendo santos ou doces na rua e com auxílio do feitiço. Não ria! Africano sempre vendeu feitiços aos brancos, porque os brancos sempre acreditaram em feitiços. Hoje os africanos daquele tempo estão ricos."[43] (grifo meu)

Segundo o "orgulhoso *alufá*" Júlio Ganam, antes mesmo do 13 de maio, que para ele não significava "nada para os africanos", os africanos já estavam livres. Ao ser perguntado pelo jornalista como isso acontecera, ele responde que em 1888 quase todos os africanos já haviam morrido e os poucos que restaram, já tinham comprado sua carta de alforria, juntando "vintém por vintém". E informou que enquanto as mulheres vendiam acarajés, miçangas e "feitiços", o café foi para os homens o veio inesgotável".

Os *minas* traziam da África Ocidental uma forte tradição mercantil, pouco comum entre as outras "nações" africanas na cidade, e por isso conseguiam manter as associações com caixas de alforria, além de economizarem dinheiro, muitos deles tendo feito fortuna, como contou o *alufá* ao cronista. Talvez Antônio tenha conseguido juntar seu quinhão durante os anos e pagar as fianças, sendo provável que sua mulher, a vendedora ambulante Maria Emine, também uma *mina*, tenha ajudado Antônio Mina a "comprar sua liberdade" e se livrar da polícia republicana com suas possíveis economias arrecadadas na venda mercadorias e, quem sabe, de feitiços...

No mais, as histórias contadas por Júlio Ganam a João do Rio podem nos ajudar a descobrir mais sobre a vida de Antônio Mina e, com ele, de outros africanos e seus descendentes no porto carioca. Segundo dissera o *alufá*, era no penoso trabalho com o café que os pretos conseguiam uns recursos *extras.* Primeiro começavam como carregadores das sacas, depois

> "subiam a ajudante. Em seguida, passavam a capitão (...) e enfim chegavam a furadores. [Furador] era o chefe supremo do carregamento de café. Todo o grão que caía era deles. Como havia dias em que furavam umas mil sacas, juntavam à noite (...) duas e três sacas fora o que escondiam" [44]

[43] João do Rio. "Negros Ricos", *Gazeta de Notícias*. 13/05/1905. Agradeço mais uma vez à Juliana Barreto Farias pela referência. A autora faz uma análise mais extensa e interessantíssima sobre as incursões de João do Rio pelas casas dos africanos em sua já citada dissertação de mestrado sobre os *minas* no Rio de Janeiro.
[44] João do Rio. "Negros Ricos", *Gazeta de Notícias*. 13/05/1905

Os furadores de café se apropriariam de alguns grãos excedentes, ficando com o dinheiro de sua venda e conseguindo acumular alguns recursos. Talvez no século XX essa prática não fosse mais tão corrente, mas, a julgar pelo que contou Ganam ao cronista João do Rio, no século XIX essa prática parecia freqüente e através dela, muitos africanos conseguiram sua alforria, além de acumular algum dinheiro.[45] É possível que Antônio Mina tenha participado desse esquema de apropriação do excedente do café, pois referências de que ele tenha trabalhado nesse serviço são constantes nos processos. Em um deles, quando respondeu por embriagues em junho de 1905, uma das testemunhas de defesa, o empregado no comércio Horácio Antônio Pestana, afirmou que Antônio era um "homem morigerado" que "trabalha como furador de café", profissão que o próprio declara no mesmo processo.[46]

Ainda há um detalhe interessante que pode significar apenas uma coincidência, mas merece ser comentado: Lembremos que em 5 de abril de 1912, Antônio é acusado de promover desordens na rua General Pedra "armado de uma bengala."[47] Em outro conflito, de 1914, ele é acusado de agredir os fregueses do Botequim do Vidal com um guarda-chuva[48]. Há ainda alguns outros casos em que o africano aciona outros objetos contundentes, como uma barra de ferro, para atacar seus oponentes ou defender-se deles. Claro que o africano pode se valer da bengala ou do guarda-chuva apenas por motivos outros, como ter onde apoiar o peso da idade ou se proteger da chuva. No entanto, é interessante perceber o que nos diz João Reis sobre os líderes dos cantos em Salvador. Segundo o autor, esses líderes traziam sempre consigo uma espécie de bastão representativo de seu cargo no canto. Esse costume não era desconhecido na África, de onde provavelmente foi trazido pelos escravos. Em 1825, quando um embaixador do Reino do Benim visitou a cidade do Rio de Janeiro, este apresentou uma bengala como prova de seu cargo.[49] Talvez os objetos que Antônio Mina sempre trazia fosse um símbolo de sua liderança no porto. Em um outro processo por embriagues, de novembro de 1907, seu advogado Henrique Pereira de Mello afirma em defesa do africano que "é trabalhador na estiva (...) já tendo merecido cargos de chefia."[50]

---

[45] Casos assim foram observados por Maria Helena Machado em sua análise sobre o trabalho escravo em lavouras paulistas, como Taubaté e Campinas, ao longo do XIX. Segundo a autora, durante à noite, alguns escravos de propriedades da região, muitas vezes ajudados por libertos, furtavam pequenas parcelas da produção agrícola. Os produtos furtados eram trocados por pinga, fumo de rolo, doces e sobretudo dinheiro, nas tavernas e vendas ao redor das fazendas. Além de contribuir para selar alianças entre escravos, libertos e brancos pobres, essas práticas alimentavam uma economia escrava autônoma. Machado, Maria Helena. *Crime e Escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888.* São Paulo: Brasiliense, 1987, p.104.

[46] AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR 4077. 1905.

[47] AN – 3ª Pretoria do Rio de Janeiro, 6Z.0411. 1912

[48] 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. 6Z. 2312. 1915

[49] Reis, João José. *Op. Cit.*, p.360. Apud. Farias, Juliana Barreto. *Op. Cit.* P.108.

[50] 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 6923. 1908.

De qualquer forma, a possibilidade de alguém, além de sua mulher, ajudar o africano é bem plausível – afinal, tratando-se de trabalhadores autônomos, não há economia que agüente duas fianças em menos de um mês e mais as despesas de dois advogados – sendo bem possível que o africano tivesse, no seu quadro de relações, pessoas de uma outra camada social. Quem sabe sua fiança não foi paga por algum rico apreciador dos feitiços de Antônio Mina? Provavelmente nunca saberemos a reposta, mas podemos afirmar que essa é uma possibilidade real dentro da complexa rede de relações sociais que eram travadas na cidade do Rio de Janeiro da virada do século. Além disso, vimos que, no processo que sofreu por agressão em 1912, depuseram a seu favor dois negociantes, inclusive um da elegante Rua do Ouvidor[51], indicando que as relações de Antônio Mina podiam envolver pessoas de diferentes camadas sociais.

Os vizinhos de Antônio Mina, os *feiticeiros* João Alabá, Cipriano Abedé, Pai Assumano e Bamboxê, só para citar os que ficaram mais conhecidos, tinham pessoas ilustres em seus quadros de relações, certamente interessadas em seus "poderes sobrenaturais". João do Rio tece seus comentários sobre os *feiticeiros* que tinham suas *casas de santo* na cidade do Rio de Janeiro:

> "(...) Toda essa gente vive bem, à farta (...) Deixa dinheiro quando morre, às vezes fortunas superiores à 100 contos de réis, e achincalham o nome de pessoas eminentes da nossa sociedade, entre conselhos às meretrizes e goles de paraty.
> As pessoas eminentes não deixam, entretanto, de ir ouvi-los às batucas infectas, porque os feiticeiros que podem dar riquezas, palácios e eternidade do amor, que mudam à distância com uma simples mistura de ervas, moram em casinholas sórdidas, de onde emana um nauseabundo cheiro (...)" [52]

E conversando com um daqueles feiticeiros, um africano, este lhe contou sobre pessoas que tiveram ajuda de seus feitiços para subir na vida. Ele teria mesmo mencionado nomes de políticos, que João do Rio preferiu não publicar:

> "Os nomes conhecidos surgiam, tumultuavam, empregos na polícia, na Câmara, relações no Senado, interferência em desaguisados de famílias notáveis (...)
> Eu vi senhoras de alta posição saltando às escondidas, de carros de praça, para correr, tapando a cara com véus espessos, a essas casas"[53]

[51] AN – 3ª Pretoria do Rio de Janeiro, 6Z.0411. 1912
[52] Rio, João do. *As Religiões do Rio. Op. Cit.*
[53] Rio, João do. *As Religiões do Rio. Op. Cit.*

Algumas dessas casas de santo e de samba eram de certa forma protegidas, pois seus donos e freqüentadores buscaram alianças com pessoas influentes. A casa da Tia Ciata, por exemplo, era uma dessas casas que tinham uma espécie de "salvo-conduto". Seu marido era um negro baiano que obteve um certo status na comunidade da Pequena África pela sua trajetória incomum entre os negros de sua época: era letrado e chegou mesmo a freqüentar, por algum tempo, o curso de medicina em Salvador. No Rio de Janeiro, trabalhou no *Jornal do Comércio* como linotipista e como funcionário da Alfândega, estando de certa forma ligado ao porto, mas em uma função mais qualificada. Mais tarde, conseguiu um emprego no gabinete do chefe de polícia, tendo sido nomeado ao cargo pelo próprio Venceslau Brás. A nomeação se deu a pedido de Tia Ciata, a quem o presidente estava muito grata por tê-lo curado com suas rezas e ervas uma ferida na perna que nenhum médico havia conseguido curar. Ter um marido na polícia e um presidente da república como "cliente" era uma maneira de Ciata manter sua casa funcionando, com os bailes, sambas e candomblés[54].

Francisco Guimarães, o Vagalume, também mencionou em suas memórias as relações entre os "pais de santo" e "*muita gente boa*". Segundo o cronista, entre os admiradores de Pai Assumano – *o* "*Príncipe dos Alufás*" – estava José do Patrocínio Filho, que o teria conhecido por intermédio do sambista Sinhô, que freqüentava o terreiro. Vagalume conta ainda que as festas na casa de Cypriano Abedé – "*o maior Babalaô do Brasil*" – também eram freqüentadas pela "*gente da alta roda*", incluindo o Senador Irineu Machado, que teria pagado 20:000$000 réis para que os *trabalhos* de Abedé lhe garantissem as eleições. Diz ainda que em frente à casa de Cypriano Abedé, na rua João Caetano, n. 69, *nos dias de função*, paravam grandes fileiras de automóveis de luxo, de onde descia gente de Copacabana, Botafogo, Laranjeiras, entre outros bairros nobres. Entre a "*gente* escolhida" que estacionou seu automóvel em frente ao candomblé do pai de santo, já em 1930, foi o filho do próprio Presidente da República, o Sr. Washington Luiz.[55]

Ligações entre *feiticeiros* e elementos da elite, revelam um intenso diálogo cultural também entre pessoas de diferentes origens sociais. Tais relações vinham de longe: Gabriela dos Reis Sampaio, através da história do famoso *feiticeiro* negro Juca Rosa, que, na segunda metade do século XIX mantinha relações com a "fina flor da nobreza imperial", contou um pouco sobre as redes que ligavam poderosos e subordinados, as trocas culturais constantes e os conflitos permanentes que envolviam senhores e dependentes. Segundo a autora havia um movimento de interpenetração, de mútuas

[54] Cunha, Maria Clementina Pereira. *Op. Cit.* p. 217; Moura, Roberto. *Op. Cit.* p. 97.

influências, entre brancos e negros, entre elites e subordinados, já que os escravos e outros dependentes viviam no mesmo mundo e até no mesmo teto que senhores brancos, convivendo diariamente. [56]

Nosso amigo africano – e também seus *patrícios* e descendentes – viveu diariamente as contradições próprias da sua época. A repressão aos ditos *feiticeiros* vinha desde os tempos da Corte, agravando-se na conjuntura da Lei de 1871. Mas o Brasil, com a Proclamação da República, passou a ser um Estado Laico, onde era garantida por lei a legitimidade de todas as religiões. Dessa forma, foi necessários agir nos meandros da lei para garantir a repressão aos ditos *feiticeiros*, contra os quais era aplicada a lei contra práticas de medicina ilegal, ou curandeirismo. Os rituais de cura realizados pelos pais e mães-de-santo – *os feiticeiros* - passam a ser considerados, tais como a vadiagem e embriagues, uma contravenção e reconhecidas como "práticas de magia e falsa medicina". Dispositivos legais são criados para definirem as religiões de origem africana como *perigosas à saúde* e *contrárias à moral pública*, tornando freqüentes as investidas policiais que violavam os templos e terreiros, invadiam casas e prendiam líderes e fiéis.[57]

O recrudescimento da repressão, no entanto, equivaleu a um reconhecimento do quanto essas práticas ainda estavam vivas na República; mas assim como outras que lembravam um passado escravista, deveriam ser reprimidas em nome do progresso e da ordem [58]. Talvez por isso, o *feiticeiro* Sanin estivesse preocupado a ponto de fazer, com a ajuda de Antônio Mina e outros feiticeiros, um despacho de 183 mil réis no Campo de Santana para que parassem de falar deles e a polícia não os incomodasse. Longe de quererem ficar eternamente se escondendo em becos, morros e em *casinhas sórdidas com cheiro nauseabundo*, como descreveu João do Rio, os negros *feiticeiros* queriam exercer sua religiosidade sem interrupções de policiais como a que ocorreu em 12 de janeiro de 1906, quando a polícia deu uma batida na casa de um *curandeiro* de nome Pedro Leitão, na Praça da República n. 111.

---

[55] Guimarães, Francisco (Vagalume). *Na Roda do Samba.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: FUNART, 1983.
[56] Sampaio, Gabriela dos Reis. *A História do Feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial.* Tese de Doutorado, Cecult, Unicamp, 2000. No entanto, há que se estabelecer uma diferença básica sobre como eram vistas as práticas culturais dos negros no Império e na República. Nos tempos da escravidão, o controle dessas práticas eram feitas dentro dos mecanismos do paternalismo, baseada principalmente na sujeição pessoal, na dominação do escravo pelo senhor. Na República, o controle às manifestações negras é institucionalizado e passam a ser um problema do estado, portanto, reprimido mais duramente. As trocas culturais, que no início do século XIX eram consideradas habituais, mesmo que entendidas como rudes e bárbaras, na República passam a ser entendidas como "ameaças que necessitam ser punidas mais do que anteriormente".
[57] Maggie, Yvone. *Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil.* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.
[58] Sampaio, Gabriela dos Reis. *Op. Cit.* p. 186.

O próprio delegado daquela circunscrição, o Dr. Mário Brant, se encarregou de prender Leitão que, segundo o *Correio da Manhã*, "foi devidamente autuado de acordo com o Código Penal"[59].

A religião era parte importante da vida daquelas pessoas e a manutenção de suas crenças e práticas religiosas tinha uma dimensão fundamental na organização de suas vidas, contribuindo para a sociabilização e articulação de identidades. Ligar-se aos "da alta roda" era uma estratégia possível de sobrevivência, uma maneira de garantir proteção para dar continuidade aos seus ritos. Tais alianças podiam incluir até mesmo autoridades policiais. João do Rio conta de um delegado que, estando "*amarrado a uma paixão*" conseguiu seus intuitos "*graças ao prodígio de um galo preto*".[60] E, segundo Vagalume, as funções no candomblé de "*Sua Majestade*" Cypriano Abedé eram perfeitamente permitidas pela polícia "*em vista de ser ali uma Sociedade de Ciências Ocultas, com organização de sociedade civil"*.[61] Como teria Abedé obtido tal permissão? Provavelmente com uma ajudinha de seus seguidores influentes.

O estivador, Ogã[62] e sambista João da Baiana também tinha suas amizades na política, bem pautadas em um jogo de interesses mútuos. Ele mesmo sugere ter atuado como cabo eleitoral de muitos deles no cais do porto. Entre eles: Irineu Machado, o mesmo que teria pago Cypriano Abedé para fazer um trabalho que lhe garantisse o Senado. Mas também de Mendes Tavares, o candidato do presidente Arthur Bernardes para o senado. O sambista conta que estes e outros ilustres, como o Coronel Costa e Marechal Hermes "*viviam nas casas das baianas*"[63] Segundo o próprio sambista, em um de seus depoimentos, para ele e seus companheiros "*era bom andar com o governo. Davam automóvel pra gente e salvo conduto para polícia.*"[64] Além de ascensão social, manter relações com "gente boa" poderia garantir-lhe *salvo conduto* para que homens como João da Baiana pudessem continuar suas macumbas, tocar seus sambas até então proibidos e exibir seus pandeiros, instrumento visto com maus olhos pela polícia como "coisa de malandro e vagabundo". Tanto que já é famosa a história do Pandeiro de João da Baiana, que, segundo ele mesmo gostava de contar nas suas entrevistas, foi furado pelo policial que o prendeu por vadiagem em 1908, quando este se dirigia à

[59] *Correio da Manhã*, 12/01/1906. Coluna: "Na polícia e nas Ruas". p.3
[60] do Rio. João. *As Religiões do Rio. Op. Cit.*
[61] Guimarães, Francisco. *Na Roda do Samba. Op. Cit.*
[62] Ogã é o responsável pela música nos candomblés.
[63] MIS. *As Vozes Desassombradas do Museu. Op. Cit.* p.57.
[64] Entrevista de João da Baiana a Jota Efegê. Arquivo do Museu da Imagem e do Som (recorte de revista sem referência)

Festa da Penha. Na ocasião, outro influente político, o Senador Pinheiro Machado, mandou fazer-lhe outro pandeiro e nele escreveu uma dedicatória assinada para que nunca mais a polícia o tirasse.

Nesse ano, o Chefe de Polícia era o Sr. Mello Tamborim, que parece ter sido bastante duro com aqueles que considerava como a "malandragem" da cidade. Apesar de ter que conviver com outro instrumento de "malandros" em seu próprio nome, o Sr. Tamborim proibiu os pandeiros na Festa da Penha. Mas sempre era possível improvisar. O jornal *O Paiz* divulgou que tendo seus instrumentos apreendidos na entrada da festa, "*os sambistas arranjavam garrafas, nas quais batiam com pedaços de pau"*. O jornal conta ainda que "*a zona portuária marcava presença na festa*", cantando seus versos improvisados onde brincavam com o Chefe de Polícia, que tinha nome de instrumento:

"quando eu vim da Bahia
Passamos na Providência
As baianas deram vivas
OH! Yayá tem paciência
Já estou zangado
não sei pra que vim,
estou amolado
com "seu"Tamborim"[65]

Práticas culturais associadas à população negra, como candomblés e sambas eram perseguidos, como já foi dito por diversos autores e pelos próprios contemporâneos em depoimentos posteriores. Ao olhar das elites, essas manifestações não eram lá muito civilizadas. No entanto, apesar de toda repressão sofrida, esses homens e mulheres souberam, de diferentes formas, dialogar com novas regras e manter seu espaço.

A região que ia do cais do porto aos arredores do Campo de Santana (atual Praça da República), foi palco de inúmeras vivências dos negros do porto e da afirmação e reorganização de antigas práticas culturais dos negros. Mas também foi um lugar privilegiado no sentido da troca de experiências entre eles e pessoas de diferentes cores, nacionalidades e culturas. Essas relações eram estabelecidas nos diversos espaços de convivência, como nos bares, nas habitações coletivas, nos

[65] *O Paiz*, 05/10/1908.

carregamentos de café, nas casas de santo, nas festas religiosas[66] e no profano carnaval que tinha ali um dos principais redutos da folia da gente pobre. Gente que costumava se divertir durante os dias de folguedo nos cordões e nos ranchos que saíam nas ruas próximas à Praça da República. Mas que também se divertia durante todo o ano nos bailes dançantes organizados pelas mesmas agremiações que faziam a festa durante três dias do mês de fevereiro. Entre esses trabalhadores pobres, iremos encontrar muitos portuários curtindo, mas também organizando a festa...

Folias Portuárias

O carnaval de 1911 deve ter sido um pouco mais animado que os outros para grande parte dos moradores da zona portuária e também de outros pontos da cidade. Um grupo de foliões seguiu um rancho que pela primeira vez saiu de sua sede na Rua Barão de São Félix, n. 283 e desfilou pelas ruas do centro do Rio exibindo seu estandarte nas cores roxa e branca. À frente, o diretor de harmonia João Machado Guedes comandava os pandeiros, tamborins e bombos que marcavam o andamento da marcha e davam o ritmo ao percurso que o rancho faria[67]. Pelas ruas, ouviam-se o coro:

"(...) Ouço cantar, que alegria
Vejo o Kananga, na folia (...)"[68]

Era o "Kananga do Japão" que, tendo sido fundado no ano anterior, fazia o primeiro dos muitos outros desfiles que animaram o carnaval carioca e que tornou o Kananga um dos mais famosos ranchos da cidade. Mas não era a primeira vez que João Machado Guedes, então com 23 anos de idade, participava de um rancho. Muito antes, quando contava apenas 10 anos, João já figurava como *porta-machado*[69] do "Filhos da Jardineira" e do "Botão de Rosas", tendo ao seu lado outros "moleques" com que convivia na infância, tais como Antoninho, Tem-Dengo, Getúlio Marinho, Donga e Heitor dos Prazeres. João foi o único carioca dos doze filhos do casal de baianos Félix José Guedes e "tia" Perciliana Maria Constança, daí o apelido que recebeu ainda menino e que levou por toda a vida: João da Baiana. Sob esse nome, tornou-se um sambista famoso, autor de sambas conhecidos como

[66] Muitas festas religiosas da cidade aconteciam no Campo de Santana. Entre as mais importantes, está a Festa do Divino Espírito Santo. Cf.: Abreu, Martha. *Op. Cit.*
[67] Efegê, Jota. *Figuras e Coisas do Carnaval Carioca.* Rio de Janeiro: Funarte, 1982.
[68] *Jornal do Brasil*, 24/03/1970. Jota Efegê.

“Batuque na Cozinha”, “Cabide de Molambo” e “Patrão prenda seu gado”, sucessos ainda hoje em qualquer roda de samba.

Neto de ex-escravos, nasceu em maio de 1887, um ano antes da abolição da escravatura. Foi criado na Rua Senador Pompeu, no bairro portuário da Saúde – a Rua do Peu, como ele e seus companheiros de samba costumavam chamar – e, como muitos homens negros que viviam naquela região, tornou-se estivador ainda na primeira década do século XX, aos 20 anos de idade. Mas quando não estava literalmente pegando pesado no cais do porto, João da Baiana podia ser facilmente encontrado em alguma das muitas associações carnavalescas espalhadas pela cidade, ou no terreiro de seu pai-de-santo João Alabá que ficava na mesma rua do seu “Kananga do Japão”, na Barão de São Félix.

Figura 8

João da Baiana

Morador da Zona Portuária durante boa parte de sua vida, João da Baiana freqüentou a região durante toda sua juventude. Era lá que estava sua família, seus amigos, seu terreiro, seu trabalho e boa parte de sua diversão. Mas não se contentou só com aquele pedacinho da cidade e, como sambista e folião conquistou muitos outros espaços: da Praça Tiradentes à Lapa Boêmia; do Morro da Favela ao morro de São Carlos, no Estácio; da Praça Onze ao Palácio das Laranjeiras. João da Baiana conviveu entre prostitutas, capoeiras e governadores e, apesar de ter morrido pobre e relativamente esquecido, foi imortalizado posteriormente como sendo um dos maiores sambistas de todos os tempos.

Em várias entrevistas e memórias escritas sobre João da Baiana fica clara a sua participação em vários ranchos da cidade, talvez uma vocação inspirada em seus pais, que junto com outros migrantes trouxeram da Bahia a tradição desse tipo de festejo. De fato, a organização dos ranchos durante o carnaval parece mesmo ter sido obra principalmente dos negros baianos que, desde a segunda do XIX, se instalaram nos bairros da Saúde, Gamboa e Cidade Nova. Central nesse processo foi a figura de Hilário Jovino Ferreira, Ogã do terreiro de João Alabá que fundou vários ranchos importantes no Rio

[69] Porta-machado é uma espécie de guarda de honra do porta-estandarte, que abria os desfiles dos ranchos..

de Janeiro, como "A Jardineira" e o "Rei de Ouros", este último contando com a "proteção espiritual" de Assumano Mina do Brasil, como contou Vagalume.

Hilário chegou na cidade em fins do século XIX[70] e, apesar de pernambucano de nascença, teve um importante papel junto à comunidade baiana que se formou em torno da região. Era filho de ex-escravos alforriados que se mudaram de Pernambuco para Salvador, onde viveu antes de chegar no Rio de Janeiro. A exemplo de Tia Ciata e seu marido, bem como João da Baiana e outros, Hilário Jovino também buscou alianças com gente "da alta" e, como muitos outros migrantes daquela época, filiou-se à Guarda Nacional em busca de proteção e enraizamento na nova cidade. O Lalau de Ouro, como era conhecido na época, morou em vários endereços da zona portuária, como a Pedra do Sal e o Beco João Inácio, no Morro da Conceição. E como João da Baiana e muitos outros negros que viviam na região, também labutou no cais do porto carioca[71].

As ruas que circundavam a Praça da Republica – palco da grandiosa festa do Divino Espírito Santo[72] – desde os tempos imperiais, quando ainda se chamava Campo de Santana, era o principal espaço festeiro da cidade. O lugar era especialmente propício a esses encontros: era aí que ficava a Estação Central do Brasil, que ligava os subúrbios ao centro da cidade; se as áreas mais nobres da cidade eram ocupadas pelos foliões mais "civilizados", àquele lugar restavam os foliões menos favorecidos que, com seus cordões, blocos e ranchos animavam o carnaval dos trabalhadores pobres. No mais, as agremiações sempre poderiam contar com uma ajudinha do comércio local que, formado especialmente pelos mesmos bares, quiosques, cafés, etc., muito se interessava pelo grande público que concorria aos festejos. Assim, no carnaval, a região era palco das festas promovidas pelas associações carnavalescas locais, mas também de outros bairros pobres da cidade, que ali se encontravam nos dias de folguedo, fazendo de suas ruas e praças o pedaço mais animado da cidade. Ao menos para a população pobre, o que fazia dali também a parte mais "suspeita" e vigiada.

No início do século XX, as freguesias de Santana, Espírito Santo e Santa Rita, onde está localizada a zona portuária e a Cidade Nova, concentravam, entre os anos de 1901 e 1910, 37% das agremiações carnavalescas, entre ranchos, cordões e outras sociedades, sendo que em maior número

[70] As fragmentadas referências biográficas apontam que ele chegou adulto no Rio de Janeiro em 1870, tendo vindo da Bahia. No entanto, alguns indícios indicam que essa data não é compatível com sua trajetória, sendo o mais provável que 1870 seja o ano de seu nascimento. Um exemplo desses indícios é a comparação com a idade de Tia Ciata, que morreu na década de 20 antes de completar 60 anos. A bibliografia conta que entre Ciata e Jovino não havia muita diferença de idade. Assim, se ele tivesse chagado adulto em 1870, ele seria muito mais velho que Ciata. Além disso, consta que ele fundou o Rei de Ouros assim que chegou na cidade. No entanto, não se tem notícias desse rancho antes de 1890. ...

[71] Cf. Cunha, Maria Clementina Pereira. *Op. Cit.* E Moura, Roberto. *Op. Cit.*

estavam os "terríveis cordões", vistos com negatividade pelos foliões mais "requintados", assim como pelos jornalistas e a polícia[73].

Segundo Maria Clementina Pereira Cunha, essa negatividade era dada principalmente aos grupos originários da parte mais pobre da cidade, ou seja, dos morros, da Cidade Nova e das imediações do porto. Para a autora,

> "se era aí, nesse pedaço da Capital Federal, que se concentrava a maior parte da população (e esta foi sempre pobre, negra, pouco dada a versos feitos com técnica ou a minuetos de salão), era também nela que se concentrava o Carnaval de rua tido como desagradável e primitivo, capaz de atormentar os poetas, que o chamavam de "cordões" como um meio de discriminação e denúncia".[74]

O sambista Donga, também morador e freqüentador da região e famoso por ter em seu nome o primeiro samba registrado com esse nome, o *Pelo Telefone*, fala daquela parte da cidade em seu depoimento ao Museu da Imagem e do Som:

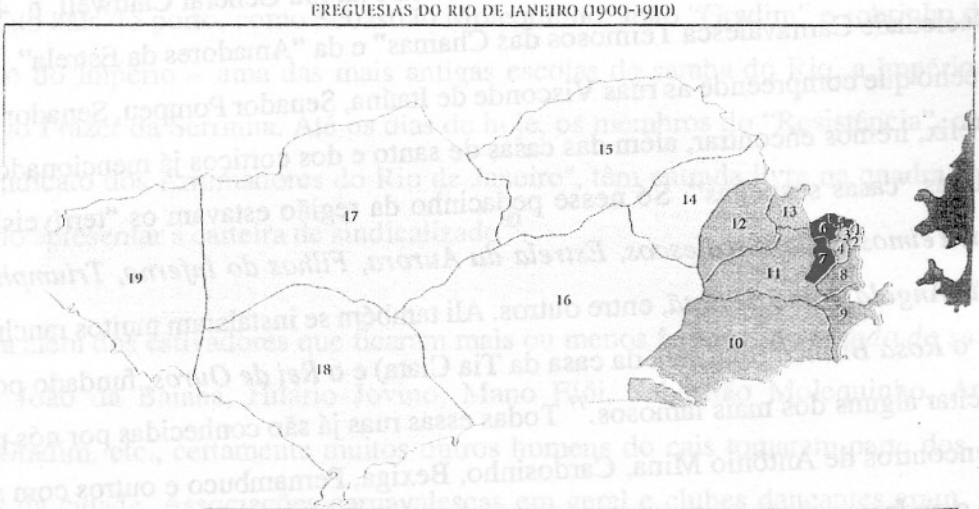
> "(...) Lá era o Quartel-General devidamente assessorado pelo grande Hilário Jovino. Lá pelos lados do Depósito, da Saúde, é onde estavam os baianos. Também na Rua do Costa. Mais para o centro tinha a Rua da Alfândega, a rua do Hospício, atual Buenos Aires (...). Ali, era tudo negro mina, era tudo africano, tudo baiano."[75]

[72] Sobre a festa do Divino, ver: Abreu, Martha. *Op. Cit.*
[73] Cunha, Maria Clementina Pereira. *Op. Cit.* p. 166
[74] Idem.

[75] MIS, *As Vozes Desassombradas do Museu. Op. Cit.* p. 78.

Mapa 2

FREGUESIAS DO RIO DE JANEIRO (1900-1910)



	População (%)	Grupos Carnavalescos (%)
Candelária[1], São José[2], Sacramento[3] e Santo Antônio[4]	14,3	8,43
Santa Rita[5], Santana[6] e Espírito Santo[7]	23,0	37,95
Glória[8] e Lagoa[9]	13,4	22,89
Gávea[10], Engenho Velho[11], Engenho Novo[12] e São Cristóvão[13]	26,3	15,66
Freguesias rurais[14 a 19]: Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz	23,0	15,07

Grupos Carnavalescos agrupados pelas freguesias

João do Rio afirmou que, "o Carnaval teria desaparecido se não fosse o entusiasmo dos grupos da Gamboa, do Saco, da Saúde e da Cidade Nova"[76]. Se fizermos mais um passeio pelas ruas da região na virada do século XIX para o XX, iremos encontrar inúmeras associações carnavalescas e dançantes vizinhas aos candomblés, cortiços e bares que proliferavam aos montes na região. Algumas tinham suas sedes nesses mesmos espaços, como o "Bloco Carnavalesco Chora na Macumba" que funcionou em uma casa de cômodos da Barão de São Félix n. 152. Algumas ainda dividiam a mesma sede, como a "União das Flores", que funcionou no início do século XX na rua General Caldwell, n. 47, mesmo endereço da "Sociedade Carnavalesca Teimosos das Chamas" e da "Amadores da Estrela".

Só no trecho que compreende as ruas Visconde de Itaúna, Senador Pompeu, Senador Eusébio e Barão de São Felix, iremos encontrar, além das casas de santo e dos cortiços já mencionados páginas atrás, muitas outras "casas suspeitas". Só nesse pedacinho da região estavam os "terríveis" cordões *Rompe e Rasga, Teimosos Carnavalescos, Estrela da Aurora, Filhos do Inferno, Triumpho de São Lourenço, Nação Angola, Filho de Satã,* entre outros. Ali também se instalaram muitos ranchos, como o *Pedra do Sal,* o *Rosa Branca* (que saía da casa da Tia Ciata) e o *Rei de Ouros*, fundado por Hilário Jovino, só para citar alguns dos mais famosos.[77] Todas essas ruas já são conhecidas por nós por terem sido palco dos encontros de Antônio Mina, Cardosinho, Bexiga, Pernambuco e outros com a polícia, além de ter sido o endereço destes e de muitos outros trabalhadores do porto carioca. Dessa forma, a associação pela polícia de muitas dessas organizações com os "vagabundos" e "desordeiros conhecidos" era inevitável e justificava, pelo menos aos seus olhos, a atuação repressiva.

Como João da Baiana, outros trabalhadores do porto ficaram famosos por sua participação na organização de associações carnavalescas. Elói Antero Dias, por exemplo, mais conhecido por Mano Elói, fazia parte do quadro de sócios da "Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café" desde pelo menos 1910[78] e sua atuação como organizador de ranchos e blocos carnavalescos andava junto com sua atuação na política portuária. Nascido no ano de 1889 em Resende, interior do Estado do Rio de Janeiro, Mano Elói chegou na cidade carioca em 1903 e morou e freqüentou a zona

[76] do Rio, João. "Cordões". In: *A Alma Encantadora das Ruas*. *Op. Cit.* p. 230.
[77] Cunha, Maria Clementina Pereira. *Op. Cit.* p. 168
[78] Livro de Matrículas da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, encontrado no Arquivo do atual Sindicato dos Arrumadores do Rio de Janeiro. O nome de Elói Antero Dias consta como filiado em 1910, mas sua filiação pode ser anterior, pois nesse livro estão os nomes de alguns sócios fundadores como admitidos no sindicato neste mesmo ano.

portuária durante muito tempo, antes de fixar residência no Morro da Serrinha, no bairro suburbano de Madureira, onde foram morar muitos outros portuários expulsos pelas reformas urbanas na segunda década do século XX. Nos seus tempos de menino, costumava vender balas no Campo de Santana e, mais tarde, já atuando no cais, costumava percorrer os redutos de sambistas da cidade, na Pedra do Sal, no Morro da Favela e Santo Antônio, além de ser freqüentador de terreiros de macumba.[79]

Mas, ao contrário de seu colega de profissão, sua atuação como sambista e organizador de blocos e ranchos parece ter sido mais forte nos subúrbios cariocas. Na década de 20 participou ativamente da fundação das escolas de samba Deixa Malhar e Portela, além do Bloco Carnavalesco Prazer da Serrinha. Tempos depois, já na década de 40, Mano Elói fundou, junto a outros sambistas que trabalharam no cais do porto, como Sebastião Molequinho, João "Gradim" e sobrinho de Hilário Jovino – Aniceto do Império – uma das mais antigas escolas de samba do Rio, a Império Serrano, herdeira do antigo Prazer da Serrinha. Até os dias de hoje, os membros do "Resistência", atualmente chamado de "Sindicato dos Arrumadores do Rio de Janeiro", têm entrada livre na quadra da Império Serrano, bastando apresentar a carteira de sindicalizado[80].

Mas, para além dos estivadores que ficaram mais ou menos famosos no *mundo do samba* e do carnaval, como João da Baiana, Hilário Jovino, Mano Elói, Sebastião Molequinho, Aniceto da Serrinha, João Gradim, etc., certamente muitos outros homens do cais tomaram parte dos inúmeros grupos festeiros da cidade. Associações carnavalescas em geral e clubes dançantes eram, junto aos botequins, a principal forma de lazer da população pobre em geral. É importante percebermos essa ligação mais íntima que muitos dos portuários mantinham com alguns desses centros recreativos, pois tanto quanto as de cunho sindical, elas marcaram a experiência dos portuários, fazendo parte do universo cultural daqueles trabalhadores. O sambista Bucy Moreira, neto de Tia Ciata, lembrou dos homens que freqüentavam as festas de sua avó, incluindo seus próprios familiares:

> "eles eram de festa, mas também de trabalho (...) A maioria trabalhava na estiva. Tive mais de vinte primos na estiva, conferentes, estivadores. Tive um primo presidente da estiva (...)".[81]

[79] Cf. Valença, Rachel. *Serra, Serrinha, Serrano: O Império do Samba.* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.
[80] Conversas com os membros do Sindicato dos Arrumadores do Rio de Janeiro. Especialmente o "seu" Mesquita.
[81] Moura, Roberto. *Op. Cit.* p.71

Roberto Moura reforça a relação entre os trabalhadores portuários e a organização do carnaval. Segundo ele, como sindicato negro, a "Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café" teve o seu próprio rancho: o *Recreio das Flores*, na Saúde, que teria Marinho da Costa Jumbeba, neto de Tia Ciata, como mestre sala. Sua irmã Lili Jumbeba relembrou os tempos em que o rancho brilhava em seus desfiles:

> "O Recreio trazia aqueles holofotes do cais, que ele era estivador e tinha licença de trazer. O Recreio das Flores era do cais do porto, podia outro vir bom, mas o Recreio tinha que ganhar (...)"[82]

O *Recreio das Flores* funcionou em diferentes endereços da zona portuária que já conhecemos bem. Até pelo menos 1908 teve sede na Rua Barão de São Félix, 211; em 1912 na Rua da Saúde, 231 e em 1913 funcionava na Rua do Livramento, 83. Em 1912, Miguel Rosso, sócio-fundador da "União Operária dos Estivadores", era o Vice-Presidente deste rancho, que contava com a presença de outros estivadores entre os membros de sua diretoria.[83] Certamente, este rancho fez a alegria de muitos portuários nos dias de carnaval, mas também nos bailes que promovia durante o ano. No entanto, nem sempre tudo eram flores para o *Recreio das Flores* e em alguns momentos a polícia se intrometeu nos planos dos foliões. Assim, se no ano de 1913 o comissário de polícia João Inácio do Espírito Santo informou ao Chefe de Polícia que a dita sociedade era composta de "de operários, estivadores e empregados do comércio, rapazes ordeiros contra os quais nada consta nesta delegacia"[84], em alguns momentos não era essa a opinião das autoridades.

No ano de 1915, por exemplo, o *Recreio das Flores* não teve permissão para continuar suas atividades de lazer, frustrando as expectativas de seus seguidores. O comissário Salvio de Azevedo, da 4ª DP, assim escreveu ao Chefe de Polícia:

> "(...) informo que nada me consta que desabone a Diretoria do Clube Recreio das Flores (...), no entanto os sócios e freqüentadores do aludido clube, são ladrões, vigaristas e indivíduos que vivem exclusivamente de jogos de azar e por diversas vezes presos e alguns processados por esta delegacia. O fim do clube é explorar jogos de azar de toda espécie e reunir em sua sede os indivíduos citados acobertados por uma Diretoria composta de membros que graciosamente xxx **(sic)** as suas assinaturas como Diretores sem a menor responsabilidade ou intervenção direta".[85]

[82] Moura, Roberto. *Op. Cit.* p.72
[83] Banco de Dados Clubes e Sociedades (BDCS). Reg. 1493; GIFI - 6C - 367 (pacote 418, Caixa 5556)
[84] BDCS – reg. 240; GIFI - 6C – 432 (pacote 459, Caixa 5621)

Aos olhos das autoridades policiais, apesar de nada de concreto desabonar sua diretoria, o Recreio das Flores tornava-se um perigo na medida em que seus sócios eram reconhecidos por "ladrões e vigaristas" que, segundo comissário, eram acobertados pela diretoria. Na opinião da polícia, a finalidade do clube, longe de ser a de diversão de trabalhadores pobres, era promover os jogos de azar. Talvez o fato de alguns deles já terem sido processados pela polícia dava margem para que fossem considerados "ladrões e vigaristas".

Em artigo sobre Clubes Recreativos no Rio de Janeiro da segunda década do século XX, Leonardo Pereira apontou constantes diferenças na forma como participantes e autoridades viam esses clubes. Mas esta visão negativa não era uma peculiaridade de comissários e delegados. Para o autor, cronistas de jornais cariocas também ajudaram a construir uma visão negativa dos clubes dançantes. Sempre os caracterizando como "antros de perdição e violência", para muitos esses clubes eram o lugar da "fina flor da zona escura", onde o "negro de azeviche" dançava com a dama "da mesma cor", como se referiu o *Correio da Manhã* ao "Recreio das Turmalinas", em 1916. Essa imagem pejorativa que o jornalista construiu do clube indica o abismo que separava as concepções dos letrados sobre aqueles bailes e o modo como eram vividos pelos que ali encontravam sua diversão. [86] Freqüentados especialmente por trabalhadores pobres, gente que atuava no serviço informal, grande parte deles pretos e pardos, as reuniões nesses clubes festeiros representavam um perigo para aqueles que não iam a seus salões.

Para que as sociedades recreativas pudessem festejar o carnaval ou promover bailes dançantes nos outros dias do ano, era preciso antes tirar uma licença, que deveria ser renovada anualmente. Esses pedidos eram encaminhados às autoridades policiais, que investigavam a sociedade em questão e decidiam se concediam a licença ou não. Para que pudessem continuar com seus divertimentos, era preciso "provar" que eram pessoas ordeiras, interessadas apenas em divertirem-se sem maiores conseqüências. Mas, como aconteceu com o *Recreio das Flores* nem sempre as coisas aconteciam como o planejado, e muitos clubes tiveram seus pedidos de licença indeferidos, ou suspensos. O "Clube Couraceiros do Inferno", por exemplo, em 1914 teve seu pedido de licença negado pelas autoridades. Com sede na Rua de Santana, n.55, na Praça Onze, o clube foi considerado pelo inspetor do corpo de segurança como um local "*freqüentado por homens e mulheres de baixa esfera, que ali*

[85] BDCS – reg. 1900; GIFI – IJ 6 563

[86] Pereira, Leonardo Afonso de Miranda. "E o Rio Dançou: identidades e tensões nos clubes recrativos cariocas (1912-1922)". In: Cunha, Maria Clementina Pereira da. *Carnavais e outras F(r)estas: ensaios de história social da cultura.* Campinas, SP: Ed. da Unicamp, Cecult, 2002.

provocam constantes conflitos, tendo, há pouco tempo, havido um assassinato em sua sede." E o comissário de segurança pediu seu fechamento "como medida de ordem social", já que na sua visão, os que participavam das festas do "Couraceiros" era a "escória social."[87]

Em 1915 Cypriano José de Oliveira, presidente da "Sociedade Familiar Dançante e Carnavalesca Clube dos Mangueiras", com sede na Vila de Marechal Hermes, encaminhou um pedido de licença para que sua sociedade pudesse funcionar. O Chefe de Polícia pede informações ao Inspetor da 2ª Delegacia Auxiliar sobre a diretoria do Clube. Este, responde com as seguintes palavras:

> "A Sociedade Dançante e Carnavalesca Club das Mangueiras tem a sua sede em um botequim à Av. 1º de Maio n.6, na Vila de Marechal Hermes. Cypriano José de Oliveira é o presidente desta sociedade; figura nesta seção registrado em prontuário, como grevista, e como tal já foi processado. Caralampio Trille é sócio deste Clube, esse mesmo indivíduo é agitador, revolucionário perigoso, e em 1904 esteve envolvido e tomou parte saliente nas greves e acontecimentos ocorridos neste ano. (...) os demais sócios são operários e empregados da estiva"[88]

É interessante perceber, como apontou Cunha, o esforço policial em associar formas diversas de "perigo": a um grupo de foliões onde figuram grevistas, revolucionários e talvez metidos com a revolta da vacina, junta-se o fato da sede funcionar em um botequim. Era o mais que o suficiente para que a suspeição que recaía sobre esse tipo de agremiação tomasse forma.[89] O sócio "agitador e revolucionário" de nome suspeito era um espanhol anarquista com um longo histórico de militância em seu país e que, no Brasil, participou de várias sociedades operárias, ajudando a fundar jornais libertários como *A Greve*, em 1903. No início dos anos 1910, Caralampio Trille presidia a Sociedade Operária Fraternidade e Progresso da Gávea.[90] Já o "grevista" Cypriano José de Oliveira era carregador no cais do porto já havia sido Fiscal Geral e até Presidente do "Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café", onde exercia forte militância no cais. Essas informações não agradaram muito às autoridades policiais. Com uma diretoria potencialmente "perigosa", o pedido de licença foi negado ao Clube dos Mangueiras.

Em março de 1912, a "Sociedade Carnavalesca Triunfo dos Beija-Flores" encaminhou o pedido de licença anual para que pudesse funcionar. A sociedade tinha sede na rua Bom Jesus do Monte, n. 7,

[87] BD – rg. 9245. GIFI. pacote 489, caixa 5668
[88] BDCS – reg.1849; GIFI IJ6 135.
[89] Cunha, Maria Clementina Pereira. *Op. Cit.* p. 201.
[90] Sobre Caralampio Trille: *A Epoca* 19/09/1913 e 3/10/1913; Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.*1998. p. 260.

no Morro da Favela e tinha como membros de sua diretoria homens de diferentes profissões. O presidente Antônio Campos dos Santos não declarara profissão, mas o vice, Severino Eduardo Pimentel era pedreiro; o 1º Secretário, Joaquim de Andrade Bastos era portuário e trabalhava nas descargas da estação marítima; o 2º Secretário, Francisco de Mello e Albuquerque era operário do arsenal de marinha; o fiscal Julio de Andrade Bastos trabalhava como adido na Estrada de Ferro Central e o 2º Fiscal, Joaquim Bernardo, disse trabalhar em um armazém[91]. Apesar das informações não serem claras, encontramos um Joaquim Bernardo entre os sócios fundadores da União Operária dos Estivadores, podendo se tratar da mesma pessoa[92].

No dia 20 de março, o inspetor do corpo de segurança informou ao Chefe de Polícia que aquela sociedade era composta de "desordeiros e vagabundos, não se encontrando pessoa alguma que abonasse a conduta dos mesmos". Na semana seguinte, em um parecer divergente do inspetor, o comissário esclarecia que a mesma sociedade era composta de "homens do trabalho com domicílio certo, não havendo inconveniente algum na aprovação dos estatutos". Alguns dias depois o inspetor se pronuncia novamente com resultados de uma sindicância em que apurou que alguns membros da dita sociedade já haviam tido problemas com a polícia. Diante da divergência de opiniões entre as autoridades, ficou decidido que a licença seria concedida caso fossem eliminados de seus quadros, os "elementos nocivos". Ao contrário do que muitas vezes ocorria em situações semelhantes, a licença foi concedida dias depois. No entanto, o 2º delegado informou que o presidente se comprometera a eliminar os sócios "nocivos". Esse comprometimento do presidente da tal sociedade parece ter sido o diferencial para que a licença fosse liberada.

No entanto, não sabemos se os tais sócios considerados nocivos, ou seja, os "desordeiros e vagabundos" apontados pelo inspetor foram mesmo eliminados dos quadros da sociedade ou se aquela foi apenas uma estratégia para que a sociedade pudesse conseguir a licença. Afinal, existe aqui um diferencial entre o olhar da polícia e o olhar dos próprios membros da sociedade. Provavelmente, nem o presidente e nem os outros membros se viam desta forma e não tinham de si a imagem que o inspetor de segurança tentou projetar. Nem mesmo o comissário parecia compartilhar da opinião do inspetor, numa prova do quão subjetivo poderia ser o julgamento. Talvez só o fato de funcionar no Morro da Favela e parte da sua diretoria ser composta por homens de profissões simples e eventuais, como pedreiros, carregadores e trabalhadores em armazéns, fosse o motivo do inspetor considerar a

[91] BD – rg. 793. GIFI. pacote 416, caixa 5553
[92] Lista de nomes dos sócios fundadores da União dos Estivadores em: Almeida, Luiz Gustavo Nascimento de. *Op. Cit.* p. 52.

sociedade perigosa e seus membros "desordeiros e vagabundos". De qualquer forma, mais do que expressar que concordavam com a visão da autoridade, ao prometer a eliminação dos sócios "nocivos", os membros da sociedade estariam buscando uma maneira de continuar seus divertimentos e evitar problemas com a polícia. Casos como estes podem nos aproximar das experiências dos trabalhadores do porto nos momentos de lazer, além de indicar como as autoridades atuavam na vida dessas pessoas e a imensa diferença entre a percepção que estes trabalhadores tinham de suas próprias práticas e a visão da polícia.

No entanto, a relação da polícia com aqueles divertimentos nem sempre era tão dura e dicotômica. No dia 23 de março de 1904, por exemplo, o *Correio da Manhã* divulgou uma crítica a um policial que teria se entregado aos prazeres das danças em um daqueles salões:

> "Há dias realizou-se um baile numa sociedade existente na rua Espírito Santo, onde a polícia já tem penetrado por várias vezes para apaziguar conflitos que sempre ali se dão. A essa festa presidiu como autoridade policial um tal suplente Mattos, indivíduo já célebre por suas façanhas. Mattos, esquecendo-se, talvez, da compostura que devia conservar, não resistiu às tentações de um 'choroso maxixe' e a ele se entregou de corpo e alma, num delírio infernal.
> Rodeado por mulheres, foi praticando ele cenas que muito depões contra a autoridade incumbida de manter a ordem, tornando-se assim o primeiro a dar o mau exemplo.
> Que magnífico mantedor da ordem!" [93]

Os policiais também eram trabalhadores pobres e muitas vezes visinhos daqueles clubes e de seus freqüentadores. Talvez o tal suplente Matos já freqüentasse aquela associação ou qualquer outra quando não estava de serviço. Mas, para o jornalista, a atitude do policial depunha completamente contra a sua função de autoridade responsável pela manutenção da ordem dentro do salão onde, segundo ele, ocorriam constantes conflitos.

No mais, se por um lado é inegável o preconceito e a suspeição em relação aos divertimentos dos pobres, é certo também que eles souberam criar estratégias para driblar a repressão policial e o olhar atravessado dos letrados. Uma delas foi a própria tentativa de se adequar a certos padrões definidos pelas elites como "adequados". Para Maria Clementina Pereira Cunha, os ranchos carnavalescos foram centrais nesse processo. Formados no início do XX no seio da comunidade

[93] *Correio da Manhã*. 20/03/1904. Coluna: "Na Polícia e nas Ruas". p. 2.

baiana, os ranchos se distinguiram das formas mais espontâneas de folia carnavalesca – como os cordões – justamente por sua organização.[94]

Em uma de suas entrevistas a Vagalume, Hilário demonstrou seu orgulho em ver desfilar o "Rei de Ouro":

> "Naquele tempo o Carnaval era feito pelos cordões de velhos, pelos zé-pereiras e pelos cucumbis da rua João Caetano e da rua do Hospício. O Rei de Ouro, meu Vagalume, quando se apresentou com perfeita organização de rancho no Rio de Janeiro: porta-machado, porta-bandeira, batedores, etc. Perfeitamente organizado, saímos licenciados pela polícia. Quem se interessou pela nossa licença foi o velho Araújo, o escrivão da antiga Quinta Pretoria (...). Naquela Pretoria trabalhavam e eram nossos amigos os senhores Serafim, Augusto e Frederico Moss de Carvalho, Mauro de Almeida, hoje cronista carnavalesco (...) Era também empregado na Pretoria Avelino Pedro de Alcântara, que foi eleito nosso primeiro vice-presidente. Devo dizer que o Rei de Ouro foi um sucesso" [95]

Ainda segundo Maria Clementina Pereira Cunha, a conexão que pessoas como Hilário Jovino e Tia Ciata estabeleceram com elementos influentes da sociedade foram de grande importância no sentido de buscar a proteção de certas práticas culturais estigmatizadas e mesmo perseguidas. Os ranchos nasceram com aparência de "espaço da ordem" e contaram com o apoio de intelectuais e com a garantia do próprio aparato policial, tanto que o "Rei de Ouro", aquele mesmo que tinha proteção espiritual de Pai Assumano, contou com um empregado da polícia na vice-presidência de sua primeira diretoria. Cunha afirma que os ranchos consolidaram um novo padrão de brincar o carnaval, aproveitando-se da "experiência compartilhada das habitações coletivas, da ajuda mútua, dos terreiros de candomblé e do trabalho no porto"[96].

Muitos trabalhadores do cais freqüentaram esses espaços de convívio e lazer e, como Mano Elói e outros membros de sindicatos portuários exerceram cargos de chefia em clubes carnavalescos e dançantes concomitantemente às suas atuações no sindicato. Entre os nomes da "Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café" encontramos outros nomes[97]: Antenor dos Santos, por exemplo, era companheiro de Mano Elói no sindicato, mas também nos jongos organizados por

[94] Cunha, Maria Clementina Pereira. *Op. Cit.* p. 218.
[95] *Diário Carioca.* 27/02/1931. Citado por Moura, Roberto. *Op. Cit.* p. 89.
[96] Cunha, Maria Clementina Pereira. *Op. Cit.* p. 218
[97] Apesar de alguns nomes serem bastante comuns, a probabilidade de se tratar das mesmas pessoas é bem grande, pois em alguns pedidos de licença consta a profissão dos membros da diretoria, o que nos informa que eram "trabalhadores do café", ou "trabalhadores do cais do porto".

eles no Morro da Serrinha[98]. Antenor chegou a ser presidente da Portela e provavelmente é ele o Antenor que, em 1905, foi mestre-canto do "Grêmio Infantil Rosa do Engenho Velho"[99]. Mas os exemplos se seguem entre os membros desse sindicato: João Campos era, em 1912, secretário da "Sociedade Carnavalesca Príncipe Coroado", no Morro de Santo Antônio, que tinha como presidente o também trabalhador do cais Perciliano da Silva[100]; Horácio de Souza Moreira, além de sócio do "Resistência" também foi o Vice-Presidente do "Clube Carnavalesco Filhos do Castelo de Ouro", com sede na Ladeira do Seminário, no Centro[101]; Entre os nomes do Livro de Sócios do "Resistência", foi encontrado ainda um Gastão de Souza que foi, em 1906, o presidente da "Sociedade Carnavalesca Rainha do Mar", no bairro da Glória.[102]

Entre os sócios-fundadores da União dos Estivadores foram encontrados vários nomes que constam na direção das associações de lazer espalhadas pela cidade.[103] José Alves Pereira, por exemplo, em 1906 era o Presidente do "Grupo Carnavalesco Flor do Castelo", com endereço na Rua do Castelo, 32[104]; neste mesmo ano, Alfredo Nunes do Vale era o vice-presidente da "Grupo Carnavalesco Filhos da Cachoeira", com sede em São Cristóvão[105]; João Antônio de Oliveira era, em 1912, o 2º Secretário do "Clube Dançante Familiar e Recreativo Os Faíscas", na Rua do Areal, 38 [106]; Em 1913, Manoel Pereira da Silva era o presidente do "Clube Carnavalesco Heróis do Brasil", no bairro de Campo Grande[107] e Ricardo Antônio de Moraes dirigia, em 1915, o "Grupo Carnavalesco Cornetas de Madureira", no bairro de mesmo nome.[108] Na rua Senador Pompeu, n. 246 funcionava a "Sociedade Dançante Carnavalesca Reinado de Siva", cujo presidente Arthur Maria de Araújo era sócio deste sindicato. Próximo dali, em um sobrado na rua da Saúde, n. 166, o estivador Manoel da

[98] Valença, Rachel. *Op. Cit.* Apesar de ser um nome comum, com certeza trata-se do mesmo Antenor pois, segundo Rachel Valença, um certo Antenor dos Santos, trabalhador da estiva, era mineiro e dava jongo na Rua Itaúba, na Serrinha. Essas informações (incluindo o endereço) batem com a ficha dele no Livro de Matrícula de Sócios do "Resistência". Consta que sua matrícula é de 1910.
[99] BD – reg. 10318. GIFI - 6C - 135
[100] BD – reg. 1474. GIFI - 6C – 367 (pacote 418 Caixa 5556)
[101] BD – reg. 238; GIFI – IJ6 564.
[102] BD – reg. 3545. GIFI - 6C - 170 (pacote 178 caixa 5359)
[103] Ao contrário daqueles encontrados no "Resistência", não podemos assegurar - especialmente nos casos de nomes muito comuns - que tratam-se das mesmas pessoas.
[104] BD – Reg. 1115. GIFI - 6C – 171 (pacote 179 Caixa 5360)
[105] BD – reg. 1144. GIFI - 6C - 170 (pacote 178 caixa 5359)
[106] BD – reg. 8529. Doc. Polícia - pacote 416 - caixa 5553
[107] BD – reg. 598. GIFI - 6c – 432
[108] BD – reg. 275. AN IJ6 564

Costa fazia as vezes de tesoureiro do "Grupo Carnavalesco Estrela de Ouro da Saúde"[109]. E Procópio Augusto Andrade além de estivador sindicalizado, era o presidente da "Sociedade Dançante Mimosos Pierrots", que funcionava na General Pedra, n. 76. Também encontramos como 2º secretário do "Grupo Carnavalesco Filhos dos Teimosos do Engenho Velho", em 1906[110], um certo Joaquim Nunes, talvez o "Pernambuco", que conhecemos páginas atrás nos seus encontros com a polícia.

Ao que parece, não era só de política que os membros dos sindicatos portuários viviam. Militantes políticos e membros de sindicatos, também poderiam se organizar em torno de associações não sindicais, como as de cunho recreativo, indicando os diferentes níveis de articulação daqueles trabalhadores. Os sócios das associações recreativas, como apontou Leonardo Afonso de Miranda Pereira, ao fazer do lazer um motivo de união, mostravam ter ali um elemento de identidade, formando laços que eram expressos em momentos diversos.[111] Assim como os sócios daqueles sindicatos portuários, ao se reunirem para festejar o carnaval, organizarem ranchos ou simplesmente se encontrarem em bailes e festas mostram que os laços que os uniam iam além daqueles construídos durante o trabalho e nas assembléias sindicais. Se por um lado eles se reuniam para discutir os rumos da greve, sobre a jornada de trabalho ou o preço dos volumes das sacas, por outro também se reuniam para resolver o dia apropriado para sair o rancho, quando haveria baile na sede do clube recreativo e outras questões relativas ao seu lazer. E nesses momentos, assim como no trabalho e no sindicato, eles também se reconheciam como fazendo parte de um mesmo grupo, com interesses semelhantes, se identificando como trabalhadores.

[109] Nos registros dos trabalhadores portuários da Casa de Detenção consta um Manoel da Costa com endereço na Rua da Saúde, 8. A "Estrela de Ouro da Saúde" no número 166 daquela mesma rua, aumentando as possibilidades de serem a mesma pessoa.
[110] BD – reg. 1145. GIFI - 6C – 170 (pacote 178 Caixa 5359)
[111] Pereira, Leonardo Afonso de Miranda. "E o Rio Dançou". *Op. Cit.* p. 427.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as páginas que constituíram esse trabalho, perseguimos alguns trabalhadores do porto com intuito de que, através de fragmentos de suas histórias de vida, estes nos mostrassem um pouco de como viviam.

Um deles foi Antonio Mina, que nos guiou pelas ruas da cidade contando parte de sua história. Apesar de não sabermos como aquele africano chegou no Brasil e quando começou a trabalhar no porto carioca, vimos que muitos africanos, especialmente os *minas* como ele, fizeram parte do cartão-postal do porto da cidade no século XIX. Esses mesmos africanos que tanto seduziram os viajantes com seus corpos nus, seus ritmos cadenciados e sua forma peculiar de organizar o carregamento de café, causaram medo e desconfiança nos brancos e já no século XIX mereceram atenção especial das autoridades.

No início do século XX, a cidade era outra. Não se ouvia mais os cânticos africanos ecoando pelas ruas e os guindastes já faziam parte da paisagem do cais, que agora misturava homens e máquinas. Os poucos africanos que restavam já estavam velhos para aquele trabalho pesado. No entanto, apesar dos brancos superem os negros numericamente em toda parte da cidade, a cor que predominava no cais ainda era negra. Se por um lado os filhos das Áfricas não cantavam mais suas canções, não balançavam seus chocalhos e nem seduziam mais viajantes, por outro, seus descendentes continuaram colorindo a cena portuária, imbuindo o trabalho e o cotidiano com experiências adquiridas nos tempos da escravidão.

A República, com seus ideais de civilização e suas pretensões científicas, tentaria arrasar de uma vez por todas qualquer vestígio dessa cultura, perseguindo capoeiras, feiticeiros, sambistas e todos aqueles que julgavam não se adequar ao novo mundo do trabalho livre. No pós-abolição, os poucos africanos que restaram na cidade e seus muitos descendentes, agora libertos, traziam na cor da pele as lembranças da escravidão e, por isso, eram, já de saída, os principais suspeitos e potenciais vítimas da política repressiva.

O cais do porto, além de contar com uma maioria de pretos e pardos, organizava a maior parte de sua mão-de-obra através do trabalho avulso, sem vínculo empregatício, o

que ia de encontro com aquilo que se esperava do ideal da nova sociedade do trabalho livre, especialmente por não haver limites claros entre a hora do trabalho, da folga e do lazer. O trabalho no porto misturava esses momentos, o que afetava a vida dos operários em diversos níveis.

Nosso amigo Antônio Mina parecia representar tudo aquilo que a república não queria para esse novo mundo e, por isso, sofreu bastante com a repressão. Mas, como vimos, ele não foi o único. Muitos outros negros como ele sofreram com a suspeição generalizada, que os transformavam em pessoas perigosas.

No entanto, apesar da visão negativa que a sociedade tinha dos libertos e dos negros de uma maneira geral, julgando-os incapazes (e até perigosos!) para a vida em liberdade, muitos deles conseguiram dialogar com as novas regras, manter seu espaço e se organizarem de diversas formas.

No trabalho no porto, homens que viveram de perto as agruras da escravidão – como Cândido Manoel Rodrigues, Joaquim Januário Nunes e João Evangelista Lapier, prováveis ex-escravos ou filhos de escravos – organizaram sindicatos importantes, cujo quadro era formado por uma maioria de negros como eles.

Mas não era apenas no trabalho que esses homens se organizaram. Como vimos, os negros do porto também se organizavam em torno da religião e do lazer. E nesses momentos também sofreram com a repressão republicana que, assim como o Império, desconfiava de ajuntamentos de negros e de práticas culturais que remetiam à escravidão e à África.

De qualquer forma, mesmo tendo dominado o cenário do cais carioca e mesmo tendo ocupado regiões específicas da cidade – como Santa Rita e Santana, onde se concentrava a maioria – os negros não se isolaram. Apesar de serem maioria ali, os brancos, principalmente imigrantes portugueses passaram a marcar presença na cena portuária desde fins do XIX.

Brancos e negros compartilhavam cada vez mais os espaços de trabalho, de moradia, de lazer e religiosos e compartilhavam também a suspeição da polícia republicana que, apesar de atingir preferencialmente pretos e pardos, também tratava os “quase negros de tão pobres” com a mesma truculência.

Pessoas de diferentes cores e nacionalidades estabeleceram relações baseadas no conflito, mas também de solidariedade, revelando que não é possível pensar na classe trabalhadora em termos de uma homogeneidade. No Rio de Janeiro do início do século, os trabalhadores formavam uma massa bastante heterogênea. No entanto, ao compartilharem experiências semelhantes e se reunirem em espaços coletivos, se sociabilizavam, forjavam os laços de amizade e se identificavam, não apenas como negros e brancos, ou nacionais e portugueses, mas como trabalhadores.

Aqui, contamos com a ajuda de Antônio Mina, Bexiga, Pernambuco, Cardosinho, Sabino Montezuma e muitos outros para contar essa história. No entanto, quantas histórias ainda não faltam ser contadas? Esse trabalho não dá conta de todas elas e por isso mesmo, ele é apenas o começo, pois ainda há muito o que se investigar sobre o misterioso cais do porto e muitos personagens esperando serem descobertos...

Índice de Mapas e Figuras

***** *p. 25.* (**figura 1)** - *Trabalhadores descarregando mercadorias no porto do Rio de Janeiro.* Apud. Cruz, Maria Cecília Velasco e. "Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930." In: *Afro-Ásia*, 24 (2000).

***** *p. 35* (**figura 2) -** *Estalagem na Rua Senador Pompeu.* Apud. ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições.*Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1986.

*****_p. 38_ (**mapa 1) –** Cruls, Gastão *Aparência da Cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965. Apud. Moura, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro.*

***** *p. 78* (**figura 3) –** "O Cardosinho". *Gazeta de Notícias* – 06/03/1904

***** *p. 92.*(**figura 4) -** *Praça dos Estivadores.* Apud. ALMEIDA, Luiz Gustavo Nascimento de. *Estivadores do Rio de Janeiro: um século de presença na história do movimento operário brasileiro.* R J: Topbooks, 2003.

***** *p. 99* (**figura 5) –** *Gazeta de Notícias* – 14/10/1906

***** *p. 102* (**figura 6) -** *João Evangelista Lapier.* Apud. ALMEIDA, Luiz Gustavo Nascimento de. *Estivadores do Rio de Janeiro: um século de presença na história do movimento operário brasileiro.* R J: Topbooks, 2003.

***** *p. 119* (**figura 7) -** *Fiança de 300 mil réis paga por Antônio Africano.* NA - 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. 6Z. 2312. 1915.

*****_p.128_ (**figura 8) –** *João da Baiana e seu pandeiro.* Site: www. cliquemusic.com.br/artistas/João-da-baiana.asp (acessado às 17:12 hs, de 19/01/2005)

***** *p. 131.* (**mapa 2) –** *Grupos Carnavalescos agrupados pelas freguesias.* Apud. Cunha, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da Folia. uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FONTES

Arquivo Nacional

Processos Criminais

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR.4056. 1905. Antônio Mina

2ª Pretoria do Rio de Janeiro; m.890, Cx. 5156. 1909. Manoel Gomes

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 6917. 1908. Antônio Africano

10ª Vara Criminal. Proc. 744, Cx. 329; Gl. B. 1909. Manoel Eugênio Batista

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 3444. 1904. Pedro José de Oliveira

10ª Vara Criminal. Cx. 331, Prc. 818. 1909. Cândido Manoel Rodrigues

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR.6923. 1908. Antônio Africano

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 3650. 1909. Antônio Alves e outros

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 3313. 1904. Sabino Carlos Montezuma

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR.2283. 1902. Vicente Rodrigues Pereira

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR.4152. 1905. Vicente Rodrigues Pereira

8ª Pretoria do Rio de Janeiro – OR.4024. 1905. Vicente Rodrigues Pereira

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR.3445. 1904. Marcelo Pinto de Souza.

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 7044. 1909. Antônio Africano

3ª Pretoria do Rio de Janeiro, 6Z.0411. 1912. Antônio Africano

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. 6Z. 2312. 1915. Antônio Africano

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 1783. 1901. Vicente Rodrigues Pereira

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 1831. 1901. Joaquim Januário Nunes

3ª Pretoria do Rio de Janeiro. Proc. 14424; Maço 775. 1905. Joaquim Januário Nunes

8a Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 2411. 1902. Benedito José da Silva e Matheus Teixeira

3ª Pretoria do Rio de Janeiro. Proc. 1043, maço 893, gal. A. 1910. Oscar Antônio da Costa

10ª Vara Criminal. Cx. 320, Proc. 679. 1902. João Morgado

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 5816. 1902. Olympio Batista Ribeiro

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 5816. 1907. Olympio Batista Ribeiro

2ª Pretoria do Rio de Janeiro; m.890, Cx. 5156. 1909. Caetano Damásio.

2a Pretoria. Proc. 4989, maço 880, Gal. A. 1906. José Gomes Cardoso.

8ª Pretoria. OR. 5353. 1907. Raphael Munhões.

Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. Proc. 5128; Maço 889; Gal. A. 1908. Antônio Africano

GIFI

6C.316, ofício 558. 1909

6C. 210. Ofício n. 23. 1907.

6C. 210. Ofício n. 24. 1907

6C – 69; ofício n. 5. 1901

6C – 210; ofício n. 25. 1906

GIFI (BDCS)

GIFI - 6C – 367; pacote 418; Caixa 5556 (BDCS – Reg. 1493)

GIFI - 6C – 432; pacote 459; Caixa 5621 (BDCS – reg. 240)

GIFI - IJ 6 563 (BDCS – reg. 1900)

GIFI - pacote 489; caixa 5668 (BDCS – reg. 9245)

GIFI - 6C – 135 (BDCS– reg. 10318)

GIFI - 6C – 367; pacote 418; Caixa 5556 (BDCS – reg. 1474)

GIFI – IJ6 564 (BDCS – reg. 238)

GIFI - 6C – 170; pacote 178 caixa 5359. (BDCS – reg. 3545)

GIFI - 6C – 171; pacote 179; Caixa 5360 (BDCS – Reg. 1115)

GIFI - 6C – 170; pacote 178; Caixa 5359 (BDCS – reg. 1144)

GIFI - pacote 416 - caixa 5553 (BDCS – reg. 8529)

GIFI - 6c – 432 (BDCS – reg. 598)

GIFI IJ6 564 (BDCS – reg. 275)

GIFI - 6C – 170; pacote 178; Caixa 5359 (BDCS – reg. 1145)

GIFI - IJ6 135 (BDCS – reg.1849)

Outros

Registro da União dos Operários Estivadores: 1º Ofício de Títulos e Documentos. Sociedade Civil. Livro A-1/ 05 de agosto de 1904.

Registro da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café: 1º Ofício de Títulos e Documentos. Sociedade Civil. Livro A-1/ 21 de junho de 1905.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Livros de Registro de Entrada de Presos na Casa de Detenção do Rio de Janeiro – vários livros (1901-1909)

Biblioteca Nacional

Correio da Manhã: 20/03/1904; 17/12/1903; 27/01/1904; 30/01/1904; 29/02/1904; 16/03/1904; 17/03/1904; 18/08/1905; 12/01/1906; 17/01/1906; 29/08/1906; 18/02/1907.

Gazeta de Notícias: 12/03/1904; 10/06/1904; 06/02/1906; 06/03/1906.

Jornal do Commercio: 03/05/1872; 22/10/1906.

Jornal do Brasil: 20/07/1895; 24/03/1970.

A Nação: 18/12/1903; 22/01/1904.

A Época: 19/09/1913; 30/10/1913.

O Paiz: 05/10/1908.

Diário Carioca: 27/02/1931.

A Noite: 02/05/1914.

Revista Kosmos: Fevereiro de 1906.

Impressos Oficiais

Código Penal de 1890. Decreto de 11 de outubro de 1890, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional.

Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, ano de 1890. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1895

BIBLIOGRAFIA

Cronistas, Literatos e Memorialistas

BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha.* São Paulo, Brasiliense, 1976.
_____. *O Cemitério dos Vivos.* São Paulo: Brasiliense, 1956.
_____. *Diário Íntimo.* São Paulo: Ed. Mérito, 1953.

DO RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
_____. *Histórias da Gente Alegre: contos, crônicas e reportagens da Belle-Èpoque carioca.* Org. João Carlos Rodrigues. Rio de Janeiro: José Olympio, 1891.
_____. *As Religiões do Rio.* Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1976.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo.* Rio de Janeiro: Xenon, 1987.

EFEGÊ, Jota. *Figuras e Coisas do Carnaval Carioca.* Rio de Janeiro: Funart, 1982.

GUIMARÃES, Francisco (Vagalume). *Na Roda do Samba.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: FUNART, 1983.

GERSON, *História das Ruas do Rio.* Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000.

Viajantes

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.* São Paulo: Martins Fontes, 1954.

EBEL, Ernest. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824.* Tradução e edição de Joaquim de Sousa Leão Filho, São Paulo, 1972.

EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil.* Belo Horizonte, Ed Itatiaia, 1976.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do sul do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

_____. e FLETCHER, J., *O Brasil e os Brasileiros: esboço histórico e descritivo.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941.

RIBEIYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco, vol.I.* Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, USP, 1980. pg.208-209.

Livros, artigos e Teses

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

_____. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ALBUQUERQUE, Marli B. M. *Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro, 1904-1920.* Tese de Mestrado, UFRJ, 1983.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.

ALMEIDA, Luiz Gustavo Nascimento de. *Estivadores do Rio de Janeiro: um século de presença na história do movimento operário brasileiro.* R J: Topbooks, 2003.

ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo(1888-1988)*. Bauru, EDUSC, 1998.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. "1846: um ano na rota Bahia-Lagos – negócios, negociantes e parceiros". *Afro-Ásia,* 21-22, (1998-1999)

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BATALHA, Claudio H.M. "A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências". In: FREITAS, Marcos César de (Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Bragança Paulista / São Paulo: Universidade São Francisco / Contexto, 1998.

_____. "Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República" in *Ciências Sociais Hoje, 1990*. São Paulo: Editoria Revista dos Tribunais. 1990

_____. *Le syndicalisme "amarelo" a Rio de Janeiro. 1905-1930.* Tese de Doutorado, Université de Paris I, 1986.

BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A revolução urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
_____. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.* São Paulo: Brasiliense, 1986.
_____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. "Tradições Negras na Origem de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. In: *Afro-Ásia*, 24 (2000).
_____. *Virando o Jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República.* Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, Maria Clementina Pereira, *Ecos da Folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
_____. (org.) *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura.* Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, CECULT, 2002.

FARIAS, Juliana Barreto. "Descobrindo os mapas dos minas: alforrias, trabalho urbano e identidades. (1800-1915). In: Farias, Juliana Barreto; Gomes, Flávio dos Santos e Soares, Carlos Eugênio. *No Labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004 (no prelo).
_____. *Entre identidades e Diásporas: Negros Minas no Rio de Janeiro (1870-1930).* Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2004.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924).* São Paulo: Brasiliense, 1984.
_____. *Trabalho Urbano e Conflito Social* Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

HOBSBAWN, Eric. "Sindicatos Nacionais Portuários". In: Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981

KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GITAHY, Maria Lúcia. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos.1889-1914*; São Paulo: Unesp, 1992.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos Trapiches ao Porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

LARA, Silvia Hunold. "Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil" In: *Projeto História*, São Paulo, (16), fev. 1998.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas, Universidade Ferderal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001

LOVEJOY, Paul. "Los origenes de los esclavos en las Americas. Perspectivas metodologicas", In: *Revista de História*. Universidade Nacional de Costa Rica, Enero-Junio 1999, n. 39.

MAGGIE, Yvone. *Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil.* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. "Do que o "preto mina" é capaz: etnia e resistência entre africanos livres". In: *Afro-Ásia*, 24, (2000)

MARAN, Sheldon. *Anarquistas, Imigrantes e Movimento Operário no Brasil, 1890-1920.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, sé. XIX.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Matos, Marcelo Badaró de. "Greves e Repressão Policial aos Sindicatos no processo de formação da Classe Trabalhadora carioca (anos 1850-1910). mimeo.
_____. *Contravenções e Contraventores no Rio de Janeiro da virada do século.* Mestrado, UFF, 1991. (versão modificada)

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, Crime e Expulsão na Capital Federal (1890-1930).* Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1996.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro.*Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM (MIS). *As Vozes Desassombradas do Museu.* Rio de Janeiro: Secretaria de Educação e cultura, 1970.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. *O Liberto: o seu mundo e os outros, 1790-1890.* Bahia: Corrupio, 1988.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. "E o Rio Dançou: identidades e tensões nos clubes recrativos cariocas (1912-1922)". In: Cunha, Maria Clementina Pereira da. *Carnavais e outras F(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, Cecult, 2002.
_____. *Barricadas da Saúde*. Coleção Histórias do Povo Brasileiro. Fundação Perseu Abramo, 2002.
_____. *O Carnaval das Letras*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

REIS, João José. "A greve negra de 1857 na Bahia", *Revista USP*, 18 (1993).
_____. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
_____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835).* São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha.* São Paulo, Brasiliense, 1989.

ROCHA, Agenor Miranda. *A Nação Kêtu: origens, ritos e crenças. Os candomblés antigos do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições.*Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1986.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A História do Feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial.* Tese de Doutorado, Cecult, Unicamp, 2000.

SARTI, Ingrid. *O Porto Vermelho.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Eduardo. *Dom Oba II D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
_____ & Reis, João José (orgs.) *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes.*São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários Sem Patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

SILVA, Lígia Maria Osório. *Movimento Sindical Operário na Primeira República.* Tese de Mestrado, Unicamp, 1977.

SKIDMORE, Thomas E. *O preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SLENES, Robert. *Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A Capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850).* Campinas, SP: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.

_____. *Zungú: rumor de muitas vozes.* Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

_____. Soares, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Depto. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

SOARES, Luís Carlos. *Urban Slavery in Nineteenth Century. Rio de Janeiro.* London, University College, (tese de Phd.), 1988.

THOMPSON, E. P., *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*; organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp. 2001.

_____. *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional.*São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VALENÇA, Rachel. *Serra, Serrinha, Serrano: O Império do Samba*.

VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912).* São Paulo-Rio de Janeiro, Annablume/FAPESP, 2000

XAVIER, Regina Célia Lima. *Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 1996;

WISSENBACH, Maria Cristina C. "Da escravidão à liberdade: dimensões da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras", in: Sevcenko, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil. República: da* Belle Époque *à era do rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998